

Governo de SP certifica empresas que adotam práticas de inclusão

O Governador João Doria participou na segunda-feira (28), no Palácio dos Bandeirantes, da certificação de 51 empresas com o Selo Paulista da Diversidade, concedido pelo Governo de São Paulo às organizações públicas, privadas e da sociedade civil que desenvolvem ou se comprometem a desenvolver boas práticas de promoção e valorização da diversidade de gênero, raça, orientação sexual, migrantes ou em situação de refúgio, idosos, deficientes, portadores de HIV/Aids, entre outros grupos.

“O Selo Paulista da Diversidade confere um sentimento de dignidade a todas as empresas e pessoas que vieram até aqui para receber esse prêmio. E esse é o melhor sentimento de um país plural como o Brasil, e sendo um país plural, que esse selo sirva de referência para que outras empresas adotem essa mesma conduta no estado e no país”, disse Doria.

A Missão do Programa Selo Paulista da Diversidade não é apenas para destacar empresas que praticam a inclusão da diversidade, mas ajuda a difundir ações com base na experiência das empresas certificadas, promovendo mudanças graduais de mentalidade e de atuação no acolhimento da diversidade.

“A diversidade foi uma busca constante da nossa gestão. As mulheres, os negros, os pardos, os indígenas, os jovens, as pessoas com deficiência foram impactadas de forma desproporcional durante a pandemia. E como podemos transformar essa realidade? Com acesso à educação e com as empresas organizando suas ações. E o que é o selo da diversidade? Uma iniciativa do Governo de São Paulo com o intuito de estimular as organizações públicas, privadas e da sociedade civil na gestão dos recursos humanos”, afirmou a Secretária de Desenvolvimento Econômico, Patrícia Ellen.

Nesta edição, as organizações receberam o certificado na categoria Adesão, na qual se enquadram empresas que tenham um plano de trabalho que expresse sua política de diversidade, em fase de estudo, desenvolvimento, implementação e avaliação. O selo tem validade de 24 meses e pode ser renovado.

A partir deste ano, empresas localizadas fora do estado de São Paulo, mas que têm ao menos uma filial no estado, podem inscrever seus projetos. O objetivo é fazer com que estas ações promovam a diversidade e beneficiem a população local.

As inscrições ficam abertas permanentemente e podem ser feitas pelo e-mail sediversidade@sde.sp.gov.br. A equipe técnica da SDE encaminhará às interessadas o regulamento com a ficha de inscrição e a relação de documentos para análise.

As iniciativas precisam atender a um ou mais públicos/temáticas elencados nas categorias: Egressos ou em regime do sistema carcerário; Equidade de gênero; Equidade de raça; Infância e Adolescência; Juventude; LGBTQIA+; Pessoa com deficiência; Pessoa idosa; Pessoa migrante ou em situação de refúgio; Pessoa em situação de rua; Pessoa que vivem com HIV/Aids; Programas transversais que contemplem mais de um grupo; e outros. (Agência Brasil)

ATAS BALANÇOS/EBITAS/LEILÕES

VERDE ASSET MANAGEMENT S.A. - CNPJ/MF nº 19.749.539/0001-76

Senhores Acionistas. Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Verde Asset Management S.A. adota uma filosofia de investimento que se baseia em estudo e trabalho intenso de pesquisa e em um processo profundo de análises macro e microeconômicas com viés fundamentalista, contemplando o mercado local e internacional. A Verde Asset Management S.A. possui uma estrutura que permite um fluxo constante de informações entre suas áreas de gestão e pesquisa, de maneira que todas as decisões sejam discutidas intensamente por todos e a qualquer momento, garantindo o entendimento geral das oportunidades e qualidade nas decisões. Em 31 de dezembro de 2021, a Verde Asset Management S.A. possuía R\$ 38.728.720,00 (R\$ 41.50) bilhões de ativos sob gestão. **Destques da exercíca:** • **Receitas**

Operacionais: Em 2021 as receitas operacionais auferidas pela Verde Asset Management S.A. passaram a ser compostas pelas: (a) Taxa de Administração, calculada sobre o valor do patrimônio líquido de cada Fundo e deduzida da diferença do patrimônio líquido do Fundo. O total da taxa de administração correspondeu a R\$ 659.972 (2020 – R\$ 576.553) mil; e (b) Taxa de Performance, sempre que aplicável e disposto no regulamento no Fundo, sendo equivalente a um percentual sobre o resultado líquido do fundo em relação ao resultado líquido de 100% (cem por cento) do índice de referência, já descontada a remuneração baseada na taxa de administração. O valor devido como taxa de performance é provisionado diariamente pelo Fundo, pago semestralmente em 30.06 e 31.12 de cada ano ou no resgate de quotas, o que ocorrer primeiro. Na eventuality das cotas apresentarem rentabilidade inferior à variação do índice de referência, o valor devido é determinado pelo período de performance, nenhuma taxa de desempenho será paga, até que seja compensada a diferença negativa entre o va-

loração gerada pela taxa de administração e a variação do índice de referência. O total da taxa de performance no exercício correspondeu a R\$ 111.975 (2020 – R\$ 92.803) mil. • **Receitas Financeiras:** As receitas auferidas em 2021 totalizaram R\$ 9.628 (2020 – R\$ 4.948) mil, tendo sido originadas de: (a) operações compradas com lastro em DI aplicadas junto ao Itaú Unibanco S/A, com remuneração de até 101% do CDI e por cotas do Fundo “VGC Renda Fixa Referência DI”, administrado pelo Mandato de Segurança nº 2019/77, em valor de R\$ 154.965 mil, sendo R\$ 26.487 (2020 – R\$ 21.260) mil referentes a despesas administrativas, R\$ 154.376 (2020 – R\$ 142.741) mil de despesas com pessoal, R\$ 499 (2020 – R\$ 121) mil de despesas de depreciação e amortização e R\$ 1.003 (2020 – R\$ 843) mil de despesas tributárias. • **Impostos:** Imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$ 173.003 (2020 – R\$ 148.468) mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. • **Resultado do Período:** Apresentou um lucro líquido de R\$ 328.914 (2020 – R\$265.338) mil. • **Conjuntura Econômica:** A Companhia avaliou que os riscos e incertezas resultantes da propagação do vírus Covid-19 não resulta em evento econômico que tenha relação com a continuidade de seu negócio e/ou às estimativas contábeis. O impacto mais relevante observado foi a redução no patrimônio dos fundos de investimentos causando redução nos montantes de receitas de gestão e performance. **Auditoria independente:** Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram realizados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram prestados à Verde Asset Management S.A. outros serviços pelos seus auditores independentes que não os relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
Ativo	Nota	2021	2020
Circulante		328.077	370.069
Caixa e equivalentes de caixa	3	309.548	268.583
Contas a receber	4	17.161	99.935
Outros créditos		31	67
Despesas antecipadas		1.327	1.484
Não circulante		29.595	7.113
Depósito judiciais	8	13.450	7.100
Ativos de direito de uso	5	9.638	-
Imobilizado	6	6.409	341
Intangível		98	72
Total do ativo		357.672	377.582

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto Operacional: A Verde Asset Management S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, nas atividades das desenvolvedoras, dos administradores e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e quando não existirem incertezas quanto a realização dos benefícios, conforme descrição a seguir. **(a) Taxas de administração:** As taxas de administração são reconhecidas nos períodos em que os correspondentes serviços são realizados, em conformidade com os critérios de reconhecimento definidos contratualmente que em geral, refere-se a um percentual aplicado sobre o patrimônio líquido de cada fundo de investimento sob gestão. Os percentuais das taxas de administração são de até 2% ao ano. **(b) Taxa de performance:** A taxa de performance é reconhecida somente quando o retorno dos ativos sob gestão num determinado período pré-estabelecido nos regulamentos de cada fundo, ultrapassam certos referenciais de retorno (benchmark) ou outros referenciais de performance de acordo com o regulamento de cada fundo. Os períodos de apuração das taxas de performance são semestrais, encerrando-se, substancialmente, nos meses de junho e dezembro de cada exercício. **2.1. Distribuição de lucros:** A distribuição de lucros aos acionistas da Companhia é reconhecida com um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social. **2.12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios abaixo. **(a) Ativos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. **(b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes são reconhecidos quando há uma obrigação presente e mensurável sob o ponto de vista da administração, considerando provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para os processos cujo o risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação. **(c) Obrigações legais:** São derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente. **2.13. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
Notas	2021	2020	
Receitas com prestação de serviços	10	771.947	669.356
(f) Impostos e contribuições sobre serviços prestados	11	(87.300)	(75.533)
Receita operacional líquida		684.647	593.823
Receitas (despesas) operacionais			
Outras receitas operacionais	12	6	-
Despesas administrativas	13	(26.660)	(21.260)
Despesas com pessoal	13	(164.378)	(142.741)
Despesas com depreciação e amortização		(325)	(121)
Despesas tributárias		(1.003)	(843)
Resultado operacional		492.289	428.858
Receitas (despesas) financeiras	14	9.628	4.948
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		501.917	433.806
Imposto de renda e contribuição social do exercício	15	(173.003)	(148.468)
Lucro líquido do exercício		328.914	285.338
Ações do capital social no final do exercício		2.811.000	2.811.000
Lucro por ação do capital social no fim do exercício		117,01	101,51

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reserva de lucros			
Capital Social	Reserva legal acumulada	Lucros	
Em 31 de dezembro de 2019	2.811	562	- 3.373
Lucro líquido do exercício			285.338
Dedução do lucro líquido do exercício			(139.542)
Dividendos pag			(145.798)
Em 31 de dezembro de 2020	2.811	562	- 3.373
Lucro líquido do exercício			328.914
Dedução do lucro líquido do exercício			(223.982)
Dividendos pag			(104.932)
Em 31 de dezembro de 2021	2.811	562	- 3.373

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Conta corrente

2021	2020	
309.538	268.573	
Total	309.538	268.583

(f) Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras decorrentes de operações compradas com lastro em DI aplicadas junto ao Itaú Unibanco S/A, com remuneração de até 101% do CDI e por cotas do Fundo “VGC Renda Fixa Referência DI”, administrado pelo Mandato de Segurança nº 2019/77, em valor de R\$ 9.791 (2020 – R\$ 4.948) e estão registradas em “Receitas financeiras” (Nota 14).

4. Contas a receber: A Verde Asset Management S.A., realiza a gestão da carteira de fundos nacionais cuja a administração está sob a responsabilidade da Credit Suisse Hedging-Griffo CV S.A. e BNY Mellon Securities Financials OTC/OTC, cujo patrimônio líquido dos Fundos por país, em 31 de dezembro de 2021, totalizam R\$ 39.760 milhões (2020 – R\$ 41.501 milhões). Em 31 de dezembro de 2021, o montante a receber de R\$ 17.161 (2020 – R\$ 99.935) referia-se a taxa de administração e performance, que foram recebidas em janeiro de 2022.

5. Arrendamentos: O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

Ativos de direito de uso

31/12/2021	31/12/2020
9.812	-
Depreciação Acumulada	(174)
Total	9.638

Passivo de arrendamentos

31/12/2021	31/12/2020
16.383	-
(6.380)	-
Total	10.003

(a) O contrato de aluguel foi assinado entre a Verde Asset, Verde Serviços e Aquarius Empreendimentos e Participações LTDA, empresa administradora do equipamento adotados no Brasil e pelos controles internos que ela determinou.

6. Imobilizado e intangível: A composição do saldo está abaixo apresentada:

2021	2020
Instalações	10
Equipamentos - Depreciação acumulada	(7)
Valor contábil líquido	3
Benefícios em imóveis de terceiros	4.816
Benefícios em imóveis de terceiros - Depreciação acumulada	(159)
Valor contábil líquido	4.657
Mobiliário	172
Equipamentos - Depreciação acumulada	(95)
Valor contábil líquido	77
Máquinas	114
Máquinas - Depreciação acumulada	(3)
Valor contábil líquido	111
Aparelhos de refrigeração	11
Aparelhos de refrigeração - Depreciação acumulada	(1)
Valor contábil líquido	10
Obras de arte	126
Obras de arte - Depreciação acumulada	-
Valor contábil líquido	126
Equipamentos de comunicação	118
Equipamentos de comunicação - Depreciação acumulada	(82)
Valor contábil líquido	36
Equipamentos - Hardware	1174
Equipamentos - Hardware - Depreciação acumulada	(1078)
Valor contábil líquido	96
Software	745
Software - Depreciação acumulada	(242)
Valor contábil líquido	503
Depreciação acumulada total	(1.032)
Valor contábil líquido do imobilizado em 31 de dezembro	6.409
Intangível	2021
Software	771
Software - Depreciação acumulada	(742)
Valor contábil líquido	29
Encargos s/ folha	1.205
Total	120.705

(a) A Companhia possui um programa de bônus, que tem por finalidade permitir

que os Colaboradores elegíveis, que cumpram as regras ora estabelecidas, recebam bônus profissionais em função de seu desempenho em cada exercício coletivo em função dos resultados da Companhia apurados em cada semestre e de acordo o Programa, 2,25% do lucro operacional das Empresas será destinado aos funcionários com previsão de pagamento até 28 de fevereiro de 2022, referente ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021. **7.2 Obrigações Fiscais:** A composição do saldo está abaixo apresentada:

2021	2020
92.769	89.228
5.394	12.699
1.150	2.744
Total	99.283

8. Provisão para contingências: Em 18 de outubro de 2019, a Verde Asset Management S.A. recebeu o Mandato de Segurança nº 2019/77, em valor de R\$ 75.2019 4.036.000 (“Mandato de Segurança”), distribuído para a Z2 Vava Cível Federal de São Paulo, para pleitear o não recolhimento das contribuições correspondentes a terceiros, calculadas sob a forma de pagamento e ressarcimento dos recolhimentos realizados nos últimos 5 anos. Em função do Mandato de Segurança, a Companhia optou pela constituição de provisão para contingências referentes às ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **9.2. Reserva legal:** Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social, sendo que o saldo restante será, semestralmente, destinado na sua totalidade ao pagamento de dividendos aos acionistas. **9.3. Dividendos:** Em 19 de janeiro de 2022, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 104.932 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2021. O pagamento dos dividendos será realizado em duas parcelas, sendo que a primeira parcela de R\$ 99.685 foi paga nesta data e a segunda parcela de R\$ 5.247 será paga em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, em 08 de abril de 2022. Em 31 de julho de 2021, foi aprovado pelos diretores a distribuição de dividendos intercalares ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 223.982, com base no balanço levantado em 30 de junho de 2021, integralmente pago no exercício. Em 22 de janeiro de 2021, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2021. O pagamento dos dividendos será realizado em duas parcelas, sendo que a primeira parcela de R\$ 99.685 foi paga nesta data e a segunda parcela de R\$ 5.247 será paga em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, em 08 de abril de 2022. Em 31 de julho de 2021, foi aprovado pelos diretores a distribuição de dividendos intercalares ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no balanço levantado em 30 de junho de 2021, integralmente pago no exercício. Em 22 de janeiro de 2021, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2021. O pagamento dos dividendos será realizado em duas parcelas, sendo que a primeira parcela de R\$ 99.685 foi paga nesta data e a segunda parcela de R\$ 5.247 será paga em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, em 08 de abril de 2022. Em 31 de julho de 2021, foi aprovado pelos diretores a distribuição de dividendos intercalares ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no balanço levantado em 30 de junho de 2021, integralmente pago no exercício. Em 22 de janeiro de 2021, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2021. O pagamento dos dividendos será realizado em duas parcelas, sendo que a primeira parcela de R\$ 99.685 foi paga nesta data e a segunda parcela de R\$ 5.247 será paga em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, em 08 de abril de 2022. Em 31 de julho de 2021, foi aprovado pelos diretores a distribuição de dividendos intercalares ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no balanço levantado em 30 de junho de 2021, integralmente pago no exercício. Em 22 de janeiro de 2021, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2021. O pagamento dos dividendos será realizado em duas parcelas, sendo que a primeira parcela de R\$ 99.685 foi paga nesta data e a segunda parcela de R\$ 5.247 será paga em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, em 08 de abril de 2022. Em 31 de julho de 2021, foi aprovado pelos diretores a distribuição de dividendos intercalares ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no balanço levantado em 30 de junho de 2021, integralmente pago no exercício. Em 22 de janeiro de 2021, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2021. O pagamento dos dividendos será realizado em duas parcelas, sendo que a primeira parcela de R\$ 99.685 foi paga nesta data e a segunda parcela de R\$ 5.247 será paga em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, em 08 de abril de 2022. Em 31 de julho de 2021, foi aprovado pelos diretores a distribuição de dividendos intercalares ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no balanço levantado em 30 de junho de 2021, integralmente pago no exercício. Em 22 de janeiro de 2021, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2021. O pagamento dos dividendos será realizado em duas parcelas, sendo que a primeira parcela de R\$ 99.685 foi paga nesta data e a segunda parcela de R\$ 5.247 será paga em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, em 08 de abril de 2022. Em 31 de julho de 2021, foi aprovado pelos diretores a distribuição de dividendos intercalares ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no balanço levantado em 30 de junho de 2021, integralmente pago no exercício. Em 22 de janeiro de 2021, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2021. O pagamento dos dividendos será realizado em duas parcelas, sendo que a primeira parcela de R\$ 99.685 foi paga nesta data e a segunda parcela de R\$ 5.247 será paga em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, em 08 de abril de 2022. Em 31 de julho de 2021, foi aprovado pelos diretores a distribuição de dividendos intercalares ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no balanço levantado em 30 de junho de 2021, integralmente pago no exercício. Em 22 de janeiro de 2021, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2021. O pagamento dos dividendos será realizado em duas parcelas, sendo que a primeira parcela de R\$ 99.685 foi paga nesta data e a segunda parcela de R\$ 5.247 será paga em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, em 08 de abril de 2022. Em 31 de julho de 2021, foi aprovado pelos diretores a distribuição de dividendos intercalares ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no balanço levantado em 30 de junho de 2021, integralmente pago no exercício. Em 22 de janeiro de 2021, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2021. O pagamento dos dividendos será realizado em duas parcelas, sendo que a primeira parcela de R\$ 99.685 foi paga nesta data e a segunda parcela de R\$ 5.247 será paga em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, em 08 de abril de 2022. Em 31 de julho de 2021, foi aprovado pelos diretores a distribuição de dividendos intercalares ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no balanço levantado em 30 de junho de 2021, integralmente pago no exercício. Em 22 de janeiro de 2021, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2021. O pagamento dos dividendos será realizado em duas parcelas, sendo que a primeira parcela de R\$ 99.685 foi paga nesta data e a segunda parcela de R\$ 5.247 será paga em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, em 08 de abril de 2022. Em 31 de julho de 2021, foi aprovado pelos diretores a distribuição de dividendos intercalares ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no balanço levantado em 30 de junho de 2021, integralmente pago no exercício. Em 22 de janeiro de 2021, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2021. O pagamento dos dividendos será realizado em duas parcelas, sendo que a primeira parcela de R\$ 99.685 foi paga nesta data e a segunda parcela de R\$ 5.247 será paga em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, em 08 de abril de 2022. Em 31 de julho de 2021, foi aprovado pelos diretores a distribuição de dividendos intercalares ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no balanço levantado em 30 de junho de 2021, integralmente pago no exercício. Em 22 de janeiro de 2021, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2021. O pagamento dos dividendos será realizado em duas parcelas, sendo que a primeira parcela de R\$ 99.685 foi paga nesta data e a segunda parcela de R\$ 5.247 será paga em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, em 08 de abril de 2022. Em 31 de julho de 2021, foi aprovado pelos diretores a distribuição de dividendos intercalares ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no balanço levantado em 30 de junho de 2021, integralmente pago no exercício. Em 22 de janeiro de 2021, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2021. O pagamento dos dividendos será realizado em duas parcelas, sendo que a primeira parcela de R\$ 99.685 foi paga nesta data e a segunda parcela de R\$ 5.247 será paga em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, em 08 de abril de 2022. Em 31 de julho de 2021, foi aprovado pelos diretores a distribuição de dividendos intercalares ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no balanço levantado em 30 de junho de 2021, integralmente pago no exercício. Em 22 de janeiro de 2021, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 154.932 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2021. O pagamento dos dividendos será realizado

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5B04-6493-D745-5568> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5B04-6493-D745-5568



Hash do Documento

E75F7ABF93E630EFCAAA4456F1A40723F8A91ABC0C017A90CECF8F2B8F63923B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/03/2022 11:35 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C60C-6F20-8DB7-0ED8> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C60C-6F20-8DB7-0ED8



Hash do Documento

6453506F439ADF1255C862B8DF997F4DB693BF1CC2BD7F78A76BB1C3F7EC089A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/03/2022 11:37 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00





WILL FINANCEIRA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ nº 23.862.762/0001-00

Recalca: a recalca da Will Financeira é composta principalmente através de juros cobrados do rolativo de cartão de crédito, do parcelamento de futuras vendas...

Despesas com provisão para perdas de crédito: As despesas com provisões para perdas cresceram de R\$60 milhões positivo para R\$63,3 milhões negativo...

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Table with columns: Ativo, Passivo, 2021, 2020, Saldo em 31/12/2019. Includes categories like Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, etc.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Table with columns: Semestre e Exercício Fim do 31 de Dezembro de 2021 and Exercício Fim do 31 de Dezembro de 2020. Includes Reservas de Lucro, Lucros (Prejuízos) Acumulados, etc.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Table with columns: Semestre e Exercício Fim do 31 de Dezembro de 2021 and Exercício Fim do 31 de Dezembro de 2020. Includes Reservas de Lucro, Lucros (Prejuízos) Acumulados, etc.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Table with columns: Semestre e Exercício Fim do 31 de Dezembro de 2021 and Exercício Fim do 31 de Dezembro de 2020. Includes Receitas de Operações de Crédito, Despesas de Operações de Crédito, etc.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Table with columns: Semestre e Exercício Fim do 31 de Dezembro de 2021 and Exercício Fim do 31 de Dezembro de 2020. Includes Lucro (Prejuízo) Líquido do semestre e exercício, Resultado Abrangente do semestre e exercício.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Table with columns: Semestre e Exercício Fim do 31 de Dezembro de 2021 and Exercício Fim do 31 de Dezembro de 2020. Includes Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimento, e Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Table with columns: Semestre e Exercício Fim do 31 de Dezembro de 2021 and Exercício Fim do 31 de Dezembro de 2020. Includes Lucro (Prejuízo) Líquido do semestre e exercício, Resultado Abrangente do semestre e exercício.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Table with columns: Semestre e Exercício Fim do 31 de Dezembro de 2021 and Exercício Fim do 31 de Dezembro de 2020. Includes Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimento, e Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Table with columns: Semestre e Exercício Fim do 31 de Dezembro de 2021 and Exercício Fim do 31 de Dezembro de 2020. Includes Lucro (Prejuízo) Líquido do semestre e exercício, Resultado Abrangente do semestre e exercício.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Table with columns: Semestre e Exercício Fim do 31 de Dezembro de 2021 and Exercício Fim do 31 de Dezembro de 2020. Includes Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimento, e Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Table with columns: Semestre e Exercício Fim do 31 de Dezembro de 2021 and Exercício Fim do 31 de Dezembro de 2020. Includes Lucro (Prejuízo) Líquido do semestre e exercício, Resultado Abrangente do semestre e exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARA O EXERCÍCIO FIM DO 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Will Financeira S.A. Credito, Financiamento e Investimento ("Will Financeira" ou "Companhia"), é uma sociedade limitada...

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARA O EXERCÍCIO FIM DO 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

2. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Will Financeira S.A. em 23 de dezembro de 2021...

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARA O EXERCÍCIO FIM DO 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

3. AVALIAÇÃO DE IMPACTOS: A administração avaliou os impactos das mudanças nas condições de mercado e nas expectativas futuras sobre o desempenho da companhia...

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARA O EXERCÍCIO FIM DO 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTOS CONTÁBEIS: A administração realizou julgamentos e estimativas em conexão com a preparação das demonstrações contábeis...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código FD77-28A0-2DEE-A4BE.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/FD77-28A0-2DEE-A4BE> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FD77-28A0-2DEE-A4BE



Hash do Documento

9DC1355CBC88F3E73A76081E2B6C11959322579B5B836F3AEC45956BB1F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/03/2022 11:40 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00





CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A.
CNPJ: 13.223.975/0001-20

ANS - nº 418072

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Principais Informações Financeiras

O ano de 2021 apresentou diversos desafios para a Companhia, em função não apenas do contexto do próprio setor, mas especialmente em virtude do nível de incertezas em relação à duração e à profundidade dos impactos da pandemia sobre a saúde pública e a economia. O mercado privado de planos de saúde, em especial, tem sido marcado por aumento dos custos, ampliação da cobertura de procedimentos, restrições nos reajustes dos planos, o que impacta o desempenho econômico-financeiro das operadoras.

Em meio a este cenário a Companhia encerrou o exercício de 2021 com um lucro de R\$ 9,7 milhões. O saldo do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 131,4 milhões, enquanto as aplicações financeiras totalizaram R\$ 142,1 milhões e as provisões técnicas R\$ 15,3 milhões.

Perspectivas e planos da administração para os exercícios seguintes

Por decisão da Administração da Companhia, as atividades comerciais de novas vendas estão suspensas por tempo indeterminado, sendo mantidas as operações para as vidas que permanecem ativas na carteira.

Balanco Patrimonial

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante		153.532	27.869	Passivo Circulante		22.990	26.204
Disponível		212	628	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	8	15.274	7.945
Realizável		153.320	27.241	Provisão de Insuficiência de Prêmios		6.522	–
Aplicações Financeiras	4	142.133	16.627	Provisão de Sinistros a Liquidar para SUS		11	12
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		19.098	13.569	Provisão de Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores		6.538	7.083
Aplicações Livres		123.035	3.058	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		2.161	797
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		35	56	Débitos de Operações de Assistência à Saúde		15	33
Prêmio a Receber	5	35	56	Comercialização sobre Operações		15	33
Créditos Tributários e Previdenciários	6	10.690	10.085	Tributos e Encargos Sociais a Recolher		831	1.082
Bens e Títulos a Receber		443	454	Débitos de Avaliação Patrimonial	9	6.971	17.144
Despesas Antecipadas		19	19	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.095	10.307
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.000	136.894	Provisões		1.095	10.307
Realizável a Longo Prazo		1.845	136.689	Provisões para Tributos Diferidos	7	–	3.223
Aplicações Financeiras	4	–	135.202	Provisões para Ações Judiciais		10	7.084
Aplicações Livres		–	135.202	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	131.447	128.252
Depósitos Judiciais e Fiscais	10	1.845	1.487	Capital Social		192.000	192.000
Imobilizado		155	203	Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.697)	4.835
Imobilizado de Uso Próprio		155	203	Prejuízos Acumulados		(58.856)	(68.583)
Imobilizado - Não Hospitalares		–	–	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		155.532	164.763
Intangível		–	–				
TOTAL DO ATIVO		155.532	164.763				

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.142.000	26.090	(122.513)	1.045.577
Redução de capital cont. AOE 09/07/2020	(950.000)	–	–	(950.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	–	(21.255)	–	(21.255)
Lucro Líquido do Exercício	–	–	53.930	53.930
Saldo em 31 de dezembro de 2020	192.000	4.835	(68.583)	128.252
Ajustes de Avaliação Patrimonial	–	(6.532)	–	(6.532)
Lucro Líquido do Exercício	–	–	9.727	9.727
Saldo em 31 de dezembro de 2021	192.000	(1.697)	(58.856)	131.447

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. sediada em Barueri - SP, doravante referida também como "Companhia", é controlada pela CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo Grupo Segurador francês CNP Assurances e tem como objeto social atuar como seguradora especializada em seguro saúde. A Companhia foi constituída em 23 de fevereiro de 2011 e autorizada a operar, nos ramos de saúde e odontológico pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS em 25 de julho de 2011.

Por decisão da Administração da Companhia, as atividades comerciais de novas vendas estão suspensas por tempo indeterminado, sendo mantidas as operações para as vidas que permanecem ativas na carteira.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS, incluindo pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela ANS. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de março de 2022.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e Bancos (disponível)

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender às obrigações de curto prazo, sem risco significativo de mudança de valor justo.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação e reconhecimento
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para a venda.
Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes líquidos dos efeitos tributários, e apresentadas no patrimônio líquido. Quando esse ativo sofre perdas por redução ao valor recuperável ou é vendido, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

2.4.2. Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir: Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

2.5. Impairment

2.5.1. Impairment de ativos financeiros

a. Ativos mensurados ao custo amortizado (prêmios a receber)
A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado se os prejuízos por evidência objetiva são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outro reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment:

- Os prêmios são avaliados inicialmente pelo valor original. A Companhia constitui provisão conforme requerido pela RN nº 435/2018 e alterações posteriores.
- Para os planos individuais com preço preestabelecido havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada e para os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, é realizada a provisão da totalidade do crédito desse contrato.

Mediante avaliações, a Companhia entende que a redução ao valor recuperável está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

2.5. Imobilizado

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.

2.7. Provisões técnicas

As Provisões Técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PESL) é constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador ou a ser reembolsado ao segurado, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial.

A Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos e ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço e é estimada pelo método de Modelos Lineares Generalizados (GLM), com observações de 3 meses.

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados no SUS (PEONA-SUS) é constituída em sua totalidade conforme cálculo disposto na RN nº 393/2015 e suas alterações, considerando o total de eventos indenizáveis provenientes do SUS.

A Provisão para Remissão é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão dos prêmios referentes à cobertura de assistência saúde, firmadas com o beneficiário a partir do mês seguinte ao conhecimento do óbito do segurado titular do plano, contemplando todos os dependentes cadastrados por período de 1 (um) ou 2 (dois) anos, a depender do contrato firmado. A provisão é calculada mensalmente conforme metodologia de avaliação de reserva matemática a partir de anuidade atuarial e da despesa assistencial esperada identificadas por contrato no momento do cálculo.

A Provisão para Prêmios Não Ganha (PPCNG) é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, tendo seu cálculo baseado na Resolução Normativa nº 393/2015 e demais alterações, aplicando a parcela de prêmio não ganha cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu.

A Provisão para Insuficiência de Prêmios (PIC) é constituída quando constatada a insuficiência de prêmios para cobertura dos sinistros a ocorrer, conforme cálculo disposto na RN nº 393/2015 e suas alterações.

Teste de adequação do passivo - TAP
Conforme definido pela Resolução Normativa nº ANS 472/2021, não há obrigatoriedade para operadoras classificadas como de pequeno ou médio porte a obrigação de informar nas notas explicativas a realização do TAP.

2.8. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui passivo contingente para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os passivos contingentes são constituídos a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Ativo contingente somente é reconhecido quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação contuto eventual.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se

em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.9. Auração do resultado

A receita compreende o valor justo do prêmio recebido ou a receber pela comercialização dos serviços prestados no curso normal das atividades.

Os prêmios de seguros e comissões são apropriados ao resultado quando da emissão das respectivas faturas e apropriados em bases lineares no período de cobertura do risco.

A apropriação da despesa com sinistros é reconhecida, considerando-se a data de apresentação da conta médica ou do aviso aos prestadores dos serviços, correspondente aos sinistros ocorridos. As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.10. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são constituídos pois a Companhia não tem expectativa de resultado futuro que comporte os seus registros.

A provisão para o recebimento de rendas e contribuições sociais decorrentes do imposto de renda corrente e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes

2.11. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela ANS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii) informações sobre incertezas sobre premissas e normas contábeis que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Notas 2.7 e 8 - Provisões técnicas;

Notas 2.4 e 4 - Aplicações; e

Notas 2.8 e 10 - Depósitos Judiciais, Provisões para ações judiciais

2.12. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

IFRS 9/ CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 entrou em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de Janeiro de 2018, porém a Administração optou por não adotar a norma em virtude de critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/ CPC 48 e optou por adiar a aplicação do IFRS 9/ CPC 48 a data efetiva da nova norma de contratos de seguro (IFRS 17), em 1º de Janeiro de 2023, tendo em vista que suas operações são predominantemente relacionadas a seguros. Além disso, dependerá da aprovação do órgão regulador.

RN 472/2021 - Alterações Contábeis nas normas básicas da ANS - Dispõe sobre o Plano de Contas Adotado da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde e as administradoras de bens físicos, além de determinar diversas RNs. As alterações providas pela referida norma produzirão efeitos na Companhia a partir de 01/01/2022, com a alteração do Plano de Contas, alterações nos controles gerenciais obrigatórios e alteração nos anexos da IN45.

3. Gestão de riscos

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unitário.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) foi criada com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco. As principais responsabilidades da DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica de Risk Appetite;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais e de compliance;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar a implementação de regulamentos e normas e políticas internas;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares da Solvency II e Own Risk and Solvency Assessment - ORSA e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o dashboard (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange regulamentos e normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e Compliance. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os Comitês d'Engagements (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e Compliance.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com Diversas Políticas e Normativas internas que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente Compliance e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativas específicas, relativas à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

3.1. Riscos de Seguros

O Risco de Seguro é o risco preexistente, transferido do segurado para a seguradora, ou seja, é o risco que a seguradora aceita do segurado em troca de um prêmio. Já o risco inerente é a hipótese de ocorrência de irregularidades, equívocos ou mesmo grandes erros que podem comprometer uma atividade.

3.1.1. Controle do risco de seguro

A Gestão de Riscos permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados através de um forte mecanismo de controle implantado, incluindo funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditoria interna e externas.

A Companhia conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a companhia dispõe de políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

3.1.2. Estratégia de subscrição

A política de subscrição é parte integrante do quadro de gestão de risco, ou seja, a política estabelece as condições e os limites para aceitação e precificação das garantias prestadas, em linha com as diretrizes estabelecidas pela alta administração: apetite a risco e objetivos estratégicos. Tais diretrizes permitem, através de um processo de tomada de decisão claro e partilhado, monitorar e gerir os riscos.

3.2. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade da Companhia considerando-se as mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, líquidos dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros abaixo, demonstrando os impactos de cada premissa no resultado e no patrimônio líquido.

	31/12/2021	31/12/2020
Sensibilidade	%	%
Taxa +1%	-0,32%	-1,32%
Taxa -1%	0,43%	1,35%
Sinistralidade +5%	3,49%	0,31%
Sinistralidade -5%	-3,49%	-0,31%
Inflação +1%	0,00%	0,00%
Inflação -1%	0,00%	0,00%

Notas:

a) A Sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de duration e convexidade, considerando a curva de juros prefixada 100 basis points para cima e para baixo;

Considerações Finais e Agradecimentos

A CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas e Conselheiros. Agradecemos também o apoio dado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e, em particular, aos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.

Por fim, a CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados por todos são fatores fundamentais para enfrentar, com competência e dinamismo, nossos futuros desafios. Barueri, 25 de março de 2022.



CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A.
CNPJ: 13.223.975/0001-20

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021			31/12/2020		
	Prêmio a receber	PDD	Total	Prêmio a receber	PDD	Total
Saúde empresarial	742	(709)	33	804	(755)	49
Saúde coletivo por adesão	2	-	2	7	-	7
Total	744	(709)	35	811	(755)	56

5.2. Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para risco de crédito

	31/12/2021			31/12/2020		
	Saldo inicial	Prêmios emitidos	Prêmios cancelados	Saldo inicial	Prêmios emitidos	Prêmios cancelados
Prêmios emitidos	56	2.008	-	56	2.008	-
Prêmios cancelados	-	(21)	(31)	-	(21)	(31)
Recebimentos	-	(107)	(32)	-	(107)	(32)
Constituição/(reversão) de provisão para perda	-	(976)	(2.171)	-	(976)	(2.171)
Saldo final	56	46	38	56	35	56

5.3. Faixas de vencimento

	31/12/2021		31/12/2020	
	Prêmios a vencer	De 1 a 30 dias	Prêmios vencidos	De 1 a 30 dias
Prêmios a vencer	32	61	-	-
De 1 a 30 dias	-	-	1	2
Prêmios vencidos	-	-	2	2
De 1 a 30 dias	-	-	709	748
De 31 a 60 dias	-	-	-	-
De 61 a 120 dias	-	-	744	811
Total	32	61	711	750

6. Créditos Tributários e Previdenciários

A composição dos créditos tributários são integralmente compostos por valores a restituir e estão distribuídos da seguinte forma:

6.1. Composição

	31/12/2021		31/12/2020	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Outros tributos	Total
Contribuição Social	3.291	2.977	-	6.268
Imposto de Renda	4.135	3.749	-	7.884
Outros tributos	3.264	3.359	-	6.623
Total	10.690	10.085	-	20.775

6.2. Créditos Fiscais não reconhecidos

A Companhia não atendeu a totalidade dos requisitos do item 10.30 da resolução Normativa 435/18, portanto a com posição dos créditos fiscais não reconhecidos estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Adições temporárias	Prejuízo fiscal	Adições temporárias	Prejuízo fiscal
Adições temporárias	57.986	57.188	57.986	57.188
Prejuízo fiscal	3.208	7.789	3.208	7.789
Total	61.194	64.977	61.194	64.977

7. Provisão para Tributos Diferidos

São representados substancialmente pela provisão dos tributos incidentes sobre os ajustes de títulos e valores mobiliários, com a contrapartida contabilizada diretamente no patrimônio líquido. O saldo dessa rubrica em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 0 e em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 3.223.

8. Provisões técnicas

Apresentamos a seguir as provisões técnicas abertas por produto:

	31/12/2021			
	Provisão para Sinistros a Liquidar	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados(*)	Provisão de Insuficiência de Prêmios	Provisão de Prêmio Não Ganhos
Saúde empresarial	6.520	2.161	6.522	42
Outro Empresarial	29	-	-	-
Total	6.549	2.161	6.522	42

(*) Inclui saldo de PEONA - SUS de R\$ 38 mil em 2021.

8.1. Movimentação das provisões técnicas

A movimentação das provisões técnicas podem ser resumidas como segue:

	31/12/2021			
	Saldo inicial	Constituições / Avisos	Pagamento de sinistros	Ajuste de sinistros
Saldo inicial	7.095	-	-	-
Constituições / Avisos	-	81.579	9.211	6.909
Pagamento de sinistros	-	(6.294)	-	-
Ajuste de sinistros	-	(707)	-	-
Reversões	-	(75.124)	(7.847)	(387)
Saldo final	6.549	7.095	2.161	6.522

9. Débitos diversos

Apresentamos a seguir a composição dos débitos diversos:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Obrigações com pessoal a pagar	Depósito de terceiros	Provisão para indenizações	Outras contas a pagar
Obrigações com pessoal a pagar	694	654	1.545	503
Depósito de terceiros	1.545	603	4.300	13.110
Provisão para indenizações	-	-	332	2.877
Outras contas a pagar	-	-	6.871	17.144
Total	1.545	1.257	6.178	23.634

10. Depósitos judiciais e Provisões para ações judiciais

10.1. Composição

	31/12/2021		31/12/2020	
	Depósitos judiciais	Provisões para ações judiciais	Depósitos judiciais	Provisões para ações judiciais
Contingências civis	1.835	1.477	1.092	7.081
Contingências trabalhistas	10	10	3	3
Totais	1.845	1.487	1.095	7.084

As posições judiciais de causas civis correspondem, substancialmente, a pedidos para cobertura de sinistros que estão em discussão judicial em reclamações, majoritariamente, relacionadas a Indenizações por Danos Morais e Materiais; Revisões de reajuste; Concessão de procedimentos médicos ou medicamentos, convertida em perdas e danos; restituição de valores despendidos com procedimentos ou medicamentos e pagamento de Custas e Honorários de Sucumbência.

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

10.2. Segregação em função da probabilidade de perda

	31/12/2021		31/12/2020	
	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas
Cíveis	108	1.092	24	3
Trabalhistas	24	3	132	1.092
Totais	132	1.095	156	1.095

11. Provisão para Sinistros a Liquidar

	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo inicial	Constituições / Avisos	Pagamento de sinistros	Ajuste de sinistro
Saldo inicial	7.827	4.305	4.227	16.359
Constituições / Avisos	-	81.572	18.843	1.489
Pagamento de sinistros	-	(8.093)	-	-
Ajuste de sinistro	-	(1.087)	-	-
Reversões	-	(73.124)	(22.351)	(5.663)
Saldo final	7.095	797	53	7.945

Conselho de Administração

Paulo Otávio Silva Câmara Presidente	Maximiliano Alejandro Villanueva	Gregoire Marie Laurent Saint Gal de Pons	Hebert Luiz Gomide Filho	Domingos Alves da Cunha Filho
Diretoria Executiva		Atuário		Contador
Rubens Bordinho de Camargo Junior Diretor Presidente	Paulo Otávio Silva Câmara Diretor Superintendente	Andrés Marco Botalla Atuário MIBA nº 3663	Maria Fernanda dos Santos Cabral CRC SP ISP-180999/O-8	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 28 de março de 2022

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 15P224130/O-8

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1011339-80.2021.8.26.0008. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Itaquape, Estado de São Paulo, Dr(a). Fábio Rogério Bojo Pellegrino, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Wagner Vagaro Sanchez (CPF. 314.465.068-43), que Strong Consultoria Educacional Ltda e Fundação Getúlio Vargas lhe ajuizaram ação de Execução, objetivando a quantia de R\$ 47.528,15 (quarenta e sete mil e 528 reais e quinze centavos), representada pelo Contrato de Prestação de Serviços Educacionais nº 128435. Estando o executado em lugar ignorado, expediu-se edital, para que em 03 dias, a partir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconteja o crédito do executante, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de março de 2022.

1ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP 8º Ofício Cível. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0004534-12.2022.8.26.0100. O Dr. Henrique Dada Paiva, Juiz de Direito da 8ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a José Wanderley Correia da Silva (CPF 734.482.812-04), que o mandado monitorio, expedido nos autos da Ação Monitoria, ajuizada por Fundação São Paulo, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial, no valor de R\$ 26.887,43 (fevereiro de 2022). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a partir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei.

BIOMM S.A.
CNPJME nº 04.752.991/0001-10 - NIRE nº 31.300.016.510
Companhia Aberta
Edital de Convocação
BIOMM S.A. ("Companhia" ou "Biomim") na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a comporem-se a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a realizar-se no dia 29 de abril de 2022, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Avenida Regent, nº 705, Lote 15 ao 21, Parque Gleba 28, Alphaville Lagoa dos Ingleses, CEP 34.018-000, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária** - (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e aprovar a distribuição de dividendos, se houver; (iii) Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2022; e (iv) Deliberar sobre o número de membros do Conselho de Administração da Companhia e eleger, nos termos dos Artigos 11 e 13, do Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes. **Em Assembleia Geral Extraordinária** - (i) Deliberar sobre o consignação do novo capital social da Companhia, aprovado no Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de fevereiro de 2022; e (ii) Deliberar sobre a alteração da redação do caput do artigo 5º do Estatuto Social, de modo a refletir o novo capital social, bem como a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Todos os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGOE, incluindo este Edital, a Proposta do Conselho de Administração da Companhia ("Proposta da Administração") e aqueles exigidos pelo artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, encontram-se a disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como no site da Companhia (www.biomim.com), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Poderão participar da AGOE ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração Nova Lima/GO, 28 de março de 2022. Cláudio Luiz Lottermberg - Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE INTIMAÇÃO - Processo Digital nº 0028216-30.2021.8.26.0100. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - Execução. Hospital São Camilo - Santana. Executado: Matheus Parraz de Moura. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0028216-30.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 22ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Luciana Novakowski Ferrera Alves de Oliveira, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Matheus Parraz de Moura (CPF 382.690.778-96), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Sociedade Beneficente São Camilo, entidade mantenedora do Hospital São Camilo - Santana, foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R\$ 38.595,10 (pagos de 2021). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a partir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de fevereiro de 2022.

1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Itaquapé-SP. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0006776-60.2021.8.26.0008 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Itaquapé, Estado de São Paulo, Dr(a). GUILHERME DE PAULANASCENTE NUNES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LEANDRO DE SOUZA CORDEIRO, CPF/MF nº 463.457.428-48, que Alberto Gomes da Rocha Neto, ação ora em fase de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Estando a ré em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a partir dos 20 dias supra, pague o débito de R\$ 17.334,98 atualizado em 01/11/2021, sob pena de multa de 10%, além de honorários advocatícios, também de 10% (art. 523, § 1º, do CPC), bem como penhora e avaliação de bens. Fica cliente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo- SP. J - 26 e 29/03/2022

BIOMM S.A.
CNPJME nº 04.752.991/0001-10 - NIRE nº 31.300.016.510
Companhia Aberta
Edital de Convocação
BIOMM S.A. ("Companhia" ou "Biomim") na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a comporem-se a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a realizar-se no dia 29 de abril de 2022, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Avenida Regent, nº 705, Lote 15 ao 21, Parque Gleba 28, Alphaville Lagoa dos Ingleses, CEP 34.018-000, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária** - (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e aprovar a distribuição de dividendos, se houver; (iii) Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2022; e (iv) Deliberar sobre o número de membros do Conselho de Administração da Companhia e eleger, nos termos dos Artigos 11 e 13, do Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes. **Em Assembleia Geral Extraordinária** - (i) Deliberar sobre o consignação do novo capital social da Companhia, aprovado no Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de fevereiro de 2022; e (ii) Deliberar sobre a alteração da redação do caput do artigo 5º do Estatuto Social, de modo a refletir o novo capital social, bem como a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Todos os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGOE, incluindo este Edital, a Proposta do Conselho de Administração da Companhia ("Proposta da Administração") e aqueles exigidos pelo artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, encontram-se a disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como no site da Companhia (www.biomim.com), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Poderão participar da AGOE ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração Nova Lima/GO, 28 de março de 2022. Cláudio Luiz Lottermberg - Presidente do Conselho de Administração

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6997-B98C-D5B7-FAE9> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6997-B98C-D5B7-FAE9



Hash do Documento

FBF03C233EE8A3CD6B631FD4928C5752F7B225FA7B2B8FFDD868F2E74CD47565

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/03/2022 11:42 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/31EB-E90A-D98E-C812> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 31EB-E90A-D98E-C812



Hash do Documento

65D1429A40560E48061CB03D4CB9D02B27CCC0881840A14EFCE49C31BE700843

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/03/2022 11:44 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00





HOLDING VERDE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF nº 19.853.465/0001-13

Senhores Acionistas, Atendendo das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, assim como o balanço patrimonial consolidado, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Verde Asset Management S.A. e a Verde Serviços Internacionais S.A. (em conjunto, "Verde Asset") adotam uma filosofia de investimento que se baseia em estudos de pesquisa e análise de mercado profundo de análises macro e microeconômicas com visão fundamentalista, contemplando o mercado local e internacional. A Verde Asset possui uma estrutura que permite um fluxo constante de informações dentro de suas diversas áreas de gestão e pesquisa, de maneira que todas as decisões sejam discutidas intensamente por todos e a qualquer momento, garantindo o entendimento geral das oportunidades e qualidade nas tomadas de decisão. Em 31 de dezembro de 2021, a Verde Asset possuía R\$ 49.020 (2020) - R\$ 50,33) bilhões de ativos sob gestão. **Despesas do período:** • **Recursos Operacionais:** Em 2021 as receitas operacionais auferidas pela Verde Asset passaram a ser compostas pelas: (a) taxa de Administração, calculada sobre o valor do patrimônio líquido de cada fundo, é calculada e deduzida do rendimento do patrimônio líquido do fundo; (b) total da taxa de administração correspondente a R\$ 684.389 (2020 - R\$ 595.368) mil; e (b) taxa de Performance, sempre que aplicável e disposto no regulamento no período do rendimento de performance, nenhuma taxa de performance será paga, até seja compensada a diferença negativa entre a variação do rentabilidade das cotas e a variação do índice de referência. O total da taxa de performance no período correspondeu a R\$ 112.827 (2020 - R\$ 94.352) mil. • **Recursos Financeiros:** As receitas auferidas em 2021 to-

talizaram R\$110.157 (2020 - R\$5.008) mil, tendo substancialmente, sido originada de por aplicações em CDB-DI e por operações compromissadas com lastro em títulos públicos ("LTN" - Letras de Tesouro Nacional). As aplicações possuem liquidez imediata. • **Despesas Operacionais:** As despesas operacionais totalizaram R\$ 193.075 (2020 - R\$ 170.936) mil, sendo R\$ 28.803 (2020 - R\$ 23.488) mil referente a despesas administrativas, R\$ 168.518 (2020 - R\$ 146.254) mil de despesas com pessoal, R\$ 524 (2020 - R\$ 1.141) mil de despesas de depreciação e amortização e R\$ 1.230 (2020 - R\$ 1.123) mil de despesas tributárias. • **Impostos:** Impostos de renda e contribuição social totalizaram R\$ 779.336 (2020 - R\$ 153.357) mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. • **Resultado do Exercício:** Apresentou um lucro líquido de R\$ 341.071 (2020 -

Relatório de administração

Lucro, sendo equivalente a um percentual aplicável sobre a valorização da cota de cada fundo que exceder 100% (em por cento) do índice de referência, já descontada a remuneração baseada na taxa de administração. O valor devido como taxa de performance é provisionado diariamente pelo fundo, pago semestralmente em 30.06 e 31.12 de cada ano ou no resgate de quotas, o que ocorrer primeiro. Na eventualidade das cotas apresentarem rentabilidade inferior à variação do índice de referência, ao final de um determinado período de performance, nenhuma taxa de performance será paga, até seja compensada a diferença negativa entre a variação do rentabilidade das cotas e a variação do índice de referência. O total da taxa de performance no período correspondeu a R\$ 112.827 (2020 - R\$ 94.352) mil. • **Recursos Financeiros:** As receitas auferidas em 2021 to-

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas com prestação de serviços	-	-	797.216	689.720
(-) Impostos e contribuições sociais	-	-	(87.824)	(75.949)
Receitas operacionais	341.071	294.517	510.352	442.866
Despesas operacionais	(117)	(116)	(28.987)	(23.488)
Despesas com pessoal	13	-	(168.518)	(146.254)
Despesas com depreciação e amortização	-	-	(340)	(141)
Despesas tributárias	(1)	(1)	(1.230)	(1.123)
Resultado operacional	341.071	294.517	510.352	442.866
Despesas operacionais	14	6	4	10.157
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	341.071	294.517	520.509	447.874
Imposto de renda e contribuição social	15	-	(179.438)	(153.357)
Lucro líquido do exercício	341.071	294.517	341.071	294.517
Lucro por ação do capital social	68,21	58,90	68,21	58,90

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	341.071	294.517	341.071	294.517
Total do resultado abrangente do exercício	341.071	294.517	341.071	294.517

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO				
Circulante	110.076	150.753	322.780	322.807
Caixa e equivalentes de caixa	3	160	321.988	279.118
Contas a receber	4	-	18.652	101.835
Dividendos a receber	5	110.315	150.606	-
Despesas antecipadas	-	-	1.615	1.752
Ouros créditos	6	-	545	102
Não circulante	5.894	5.894	49.689	25.887
Depósitos judiciais	10	32.911	25.246	25.246
Investimentos	5	5.894	5.894	-
Ativos de direito de uso	7	-	10.254	-
Imobilizado	8	-	6.434	387
Intangível	8	-	100	74
Total do ativo	116.370	156.647	392.479	408.694

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO				
Circulante	110.280	150.557	327.475	372.805
Contas a pagar	3	-	737	835
Obrigações trabalhistas	9,1	-	123.389	113.305
Obrigações fiscais	8,2	-	103.016	107.508
Dividendos a pagar	11,3	110.279	150.557	150.557
Não circulante	48.294	48.294	65.004	30.899
Provisão para contingências	10	-	38.273	30.599
Passivos de arrendamento	7	-	10.641	-
Patrimônio líquido	11.690	6.090	6.090	6.090
Capital social	5.000	5.000	5.000	5.000
Reserva de lucros	1.090	1.090	1.090	1.090
Patrimônio líquido e reservas de lucros	11.690	6.090	6.090	6.090
Total do passivo	116.370	156.647	392.479	408.694

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal		
Saído em 31 de dezembro de 2019		5.000	1.000	90	6.090
Lucro líquido do exercício	-	-	-	294.517	294.517
Dividendos pagos	11,3	-	-	(143.960)	(143.960)
Dividendos propostos	11,3	-	-	(150.557)	(150.557)
Saído em 31 de dezembro de 2020		5.000	1.000	90	6.090
Lucro líquido do exercício	-	-	-	341.071	341.071
Dividendos pagos	11,3	-	-	(230.792)	(230.792)
Dividendos propostos	11,3	-	-	(110.279)	(110.279)
Saído em 31 de dezembro de 2021		5.000	1.000	90	6.090

1. Contexto operacional: A Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora") domiciliada no Brasil, com sede na cidade e no estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600 - conjunto 111, constituída em 26 de fevereiro de 2014 é uma sociedade de administração de capital fechado. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior. A Companhia participa como controladora direta nas seguintes empresas:

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas pela Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis do Grupo. **2.2. Demonstrações financeiras individuais:** As Demonstrações Financeiras individuais são aquelas em conjunto com o balanço patrimonial e demonstrações financeiras consolidadas. Nas Demonstrações Financeiras individuais, as Controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção direta nos direitos e nas obrigações contratuais da Companhia. **2.3. Demonstrações financeiras consolidadas:** As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras individuais e as Demonstrações Financeiras consolidadas, com base no Estatuto Social da Companhia. **2.4. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios abaixo: (a) **Ativos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais há uma expectativa razoável de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes reconhecidos contabilmente. **2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.5. Investimentos em controladas: A Companhia possui os seguintes investimentos:

	Porcentagem de participação	Capital social	Reserva de lucros	Lucro líquido do exercício
Verde Asset	100%	2.811	562	328.914
Verde Serviços	100%	2.101	420	126.219

2.6. Outros créditos

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento a fornecedores	-	7
Adiantamentos de funcionários	-	42
Depósito caução (a)	-	487
Outros créditos a compensar	1	9
Total	1	545

2.7. Arrendamentos: O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
Ativos de direito de uso	10.439	-
Aluguel CDB (a)	-	1.959
Total	10.439	1.959

2.8. Imobilizado e intangível (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado	10	10
Depreciação acumulada	(7)	(8)
Valor contábil líquido	3	2
Benefícios em análise de terceiros	4.817	66
Depreciação acumulada	(159)	(51)
Valor contábil líquido	4.657	15
Mobiliário	1.048	208
Depreciação acumulada	(87)	(120)
Valor contábil líquido	960	88
Total	10.254	112
Depreciação acumulada	(3)	(13)
Valor contábil líquido	112	9
Aparelhos de refrigeração	61	26
Depreciação acumulada	(2)	(15)
Valor contábil líquido	58	11
Obras de arte (investimento)	125	-
Equipamentos de comunicação	161	161
Depreciação acumulada	(111)	(95)
Valor contábil líquido	50	66
Equipamentos - Hardware	1.414	1.107
Depreciação acumulada	(946)	(913)
Valor contábil líquido	468	195
Imobilizado total	7.751	1.600
Depreciação acumulada total	(1.317)	(1.213)
Valor líquido do imobilizado em 31 de dezembro	6.434	387

2.9. Outras obrigações: 3.1 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de férias e encargos	113.948	110.001
Provisão de férias e encargos (a)	6.480	-
Provisão de PLR (b)	1.227	1.227
Encargos sobre folha	12.289	2.521
Total	123.899	113.929

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
Conta corrente	2	3
Aplicações financeiras (*)	168	141
Total	170	144

3.2. Obrigações fiscais

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social	96.422	52.019
PIS e COFINS a receber	5.304	12.699
ISS a receber	1.150	2.744
Outros impostos a receber	50	46
Total	103.016	107.508

3.3. Provisões para contingências: ISS - Gestão fundos internacionais: Em julho de 2016, a Verde Serviços Internacionais S.A. impetrou o pedido de suspensão de pagamentos a terceiros, calculados sob a folha de pagamento e ressarcimento dos recolhimentos realizados nos últimos 5 meses. Em função do Mandado de Segurança, a Companhia optou pela constituição de provisão para contingências referentes aos depósitos judiciais que foram e serão efetuados. O passivo contingente em 31 de dezembro de 2020 correspondeu a R\$ 13.813 (R\$ 13.813 em 31 de dezembro de 2020) em função do Mandado de Segurança nº. 5219677-7/2019.03.03.0100 ("Mandado de Segurança"), distribuído para a 1ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, para pleitear o reconhecimento do direito da Companhia de não sujeitar ao ISS-ON (Imposto sobre serviços de quaisquer naturezas) os valores advindos da prestação de serviços de gestão de fundos investidos em fundos estabelecidos no exterior, sendo que o juiz de primeiro grau julgou improcedente a ação e a Companhia optou por recorrer. O recurso foi julgado improcedente em 29 de julho de 2016. O valor total depositado em juízo, corrigido até a data base de 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 19.098 (R\$ 18.107 em 31 de dezembro de 2020). Em função do Mandado de Segurança, a Companhia optou pela constituição de provisão para contingências referentes aos depósitos judiciais que foram e serão efetuados. O passivo contingente em 31 de dezembro de 2020 correspondeu a R\$ 13.813 (R\$ 13.813 em 31 de dezembro de 2020) em função do Mandado de Segurança nº. 5219677-7/2019.03.03.0100 ("Mandado de Segurança"), distribuído para a 1ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, para pleitear o reconhecimento do direito da Companhia de não sujeitar ao ISS-ON (Imposto sobre serviços de quaisquer naturezas) os valores advindos da prestação de serviços de gestão de fundos investidos em fundos estabelecidos no exterior, sendo que o juiz de primeiro grau julgou improcedente a ação e a Companhia optou por recorrer. O recurso foi julgado improcedente em 29 de julho de 2016. O valor total depositado em juízo, corrigido até a data base de 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 19.098 (R\$ 18.107 em 31 de dezembro de 2020). Em função do Mandado de Segurança, a Companhia optou pela constituição de provisão para contingências referentes aos depósitos judiciais que foram e serão efetuados. O passivo contingente em 31 de dezembro de 2020 correspondeu a R\$ 13.813 (R\$ 13.813 em 31 de dezembro de 2020) em função do Mandado de Segurança nº. 5219677-7/2019.03.03.0100 ("Mandado de Segurança"), distribuído para a 1ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, para pleitear o reconhecimento do direito da Companhia de não sujeitar ao ISS-ON (Imposto sobre serviços de quaisquer naturezas) os valores advindos da prestação de serviços de gestão de fundos investidos em fundos estabelecidos no exterior, sendo que o juiz de primeiro grau julgou improcedente a ação e a Companhia optou por recorrer. O recurso foi julgado improcedente em 29 de julho de 2016. O valor total depositado em juízo, corrigido até a data base de 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 19.098 (R\$ 18.107 em 31 de dezembro de 2020). Em função do Mandado de Segurança, a Companhia optou pela constituição de provisão para contingências referentes aos depósitos judiciais que foram e serão efetuados. O passivo contingente em 31 de dezembro de 2020 correspondeu a R\$ 13.813 (R\$ 13.813 em 31 de dezembro de 2020) em função do Mandado de Segurança nº. 5219677-7/2019.03.03.0100 ("Mandado de Segurança"), distribuído para a 1ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, para pleitear o reconhecimento do direito da Companhia de não sujeitar ao ISS-ON (Imposto sobre serviços de quaisquer naturezas) os valores advindos da prestação de serviços de gestão de fundos investidos em fundos estabelecidos no exterior, sendo que o juiz de primeiro grau julgou improcedente a ação e a Companhia optou por recorrer. O recurso foi julgado improcedente em 29 de julho de 2016. O valor total depositado em juízo, corrigido até a data base de 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 19.098 (R\$ 18.107 em 31 de dezembro de 2020). Em função do Mandado de Segurança, a Companhia optou pela constituição de provisão para contingências referentes aos depósitos judiciais que foram e serão efetuados. O passivo contingente em 31 de dezembro de 2020 correspondeu a R\$ 13.813 (R\$ 13.813 em 31 de dezembro de 2020) em função do Mandado de Segurança nº. 5219677-7/2019.03.03.0100 ("Mandado de Segurança"), distribuído para a 1ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, para pleitear o reconhecimento do direito da Companhia de não sujeitar ao ISS-ON (Imposto sobre serviços de quaisquer naturezas) os valores advindos da prestação de serviços de gestão de fundos investidos em fundos estabelecidos no exterior, sendo que o juiz de primeiro grau julgou improcedente a ação e a Companhia optou por recorrer. O recurso foi julgado improcedente em 29 de julho de 2016. O valor total depositado em juízo, corrigido até a data base de 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 19.098 (R\$ 18.107 em 31 de dezembro de 2020). Em função do Mandado de Segurança, a Companhia optou pela constituição de provisão para contingências referentes aos depósitos judiciais que foram e serão efetuados. O passivo contingente em 31 de dezembro de 2020 correspondeu a R\$ 13.813 (R\$ 13.813 em 31 de dezembro de 2020) em função do Mandado de Segurança nº. 5219677-7/2019.03.03.0100 ("Mandado de Segurança"), distribuído para a 1ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, para pleitear o reconhecimento do direito da Companhia de não sujeitar ao ISS-ON (Imposto sobre serviços de quaisquer naturezas) os valores advindos da prestação de serviços de gestão de fundos investidos em fundos estabelecidos no exterior, sendo que o juiz de primeiro grau julgou improcedente a ação e a Companhia optou por recorrer. O recurso foi julgado improcedente em 29 de julho de 2016. O valor total depositado em juízo, corrigido até a data base de 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 19.098 (R\$ 18.107 em 31 de dezembro de 2020). Em função do Mandado de Segurança, a Companhia optou pela constituição de provisão para contingências referentes aos depósitos judiciais que foram e serão efetuados. O passivo contingente em 31 de dezembro de 2020 correspondeu a R\$ 13.813 (R\$ 13.813 em 31 de dezembro de 2020) em função do Mandado de Segurança nº. 5219677-7/2019.03.03.0100 ("Mandado de Segurança"), distribuído para a 1ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, para pleitear o reconhecimento do direito da Companhia de não sujeitar ao ISS-ON (Imposto sobre serviços de quaisquer naturezas) os valores advindos da prestação de serviços de gestão de fundos investidos em fundos estabelecidos no exterior, sendo que o juiz de primeiro grau julgou improcedente a ação e a Companhia optou por recorrer. O recurso foi julgado improcedente em 29 de julho de 2016. O valor total depositado em juízo, corrigido até a data base de 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 19.098 (R\$ 18.107 em 31 de dezembro de 2020). Em função do Mandado de Segurança, a Companhia optou pela constituição de provisão para contingências referentes aos depósitos judiciais que foram e serão efetuados. O passivo contingente em 31 de dezembro de 2020 correspondeu a R\$ 13.813 (R\$ 13.813 em 31 de dezembro de 2020) em função do Mandado de Segurança nº. 5219677-7/2019.03.03.0100 ("Mandado de Segurança"), distribuído para a 1ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, para pleitear o reconhecimento do direito da Companhia de não sujeitar ao ISS-ON (Imposto sobre serviços de quaisquer naturezas) os valores advindos da prestação de serviços de gestão de fundos investidos em fundos estabelecidos no exterior, sendo que o juiz de primeiro grau julgou improcedente a ação e a Companhia optou por recorrer. O recurso foi julgado improcedente em 29 de julho de 2016. O valor total depositado em juízo, corrigido até a data base de 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 19.098 (R\$ 18.107 em 31 de dezembro de 2020). Em função do Mandado de Segurança, a Companhia optou pela constituição de provisão para contingências referentes aos depósitos judiciais que foram e serão efetuados. O passivo contingente em 31 de dezembro de 2020 correspondeu a R\$ 13.813 (R\$ 13.813 em 31 de dezembro de 2020) em função do Mandado de Segurança nº. 5219677-7/2019.03.03.0100 ("Mandado de Segurança"), distribuído para a 1ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, para pleitear o reconhecimento do direito da Companhia de não sujeitar ao ISS-ON (Imposto sobre serviços de quaisquer naturezas) os valores advindos da prestação de serviços de gestão de fundos investidos em fundos estabelecidos no exterior, sendo que o juiz de primeiro grau julgou improcedente a ação e a Companhia optou por recorrer. O recurso foi julgado improcedente em 29 de julho de 2016. O valor total depositado em juízo, corrigido até a data base de 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 19.098 (R\$ 18.107 em 31 de dezembro de 2020). Em função do Mandado de Segurança, a Companhia optou pela constituição de provisão para contingências referentes aos depósitos judiciais que foram e serão efetuados. O passivo contingente em 31 de dezembro de 2020 correspondeu a R\$ 13.813 (R\$ 13.813 em 31 de dezembro de 2020) em função do Mandado de Segurança nº. 5219677

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9917-DA82-A008-2D7B> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9917-DA82-A008-2D7B



Hash do Documento

7A2DFE414645CDBCDEC0A0BE6ABABB9F0D07297EC16D06E2E1FF5A1890F045FA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/03/2022 11:46 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A1AF-D7E0-6B13-60F5> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A1AF-D7E0-6B13-60F5



Hash do Documento

A1B38AE77C416E9F7B843D7865FD3CAC0D3DB0A0DE7BB4272192AC334B73072A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/03/2022 11:48 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6B89-E099-B420-8B97> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6B89-E099-B420-8B97



Hash do Documento

9F74704CE549A407D62E743FF5D963A4E959C8DC2711AA8E40C398B648B0681D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/03/2022 11:50 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS

CNPJ nº 03.485.775/0001-92

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as, as demonstrações financeiras da Companhia Müller de Bebidas e suas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. Permanecemos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que eventualmente considerarem necessários.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$)					Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em R\$)					Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$)								
Ativo Circulante	Nota explicativa		Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado			
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20		2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020		
Caixa e equivalentes de caixa	4	60.470	70.001	75.462	93.423	Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	15	2.912	1.291	18.477	20.719	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	167.586	58.327	167.586	58.327		
Aplicações financeiras	5	16	4	16	148	Empréstimos, financiamentos	13	2.905	2.721	9.327	4.639	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-		
Contas a receber de clientes	6	108.826	77.776	109.092	73.287	Arrendamento a Pagar	16	36.860	32.566	73.133	51.700	Lucro líquido do exercício líquido do imposto de renda e lucro líquido do exercício com o caixa líquido proveniente das atividades operacionais	-	-	-	-		
Estoque	7	132.017	107.445	150.620	119.048	Fornecedores	18	34.467	21.897	34.732	22.089	Provisão para imposto de renda e contribuição social	26	24.272	23.171	31.291	26.064	
Impostos e contribuições a recuperar	8	10.045	5.359	10.357	5.742	Obrigações fiscais	19	40.527	14.034	40.527	14.034	Variação do valor justo dos ativos biológicos	9	-	-	(10.846)	(10.162)	
Ativos biológicos	9	-	-	63.178	38.009	Partes relacionadas	11	5.044	8.883	11.863	9.234	Provisão para provisão para perda de renda e contribuição social	11	(13.600)	(5.734)	-	-	
Partes relacionadas	19	-	799	-	-	Outras contas a pagar	14	147.035	96.932	207.855	139.522	Depreciação e amortização de bens	24	23.578	26.227	30.497	33.627	
Outras contas a receber	6	1.195	7.871	10.311	14.231	Total do passivo circulante	147.035	96.932	207.855	139.522	Provisão em aberto	12	(86)	80	(113)	36		
Total do ativo circulante	317.569	264.255	419.036	343.888	Não Circulante	15	4.534	3.867	53.514	41.259	Complemento (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	735	1.227	735	1.227		
Ativo não circulante	317.569	264.255	419.036	343.888	Arrendamento a Pagar	13	5.026	6.942	45.705	22.040	Complemento (reversão) de provisão para obsolescência dos estoques	7	610	222	463	250		
Realizável a longo prazo:					Obrigações fiscais	18	2.969	-	2.969	-	Provisão para benefícios a funcionários	29	8.517	7.174	9.047	7.682		
Impostos e contribuições a recuperar	8	132.857	6.291	132.866	6.374	Reserva para incentivos fiscais	26	4.865	30.482	74.296	50.352	Provisão para perdas operacionais	19	(799)	160	(799)	160	
Depósitos judiciais	20	47.444	46.425	47.482	46.461	Ajuste de avaliação patrimonial	85	176	117	117	117	Resultado da venda de ativos biológicos	9	-	-	43.255	29.604	
Partes relacionadas	19	13.616	13.163	9.483	13.163	Reservas de lucros	20	5.067	7.051	5.248	7.277	Reserva de lucro líquido	13	2.065	71	1.997	54	
Estoque	7	2	34	2	34	Lucros a disposição da Assembleia	22	227.362	290.001	227.362	290.001	Reserva de lucro líquido de abertura	13	-	-	(1.652)	(2.320)	
Precatórios a receber	10	27.830	27.473	27.830	27.473	Total do patrimônio líquido	666.547	547.910	666.547	547.910	Lucros a disposição da Assembleia	22	567.012	428.929	642.082	464.900		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	-	-	534	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	884.581	693.184	1.061.118	808.788	Saldo em 31/12/2021	269.805	(1)	8.192	37.612	47.564	23.580	
Outras contas a receber	2.488	2.010	3.898	3.388	Reserva para avaliação de ativos	26	534	494	428	Saldo em 31/12/2020	269.805	(1)	8.192	37.612	47.564	23.580		
Investimentos em controladas	11	162.011	148.411	-	-	Reserva para avaliação de passivos	26	1.045	-	-	Saldo em 31/12/2021	269.805	(1)	8.192	37.612	47.564	23.580	
Imobilizado	12	172.283	175.152	365.000	340.531	Reserva para avaliação de ativos não circulantes	26	65.618	(52.373)	(134.828)	134.828	Saldo em 31/12/2020	269.805	(1)	8.192	37.612	47.564	23.580
Direito de uso de ativos	13	7.979	9.723	54.824	26.680	Reserva para avaliação de passivos não circulantes	26	167.586	-	-	167.586	Saldo em 31/12/2021	269.805	(1)	8.192	37.612	47.564	23.580
Intangível	14	502	247	697	262	Reserva para avaliação de passivos não circulantes	26	167.586	-	-	167.586	Saldo em 31/12/2020	269.805	(1)	8.192	37.612	47.564	23.580
Total do ativo não circulante	567.012	428.929	642.082	464.900	Lucros a disposição da Assembleia	22	227.362	290.001	227.362	290.001	Saldo em 31/12/2021	269.805	(1)	8.192	37.612	47.564	23.580	
Total do Ativo	884.581	693.184	1.061.118	808.788	Patrimônio Líquido	22	666.547	547.910	666.547	547.910	Saldo em 31/12/2021	269.805	(1)	8.192	37.612	47.564	23.580	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$)									
Saldo em 31/12/2019	Nota explicativa	Ativos			Reserva para avaliação de ativos	Reservas de lucros em demonstrações consolidadas	Retenção acumulada dos lucros em demonstrações consolidadas	Lucros a disposição da Assembleia	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de lucros	Reserva de lucros em demonstrações consolidadas					
Capitalização de lucros acumulados	22.c	64.412	1.141	6.145	43.262	47.593	12.284	49.133	286.635
Realização do custo atribuído	22.c	-	-	-	(1.714)	(16)	-	1.730	(19.402)
Distribuição de dividendos em dinheiro	22.c	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro de anos anteriores	22.b	-	-	-	-	-	-	(4.850)	(4.850)
Aplicação em incentivos fiscais	22.b	-	-	1.002	-	-	-	(1.002)	-
Reversão da reserva de retenção de lucros	22.d	-	-	-	-	-	(49.133)	49.133	58.327
Lucro líquido do exercício	22.c	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:	22.d	-	-	-	-	2.917	-	(2.917)	(14.034)
Reserva legal	22.d	-	-	-	-	-	-	(12.917)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	22.d	-	-	-	-	-	-	(12.917)	-
Reserva de retenção de lucros	22.d	-	-	-	-	-	65.618	(65.618)	26.618
Lucros a disposição da Assembleia	22.d	-	-	-	-	-	-	(26.618)	-
Saldo em 31/12/2020	22.c	80.819	(1)	7.147	41.548	47.577	15.201	65.618	290.001
Capitalização de lucros acumulados	22.c	189.046	-	-	(3.936)	(13)	-	3.949	(189.046)
Realização do custo atribuído	22.c	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos em dinheiro	22.c	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro de anos anteriores	22.b	-	-	-	-	-	-	(8.421)	(8.421)
Aplicação em incentivos fiscais	22.b	-	-	1.045	-	-	-	(1.045)	-
Reversão da reserva de retenção de lucros	22.d	-	-	-	-	-	(65.618)	65.618	167.586
Lucro líquido do exercício	22.c	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:	22.d	-	-	-	-	8.379	-	(8.379)	-
Reserva legal	22.d	-	-	-	-	-	-	(40.528)	(40.528)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	22.d	-	-	-	-	-	-	(52.373)	-
Reserva de retenção de lucros	22.d	-	-	-	-	-	-	(52.373)	-
Lucros a disposição da Assembleia	22.d	-	-	-	-	-	-	(134.828)	-
Saldo em 31/12/2021	22.c	269.805	(1)	8.192	37.612	47.564	23.580	52.373	227.362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações Gerais a Companhia Müller de Bebidas ("Companhia" ou "controladora"), sediada na cidade de Pirassununga/SP, tem por atividade preponderante a fabricação e comercialização de cachaca e de outras bebidas alcoólicas, cujas marcas são de propriedade da Companhia, bem como a participação no capital de outras sociedades, como sócio costista ou acionista, inclusive na forma de associação ("joint ventures"). A Companhia possui a unidade industrial (destilaria) localizada no município de Porto Ferreira/SP (Destilaria Lageado), que produz sua principal matéria-prima; duas unidades para padronização e envasamento da cachaca e de outras bebidas alcoólicas, sendo uma localizada no município de Pirassununga/SP e outra unidade localizada no município de Cabo de Santo Agostinho/PE. A sua sede administrativa está localizada no município de Pirassununga/SP. A unidade fabril de Cabo de Santo Agostinho/PE passou a ser explorada pela Companhia em setembro de 2017, em virtude do processo de incorporação da controlada Companhia Müller de Bebidas Nordeste. A produção de sua principal matéria-prima pela destilaria representa 78,8% (82,8% em 2020) do total do produto acabado produzido pela Companhia. Do total da capacidade produtiva processada por esta unidade, 63,9% (60,3% em 2020) foram adquiridos da controlada Vale do Xingu - Pecúaria, Agricultura e Comércio EIRELI e da parte relacionada Condomínio Agropecuario Guilherme Miller Filho e Outros ("Condômino GMFO"). Este último pertencente aos acionistas controladores. A unidade de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco, tem por atividade preponderante a padronização, o engarrafamento e a comercialização de cachaca e de outras bebidas alcoólicas, cuja representa, aproximadamente, 8,2% (8,3% em 2020) do total enviado consolidado, cuja matéria-prima é substancialmente adquirida com terceiros e conta com incentivo fiscal no âmbito estadual, conforme comentado na nota explicativa nº 21. Participação em controladas: Em 31/12/2021 e de 2020, a Companhia possui participação nas seguintes controladas:

Controladas	Participação - %
a) Vale do Xingu - Pecúaria, Agricultura e Comércio EIRELI ("Vale do Xingu")	100,00
b) Centro da Mata - Agricultura, Pecúaria e Comércio EIRELI ("Centro da Mata")	99,99
a) Vale do Xingu - Pecúaria, Agricultura e Comércio EIRELI ("Vale do Xingu") a controlada Vale do Xingu é uma empresa individual de responsabilidade limitada, com sede no município de Porto Ferreira, Estado de São Paulo, e tem como atividades preponderantes: (i) plantar, cuidar e apucar em terras próprias e de terceiros para fornecimento de matéria-prima para a produção de grãos; (ii) executar a atividade de prestação de serviços de corte de cana-de-açúcar para a Companhia, além de prestação de serviços de plantio e manutenção das lavouras para o Condomínio GMFO, também no Estado de São Paulo; b) Centro da Mata - Agricultura, Pecúaria e Comércio Ltda. ("Centro da Mata") a controlada é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada com sede na Fazenda Centro da Mata, no município de Nova Olinda/MT. Em 2014 teve plano de negócios em implantação para a produção e comercialização de grãos, com um sistema de irrigação por aspersão, cujo investimento estimado é de R\$24.000,00 e as obras tiveram início em 2019 com previsão de término em 2024. Para fazer face a este investimento, estima-se uma relação de 70% de capital de terceiros e 30% de capital próprio, sendo este último mediante aportes de recursos pela controladora, a título de adiantamentos para futuro aumento de capital. Em 2021 foi realizado plano de negócios para o projeto de grãos em 2020 - R\$ 62,0 milhões. O plano de negócios para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2020. No decorrer de 2021, foi também realizado o plantio das seguintes culturas: (i) milho em uma área de 2.057 ha (2020 - 1.500 ha), (ii) algodão em uma área de 29 ha (2020 - 30 ha); (iii) feijão em uma área de 790 ha (2020 - 865 ha) e (iv) mamona em uma área de 116 ha, cujas culturas foram realizadas em 2021, conforme detalhado na nota explicativa nº 9.1.1. Covid-19 - impactos e medidas tomadas pela Companhia: Em 31/01/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização elevou a classificação de surto para Pandemia, devido ao seu alto grau de risco. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas aos impactos econômicos e sociais gerados pelo vírus, resultaram em impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da pandemia em 31/12/2021, entendemos que as projeções de receitas, despesas e dos fluxos de caixa operacionais para o próximo exercício estão acompanhando a realidade e em constante revisão para que sejam tomadas as providências necessárias para a correção de rumos e para a estabilização das operações. A Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia mantém em vigor a política de continuidade de forma constante e impacta o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano de contingência em vigor, a Companhia	

Continuação	Balanços patrimoniais por segmentos			2021			2020			Demonstrações de fluxo de caixa por segmentos			
	Segmento 1	Segmento 2	Consolidado	Segmento 1	Segmento 2	Consolidado	Segmento 1	Segmento 2	Consolidado	Segmento 1	Segmento 2	Consolidado	
Ativo													
Circulante													
Caixa e equivalentes de caixa	65.407	10.055	75.462	82.986	10.437	93.423	Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Aplicações financeiras	16		16	45	103	148	Lucro líquido do exercício	167.586	8.652	167.586	58.327	4.553	58.327
Contas a receber de clientes	109.091	1	109.092	73.247	41	73.287	Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido proveniente das atividades operacionais						
Estoque	134.907	15.713	150.620	109.925	9.123	119.048	Provisão de imposto de renda e contribuições sociais						
Impostos e contribuições a recuperar	10.357		10.357	5.544	198	5.742	Resultado na avaliação de ativos biológicos	26.793	4.498	31.291	23.743	2.321	26.064
Ativos biológicos	12.764	50.414	63.178	3.163	34.846	38.009	Participação em sociedades controladas	(5.135)	(5.711)	(10.846)	(5.24)	(9.638)	(10.162)
Outras contas a receber	6.274	4.037	10.311	8.307	5.924	14.231	Depreciação e amortização de bens	(8.652)	-	-	(4.553)	-	-
Total do ativo circulante	338.816	80.270	419.086	283.216	60.672	343.888	Estorno de provisão para perdas no imobilizado	27.824	2.673	30.497	30.991	2.636	33.627
Não Circulante							Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(86)	(27)	(113)	80	(44)	36
Realizável a longo prazo:							Provisão para obsolescência dos estoques	608	(145)	463	222	28	250
Impostos e contribuições a recuperar	132.866		132.866	6.299	75	6.374	Provisão para benefícios a funcionários	8.805	242	9.047	7.499	183	7.682
Processos judiciais	13.616	14	13.630	428	13	441	Provisão para perdas operacionais	(799)	-	(799)	160	-	160
Partes relacionadas	9.483		9.483	13.163	13	13.176	Resultado da venda dos ativos biológicos	4.786	38.469	43.255	4.922	24.682	29.604
Estoque	134.907		134.907	34		34	Resultado na venda de ativo permanente	2.059	(62)	1.997	71	(17)	54
Outras contas a receber	27.830		27.830	27.473		27.473	Baixa de arrendamento	(1.652)	-	(1.652)	(2.320)	-	(2.320)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.488	1.410	3.898	2.010	1.378	3.388	Juros e variação monetária sobre ativos monetários	(8.375)	(35)	(8.410)	(2.557)	(40)	(2.597)
Outras contas a receber	2.488		2.488	534		534	Juros apropriados sobre passivos monetários	1.505	5.022	6.527	981	3.974	4.955
Investimentos em controladas	115.034		115.034	106.382		106.382	Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas	(1.254)	-	(1.254)	1.266	30	1.266
Imobilizado	208.494	156.506	365.000	200.997	139.534	340.531	Ajuste a valor presente sobre provisão para restauração ambiental	49	-	49	(5)	-	(5)
Direito de uso de ativos	54.458	366	54.824	26.402	278	26.680	Reajuste de crédito com acionistas	(8.327)	-	(8.327)	-	-	(27.352)
Intangível	12.764		12.764	247		247	Ganho em recuperação de créditos tributários	(140.789)	-	(140.789)	(27.352)	-	(167.141)
Total do ativo não circulante	602.758	158.491	761.249	429.989	141.293	571.282		65.681	53.576	119.257	92.178	28.668	120.846
Total do Ativo	941.574	238.761	1.180.335	713.205	201.965	915.170							
Passivo e Patrimônio Líquido													
Circulante													
Emprestimos e financiamentos	3.063	15.414	18.477	1.387	19.332	20.719	Variáveis nos ativos e passivos circulantes e de longo prazo:						
Arrendamento a Pagar	9.133	194	9.327	4.639	118	4.757	Contas a receber de clientes	(36.580)	40	(36.540)	(12.497)	(18)	(12.515)
Fornecedores	43.727	29.406	73.133	33.448	18.252	51.700	Estoques	(24.024)	(6.215)	(30.239)	(7.220)	(3.336)	(10.556)
Obrigações sociais	18.438	1.358	19.796	13.876	35	13.911	Aplicações financeiras	4.852	(13)	4.839	(2.478)	359	(2.119)
Obrigações fiscais	34.720	102	34.822	22.031	58	22.089	Provisão de imposto de renda e contribuições sociais	553	553	1.388	(22)	1.366	
Partes relacionadas	40.527		40.527	14.034		14.034	Impostos a recuperar	(9.252)	(48.556)	(57.808)	(4.336)	(30.596)	(34.932)
Outras contas a pagar	11.858	4	11.862	9.233	102	9.335	Ativo biológico	(2.025)	2.192	167	(658)	(4.951)	(5.609)
Total do passivo circulante	161.377	46.478	207.855	100.800	38.722	139.522	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	10.278	11.155	21.433	14.064	12.334	26.398
Não Circulante							Obrigações sociais	(6.613)	255	(6.358)	(7.359)	(87)	(7.396)
Emprestimos e financiamentos	4.947	48.567	53.514	4.414	36.845	41.259	Obrigações fiscais	34.769	44	34.813	3.753	(4)	3.749
Arrendamento a Pagar	45.800	125	45.925	21.901	139	22.040	Outros passivos	6.587	(99)	6.488	5.642	70	5.712
Obrigações fiscais	2.969		2.969	30.482	19.870	50.352	Juros pagos sobre empréstimos	(1.283)	(3.205)	(4.488)	(5.555)	(2.104)	(2.659)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	49.328	24.368	73.696	428		428	Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.718)	-	(20.718)	(22.888)	-	(22.888)
Partes relacionadas	4.133		4.133	64.495	56.861	121.356	Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	18.225	9.174	31.399	59.034	363	59.397
Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas	5.242	6	5.248	7.270	7	7.277	Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Provisão para restrição de caixa	4.984		4.984	428		428	Aplicações financeiras	29	103	132	48.200	379	48.579
Total do passivo não circulante	113.650	77.199	180.849	64.495	56.861	121.356	Aquisição de bens do ativo imobilizado	(29.914)	(14.489)	(44.403)	(18.659)	(6.429)	(25.088)
Patrimônio Líquido							Aquisição de ativos intangíveis	(208)	(35)	(243)	(573)	(33)	(53)
Capital social	269.865	68.383	338.248	80.819	63.683	144.502	Recebimentos pela venda de bens do ativo imobilizado	3.861	62	3.923	338	35	373
Adiantamento para futuro aumento de capital							Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(26.389)	(14.532)	(40.921)	29.846	(6.015)	23.831
Ações em tesouraria	(1)		(1)	(1)		(1)	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento						
Reserva para incentivos fiscais	8.192		8.192	7.147		7.147	Recebimentos de (pagamentos a) partes relacionadas, líquidos mútuos com partes relacionadas	8.814	4.000	8.814	378	378	
Ajuste de avaliação patrimonial	85.176	47.561	132.737	89.125	47.574	136.700	Integralização e adiant. para futuro aumento de capital de controladora	-	-	-	(4.700)	-	-
Reservas de lucros	75.953	(910)	75.043	80.819	(9.575)	71.244	Ingresso de novos empréstimos e financiamentos	-	14.461	14.461	18.009	4.700	18.009
Prejuízos acumulados	227.362		227.362	290.001		290.001	Pagamentos de financiamentos	(1.718)	(13.328)	(15.046)	(1.172)	(9.716)	(10.888)
Total do patrimônio líquido	666.547	115.034	781.581	547.910	106.382	654.292	Pagamento de passivos de arrendamento	(3.314)	(157)	(3.471)	(3.627)	(106)	(3.733)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	941.574	238.761	1.180.335	713.205	201.965	915.170	Pagamentos de dividendos	(13.197)	-	(13.197)	(8.282)	-	(8.282)
							Caixa líquido proveniente (aplicado nas) atividades de financiamento	(9.415)	4.976	(4.439)	(17.403)	12.887	(4.516)
							Aumento de caixa e equivalentes	(1.719)	(382)	(1.796)	71.477	7.235	78.712
							Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	82.986	10.437	93.423	11.509	3.202	14.711
							Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	65.407	10.055	75.462	82.986	10.437	93.423

Relatório do Auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Objetos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará se eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de não conformidade com o trânsito em julgado da ação julgada pela Companhia em relação a qual se discutia a cobrança e o pagamento de IP-Importação e procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação da apresentação da base contábil de continuidade operacional e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria em relação a eventos ou condições que possam levar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos a todos os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

DELOITTE TOUCHE TOMHATSU
Auditor Independente
 CRC nº 2 SP 011609/O-8
 Renato Fagnoli Assari
 Contador - CRC nº 1 SP 264889/O-0



EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
30º SUBDISTRITO IBIRAPUERA
OFICIAL - RODRIGO DINAMARCO

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

JOSÉ AUGUSTO BARROS MUNHOZ, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO PROFESSOR, NASCIDO EM ITAPIRA, SP NO DIA (05/03/1947), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE CAETANO MUNHOZ E DE WILMA DE TOLEDO BARROS MUNHOZ, **LAURA VAZ MACIÁ**, ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO PROFESSORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (28/01/1950), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE ARNALDO VAZ MACIÁ E DE HELENA VAZ MACIÁ.

GLAUCO VIANA PEZZUOL, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO COORDENADOR FINANCEIRO, NASCIDO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP NO DIA (27/10/1986), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE DANTE MARIO PEZZUOLI E DE ALZIRA VIANA PEZZUOLI, **LAURA COLUCCI DE OLIVEIRA**, ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO GERENTE DE MARKETING, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (12/04/1984), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE CLOVIS DE OLIVEIRA E DE MARIA APARECIDA PINHAL DE OLIVEIRA.

MICHAEL HAMRA PEREIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MÉDICO, NASCIDO EM CATANDUVA, SP NO DIA (18/10/1991), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ARLEI APARECIDO MORAIS PEREIRA E DE SUSANA HAMRA PEREIRA, **CATHARINE LUZIA SILVA ABISSAMBA**, ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO MAQUIADORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (16/06/1989), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE JORGE ABISSAMBA E DE MARIA NEUMA DA SILVA.

ABELARDO FERNANDEZ REINALES, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO EMPRESÁRIO, NASCIDO EM RIO DE JANEIRO, RJ NO DIA (23/03/1959), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE MANUEL FERNANDEZ DE MORAES E DE DONA MARIA DE SAUDADE VIVIAN DA SILVA SEREN, ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PAISAGISTA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (17/03/1978), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE ANTONIO LUIS SEREN E DE WILMA CANDIDO DA SILVA.

BRUNO CLEMENTINO DA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (01/04/1995), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE QUITERIO CLEMENTINO DA SILVA E DE MARIA MADALENA CLEMENTINO DA SILVA, **DAISE MARIANA ANTANA DA SILVA**, ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ENGENHEIRA DE PRODUÇÃO, NASCIDA EM UNIAO DOS PALMARES, NO DIA (18/02/1995), RESIDENTE E DOMICILIADA EM PIRACICABA, SP, FILHA DE JOSÉ LUCIANO DA SILVA E DE MARIA DO SOCORRO SANTANA DA SILVA.

EDGAR MIGUEL ALZOLAY CRESPO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ATUÁRIO, NASCIDO EM PUERTO ORDAZ, EDU BOLIVAR, VENEZUELANO DIA (03/07/1981), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE EDGAR ALZOLAY E DE VIRGINIA DEL VALLE CRESPO DE ALZOLAY, **ANA CAROLINA PILATTI**, ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO FISIOTERAPEUTA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (13/11/1991), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE JANDIR PILATTI E DE ANA LUCIA BEZERRA.

PAULO VALFRÉ, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO ENGENHEIRO QUÍMICO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (27/11/1963), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE HENRIQUE VALFRÉ E DE MARIA ELAINE FERREIRA VALFRÉ, **SILVIA HELENA NUTTI**, ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ANALISTA DE SISTEMAS, NASCIDA EM ARARAQUARA, SP NO DIA (08/10/1965), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ CARLOS NUTTI E DE MARIA DE LOURDES BUCALON NUTTI.

EDUARDO DE CARVALHO ANDRADE, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO ECONOMISTA, NASCIDO EM RIO DE JANEIRO, RJ NO DIA (19/06/1967), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE EDIVALDO DE MENDONÇA ANDRADE E DE HAYDÉE DE CARVALHO ANDRADE, **SIMONE LUCIANO DE SOUZA**, ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO JORNALISTA, NASCIDA EM GOIÁS, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE GERALDO ALVES DE SOUZA E DE SOLLANGE LUCIANO DE SOUZA.

JUAN PABLO DIMITRUK, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO APOSENTADO, NASCIDO EM SÃO MARTÍN, ARGENTINA NO DIA (17/06/1939), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE PABLO DIMITRUK E DE WIERA KUCHER DIMITRUK, **ENEDIA ANA CIRELLO**, ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO APOSENTADA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (27/08/1957), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE ENÉAS CIRELLO E DE RITA YVONNE PALOPOLI CIRELLO.

JULIO EDUARDO VILLAMIZAR REYES, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO NEGÓCIOS INTERNACIONAIS, NASCIDO EM BUCARAMANGA, SANTANDER - COLÔMBIA NO DIA (02/12/1987), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JULIO VILLAMIZAR CONTRERAS E DE ELIZABETH REYES HERRERA, **JAMIE ANDRÉS SANCHEZ LESMES**, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ENGENHEIRO FINANCEIRO, NASCIDO EM GIRARDOT, CUNDINAMARCA - COLÔMBIA NO DIA (10/12/1982), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE CARLOS JULIO SANCHEZ ABRIL E DE MARIA CLEMENCIA LESMES QUINONES.

THIAGO DA SILVA DE OLIVEIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO EMPRESÁRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (11/01/1991), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE MARCELO DE OLIVEIRA E DE VALDILENE MARIA DA SILVA, **EVELYN NATALIE BRAZOLINI**, ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO EMPRESÁRIA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (21/

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C7AA-0F60-F1EF-3E6F> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C7AA-0F60-F1EF-3E6F



Hash do Documento

D5778CC7A450A13020DD11DFE806F100358EE63421B029388E96AFE6100321A8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/03/2022 11:52 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00





Saraiva Livreiros S.A. em Recuperação Judicial

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Saraiva Livreiros S.A. em Recuperação Judicial ("Companhia" ou "Saraiva"), controladora da Saraiva e Siciliano S.A. em Recuperação Judicial ("Varejo"), usa os dados referidos de conteúdo com foco em educação e cultura, anuncia seus resultados financeiros para o quarto trimestre (4T21)...

Message da Administração Desde o começo da pandemia, declarada pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020, a Companhia sofreu os efeitos das políticas de restrição no varejo físico brasileiro, acenando às dificuldades enfrentadas desde a crise econômica de 2015. Os impactos trazidos para a operação em decorrência das medidas de restrição passaram a ser dimensionados pela Administração que continua comprometida com a realização de ajustes necessários para assegurar o sucesso da recuperação judicial...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Reestruturação do Parque de Lojas A priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao perfil de produtos da Companhia, resultou em redução de custos de ocupação...

Em 01 de novembro de 2021, o Varejo foi notificado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo sobre o avanço de mais uma etapa do processo administrativo de reestruturação do crédito acumulado e a liberação de referido crédito em nome de Saraiva e Siciliano, conforme descrito em nota explicativa às demonstrações contábeis intermediárias, número 7.

Em 28 de janeiro de 2022, a Companhia, por meio de seus assessores jurídicos obteve êxito para a liberação de depósito judicial em favor da Companhia, que foi objeto de indicação pela Fazenda Nacional como bem a ser penhorado em execuções fiscais, conforme ofício expedido pela 2ª Vara Cível Federal do Estado de São Paulo, que determinou a transferência para a conta da Companhia do montante de R\$4,4 milhões.

Em 4 de março de 2022, por meio de Escritura Pública de Cessão de Direitos, Diretos e Outras Avenças, foram cedidos à Travesseira Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A., pelo Banco do Brasil S.A., a totalidade dos créditos por e/ou débitos, contra a Companhia e o Varejo no processo de Recuperação Judicial (Nota explicativa nº 12).

Em 7 de março de 2022, a Travesseira Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. apresentou Proposta Vinculante para aquisição das UP's 1 Loja Shopping Arapongas, pelo valor de R\$20,3 milhões e 1) Direitos Creditórios, pelo valor de R\$54,3 milhões como Fornecedor Proprietário, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ.

A Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 foi aprovada pelos credores e Segundo aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. Nota 1. Ajustado expurgando o efeito de bens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório.

Table with columns: Consolidado - Ajustado, 4T21, 4T20, T/T, 3T21, 3T20, T/T, 2021, 2020, A/A. Rows include Receita Bruta (Lojas + E-commerce), Despesa Operacional Recorrente, Margem Líquida Ajustada antes das Op. Descontinuadas, Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas, etc.

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$). Table with columns: Nota explicativa, Contadores, Consolidado, Nota explicativa, Contadores, Consolidado. Rows include Ativo Circulante, Não Circulante, Total do Ativo, etc.

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Receita Bruta (Lojas + E-commerce) 24.052 40.740 -41,0% 22.615 6,4% 91.166 239.824 -62,0%... Despesa Operacional Recorrente (34.665) (34.665) -100,0% (19.106) 22,2% (96.920) (189.465) -49,4%...

Saraiva Saraiva Livreiros S.A. - em Recuperação Judicial CNPJ/MF nº 60.500.139/0001-26 - Companhia Aberta

Table: Demonstrações do Resultado para os Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Columns: Nota, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows: Receita Operacional Líquida, Custos Das Mercadorias e Serviços Vendidos, Lucro Bruto, Despesas Operacionais, Lucro (Prejuízo) Antes do Resultado Financeiro, Resultado Financeiro, Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social, etc.

Table: Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Columns: Nota, Controladora, Consolidado. Rows: Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento.

Table: Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Columns: Nota, Controladora, Consolidado. Rows: Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício, Resultado Abrangente Attribuído aos Acionistas não controladores.

Table: Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Columns: Nota, Controladora, Consolidado. Rows: Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento.

Table: Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto para os Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Columns: Nota, Controladora, Consolidado. Rows: Saldos em 31 de dezembro de 2019, Saldos em 31 de dezembro de 2020, Saldos em 31 de dezembro de 2021.

Table: Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Columns: Nota, Controladora, Consolidado. Rows: Geração do Valor Adicionado, Insumos Adquiridos de Terceiros, Resultado das Operações Descontinuadas, etc.

1.1. Contexto Operacional
A Saraiva Livreiros S.A. - em Recuperação Judicial ("Controladora" ou "Companhia") é sociedade por ações brasileira de capital aberto, fundada em 1914, com sede na Rua Hinnerich Schumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob os códigos SEDLE e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, que atua no segmento de varejo por meio da Saraiva e Siciliano S.A. - em Recuperação Judicial ("Varejo" ou "Controlada").

Encargos financeiros dos empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, dado que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativos imobilizados.

1.2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
1.2.1. Declaração de conformidade
As demonstrações contábeis compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo Conselho de Regulação de Contas e Auditoria de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1.2.2. Base de mensuração
As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo.

1.3. Principais Políticas Contábeis
As políticas a seguir são adotadas pela Companhia e pelo Varejo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
1.3.1. Base de consolidação
As demonstrações contábeis de empresa controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que tal controle deixa de existir.

1.3.2. Avaliação do valor recuperável dos ativos
Ativos financeiros não são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método do custo amortizado.

1.3.3. Instrumentos financeiros
1.3.3.1. Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento
Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia, ou o Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

1.3.4. Instrumentos financeiros
1.3.4.1. Ativos financeiros não derivativos - mensuração
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros dessas categorias de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

1.3.5. Instrumentos financeiros
1.3.5.1. Ativos financeiros não derivativos - mensuração
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros dessas categorias de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

1.3.6. Instrumentos financeiros
1.3.6.1. Ativos financeiros não derivativos - mensuração
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros dessas categorias de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Sarava Livres S.A. - em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 60.500.139/0001-26 - Companhia Aberta

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IPRF e o CSLD, diferidos, são apresentados como compensações, exceto nas demonstrações contábeis consolidadas. Os ativos fiscais diferidos são calculados com base no estudo de expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é atualizado periodicamente e aprovado pela Administração. As projeções do resultado líquido do período de realização de tributos variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

Receita diferida - programa de fidelização de clientes
A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica "receita diferida - programa de fidelização" pelo valor dos pontos acumulados, ajustado pela média de margem e venda. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização pelos clientes do seu direito de usar os créditos - "Bônus" - em compras de varejo.

Dividendos e juros sobre o capital próprio
A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio elaborada pela Administração da Companhia que estiver em vigor no momento da aprovação pelo Conselho de Administração é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio" por ser considerada uma obrigação da Companhia com o acionista. Os dividendos e juros sobre o capital próprio exercidos ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração e o montante do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, são registrados em "Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio".

Apresentação do lucro líquido por ação
O resultado por ação é apresentado em duas linhas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 11 - Resultado por Ação (IAS 33) (Nota explicativa nº 25).

Recursos financeiros e despesas financeiras
O resultado financeiro é determinado pelo balanço de aplicações financeiras e impostas a recuperar e juros passivos e variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos e impostos a recuperar. Os juros são reconhecidos no resultado de acordo com a metodologia da taxa efetiva de juros e as variações monetárias e cambiais, de acordo com as taxas vigentes nas datas de encerramento do exercício.

Informação por segmento
Os resultados por segmento que são reportados à Diretoria e ao Conselho de Administração incluem tanto os resultados atribuídos ao segmento quanto os resultados não atribuídos ao segmento, mas com base razoável. Eventualmente são utilizadas, em determinadas análises, informações detalhadas sobre produtos e outros divisões do Grupo que não se qualificam como segmentos para divulgação. O único segmento em operação é o varejo eletrônico.

Demarcação do valor adicionado (DVA)
A DVA tem por finalidade evidenciar a repartição da distribuição durante determinado período conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, porque não é prevista nem requerida pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em demonstrações de registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demarcação do Valor Adicionado.

Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC
Normas Descrição Vigência
Alterações à IAS 1 Classificação de Passivos como circulantes ou Não Circulantes 1/1/2023

Table with 3 columns: Alterações à IAS 1, Descrição, Vigência. Rows include Alterações à IAS 1 e Declaração de Práticas IFRS 2, Alterações à IAS 8, Alterações à IAS 12, Alterações à IFRS 5, Alterações à IAS 16, Alterações à IAS 37.

Table with 3 columns: Caixa e Bancos - conta movimento, Contábil, Consolidado. Rows include Caixa e bancos - conta movimento, Itens a receber, Recebíveis de cartão de crédito e débito, Perda esperada.

Table with 3 columns: Provisão para recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo eletrônico em 1 de 15 dias (18 dias em 31 de dezembro de 2020), Contábil, Consolidado.

Table with 3 columns: A vender, Contábil, Consolidado. Rows include Vendas, Não 60 dias, De 61 a 90 dias, De 91 a 180 dias, Acima de 180 dias.

Table with 3 columns: A receber de clientes do Varejo eletrônico representadas, em sua maior parte, por cartões de crédito, Contábil, Consolidado. Rows include Cartões de crédito e débito, Cartões de crédito não reconhecidos na data de corte, Perdas esperadas.

Table with 3 columns: Provisão para recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo eletrônico em 1 de 15 dias (18 dias em 31 de dezembro de 2020), Contábil, Consolidado.

Table with 3 columns: A vender, Contábil, Consolidado. Rows include Vendas, Não 60 dias, De 61 a 90 dias, De 91 a 180 dias, Acima de 180 dias.

Table with 3 columns: A receber de clientes do Varejo eletrônico representadas, em sua maior parte, por cartões de crédito, Contábil, Consolidado. Rows include Cartões de crédito e débito, Cartões de crédito não reconhecidos na data de corte, Perdas esperadas.

Table with 3 columns: Provisão para recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo eletrônico em 1 de 15 dias (18 dias em 31 de dezembro de 2020), Contábil, Consolidado.

Table with 3 columns: A vender, Contábil, Consolidado. Rows include Vendas, Não 60 dias, De 61 a 90 dias, De 91 a 180 dias, Acima de 180 dias.

Table with 3 columns: A receber de clientes do Varejo eletrônico representadas, em sua maior parte, por cartões de crédito, Contábil, Consolidado. Rows include Cartões de crédito e débito, Cartões de crédito não reconhecidos na data de corte, Perdas esperadas.

Table with 3 columns: Provisão para recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo eletrônico em 1 de 15 dias (18 dias em 31 de dezembro de 2020), Contábil, Consolidado.

Table with 3 columns: A vender, Contábil, Consolidado. Rows include Vendas, Não 60 dias, De 61 a 90 dias, De 91 a 180 dias, Acima de 180 dias.

Table with 3 columns: A receber de clientes do Varejo eletrônico representadas, em sua maior parte, por cartões de crédito, Contábil, Consolidado. Rows include Cartões de crédito e débito, Cartões de crédito não reconhecidos na data de corte, Perdas esperadas.

Saravaa Saravaa Livres S.A. - em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 60.500.139/0001-26 - Companhia Aberta

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Table with columns: Provisões, 31/12/2020, Constituição/(Reversão), 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2021. Rows include Contingências tributárias, Contingências trabalhistas, Contingências cíveis, etc.

(a) Inclui a constituição de provisões cuja probabilidade de perda foi estimada com base em prováveis pleitesias jurídicas da Companhia e do Varejo, sendo as mesmas relacionadas à apropriação de créditos das contribuições PIS/COFINS sobre despesas operacionais essenciais à atividade do Varejo.

Resultado na baixa e/ou venda de ativo imobilizado, intangível e ativo líquido recuperável - e/ou ativo imobilizado, intangível e impostos a recuperar

Table with columns: Resultado financeiro, 31/12/2020, 31/12/2021. Rows include Resultado financeiro, Despesas financeiras, etc.

Despesas financeiras: Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, Juros sobre empréstimos efetuados pela AVP - Credores recuperados, etc.

(b) Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e Varejo, no montante de R\$15.234, envolvendo contribuições previdenciárias.

Resultado na venda de ativo permanente: Resultado presente não registrado, e outros créditos

Despesas com despesas operacionais: Resultado na venda de ativo permanente, Resultado presente não registrado, e outros créditos

(c) Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e Varejo, no montante de R\$15.234, envolvendo contribuições previdenciárias.

Resultado na venda de ativo permanente: Resultado presente não registrado, e outros créditos

Despesas com despesas operacionais: Resultado na venda de ativo permanente, Resultado presente não registrado, e outros créditos

Em 4 de agosto de 2021 a Companhia e o Varejo, impetraram Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, para reconhecer o direito de não receber o imposto de renda - IR e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL, individualmente incidentes sobre os juros de mora calculados com base na taxa SELIC corrigidos de recuperações tributárias de 2021, o Superfundo Tributário Federal - STF concluiu o julgamento de RE nº 1.063.187/SC, declarando a inconstitucionalidade da incidência do IR e da CSLL sobre os juros de mora calculados com base na taxa SELIC sobre restituições de tributos.

(a) Aplicações imprudenciais pela Companhia e pelo Varejo para questionar a aplicação de juros de mora em cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, instituídas pela Lei 9.718/98. As ações tiveram êxito e o Tribunal julgou improcedentes os pedidos administrativos e o Resolvidor de Apêlos em processos judiciais que discutem recolhimento de tributos.

Resultado na venda de ativo permanente: Resultado presente não registrado, e outros créditos

Despesas com despesas operacionais: Resultado na venda de ativo permanente, Resultado presente não registrado, e outros créditos

(b) Inclui o montante de R\$8.010 relativos a PPI, PIS e COFINS originados em liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a iminência de imposto e alíquota zero para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Varejo reconheceu juros calculados com base na taxa SELIC no montante de R\$47.069 (R\$7.047 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020) sobre os créditos a receber de PIS/COFINS, originados das ações com êxito em julgados, que discutem a exclusão do ICMS de tributos de PIS/COFINS. A Administração da Companhia e o Varejo analisaram os impactos do julgamento do STF nos demais créditos resultantes.

Resultado na venda de ativo permanente: Resultado presente não registrado, e outros créditos

Despesas com despesas operacionais: Resultado na venda de ativo permanente, Resultado presente não registrado, e outros créditos

(c) Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e Varejo, no montante de R\$15.234, envolvendo contribuições previdenciárias da empresa envolvida contribuições previdenciárias da empresa envolvida.

Resultado na venda de ativo permanente: Resultado presente não registrado, e outros créditos

Despesas com despesas operacionais: Resultado na venda de ativo permanente, Resultado presente não registrado, e outros créditos

(d) Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e Varejo, no montante de R\$15.234, envolvendo contribuições previdenciárias da empresa envolvida.

Resultado na venda de ativo permanente: Resultado presente não registrado, e outros créditos

Despesas com despesas operacionais: Resultado na venda de ativo permanente, Resultado presente não registrado, e outros créditos

(e) Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e Varejo, no montante de R\$15.234, envolvendo contribuições previdenciárias da empresa envolvida.

Resultado na venda de ativo permanente: Resultado presente não registrado, e outros créditos

Despesas com despesas operacionais: Resultado na venda de ativo permanente, Resultado presente não registrado, e outros créditos

(f) Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e Varejo, no montante de R\$15.234, envolvendo contribuições previdenciárias da empresa envolvida.

Resultado na venda de ativo permanente: Resultado presente não registrado, e outros créditos

Despesas com despesas operacionais: Resultado na venda de ativo permanente, Resultado presente não registrado, e outros créditos

(g) Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e Varejo, no montante de R\$15.234, envolvendo contribuições previdenciárias da empresa envolvida.

Resultado na venda de ativo permanente: Resultado presente não registrado, e outros créditos

Despesas com despesas operacionais: Resultado na venda de ativo permanente, Resultado presente não registrado, e outros créditos

(h) Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e Varejo, no montante de R\$15.234, envolvendo contribuições previdenciárias da empresa envolvida.

Resultado na venda de ativo permanente: Resultado presente não registrado, e outros créditos

Despesas com despesas operacionais: Resultado na venda de ativo permanente, Resultado presente não registrado, e outros créditos

(i) Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e Varejo, no montante de R\$15.234, envolvendo contribuições previdenciárias da empresa envolvida.

Resultado na venda de ativo permanente: Resultado presente não registrado, e outros créditos

Despesas com despesas operacionais: Resultado na venda de ativo permanente, Resultado presente não registrado, e outros créditos

(j) Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e Varejo, no montante de R\$15.234, envolvendo contribuições previdenciárias da empresa envolvida.

Resultado na venda de ativo permanente: Resultado presente não registrado, e outros créditos

Despesas com despesas operacionais: Resultado na venda de ativo permanente, Resultado presente não registrado, e outros créditos

(k) Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e Varejo, no montante de R\$15.234, envolvendo contribuições previdenciárias da empresa envolvida.

Resultado na venda de ativo permanente: Resultado presente não registrado, e outros créditos

Despesas com despesas operacionais: Resultado na venda de ativo permanente, Resultado presente não registrado, e outros créditos

(l) Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e Varejo, no montante de R\$15.234, envolvendo contribuições previdenciárias da empresa envolvida.

Resultado na venda de ativo permanente: Resultado presente não registrado, e outros créditos

Despesas com despesas operacionais: Resultado na venda de ativo permanente, Resultado presente não registrado, e outros créditos

(m) Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e Varejo, no montante de R\$15.234, envolvendo contribuições previdenciárias da empresa envolvida.

Resultado na venda de ativo permanente: Resultado presente não registrado, e outros créditos

Despesas com despesas operacionais: Resultado na venda de ativo permanente, Resultado presente não registrado, e outros créditos

(n) Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e Varejo, no montante de R\$15.234, envolvendo contribuições previdenciárias da empresa envolvida.

Resultado na venda de ativo permanente: Resultado presente não registrado, e outros créditos

Despesas com despesas operacionais: Resultado na venda de ativo permanente, Resultado presente não registrado, e outros créditos

(o) Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e Varejo, no montante de R\$15.234, envolvendo contribuições previdenciárias da empresa envolvida.

Resultado na venda de ativo permanente: Resultado presente não registrado, e outros créditos

Despesas com despesas operacionais: Resultado na venda de ativo permanente, Resultado presente não registrado, e outros créditos

(p) Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e Varejo, no montante de R\$15.234, envolvendo contribuições previdenciárias da empresa envolvida.

Resultado na venda de ativo permanente: Resultado presente não registrado, e outros créditos

Despesas com despesas operacionais: Resultado na venda de ativo permanente, Resultado presente não registrado, e outros créditos

(q) Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e Varejo, no montante de R\$15.234, envolvendo contribuições previdenciárias da empresa envolvida.

Resultado na venda de ativo permanente: Resultado presente não registrado, e outros créditos

Despesas com despesas operacionais: Resultado na venda de ativo permanente, Resultado presente não registrado, e outros créditos

(r) Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e Varejo, no montante de R\$15.234, envolvendo contribuições previdenciárias da empresa envolvida.

Resultado na venda de ativo permanente: Resultado presente não registrado, e outros créditos

Despesas com despesas operacionais: Resultado na venda de ativo permanente, Resultado presente não registrado, e outros créditos

(s) Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e Varejo, no montante de R\$15.234, envolvendo contribuições previdenciárias da empresa envolvida.

Resultado na venda de ativo permanente: Resultado presente não registrado, e outros créditos

Despesas com despesas operacionais: Resultado na venda de ativo permanente, Resultado presente não registrado, e outros créditos

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/98AB-C989-2681-5F49> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 98AB-C989-2681-5F49



Hash do Documento

3F610B3878A1DEE14D2177D600A15CE0A89AF09CFE9AD56F913F8BB61CC1E61C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/03/2022 11:53 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Saravia e Siciliano S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ/INF. Nº 61.365.284/0001-04

www.saravia.com.br

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Submetemos a apreciação de V.S.as, as demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Colocamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais – R\$)

Table with columns: Nota explicativa, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Ativo Circulante, Não Circulante, Total do Ativo, Passivo e Passivo a Descoberto, Receitas operacionais, Despesas operacionais, etc.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando luro líquido por ação)

Table with columns: Nota explicativa, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Receita Operacional Líquida, Despesas Operacionais, Lucro Bruto, Lucro Líquido, etc.

Demonstrações de Resultados Abrengente

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais – R\$)

Table with columns: Nota explicativa, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Lucro (prejuízo) do exercício, Resultado Abrengente Total.

1.1. Contexto Operacional

Saravia e Siciliano S.A. em Recuperação Judicial ("Varejo"), é empresa do segmento de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e recreação, controlada pela Saravia Livres S.A. – em Recuperação Judicial ("Controladora")...

Com o encerramento dos casos de COVID-19, em decorrência do avanço da vacinação em massa, a Administração do Varejo mantém apenas as medidas sanitárias exigidas pelas agências de administração pública e Ministério da Saúde...

1.2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis é o real (R\$).

1.4. Principais fontes de julgamento e estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis requer a Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes...

1.5. Principais Políticas Contábeis

As políticas e regras são aplicadas pelo Varejo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

1.6. Receitas operacionais

As principais receitas são correspondem a vendas de mercadorias e serviços.

1.7. Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas

Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas – nota explicativa nº 16

1.8. Provisão para riscos de inadimplência

Provisão para riscos de inadimplência – nota explicativa nº 12

1.9. Provisão para riscos de obsolescência de estoques

Provisão para riscos de obsolescência de estoques – nota explicativa nº 10

1.10. Provisão para riscos de inadimplência de clientes

Provisão para riscos de inadimplência de clientes – nota explicativa nº 11

1.11. Provisão para riscos de inadimplência de fornecedores

Provisão para riscos de inadimplência de fornecedores – nota explicativa nº 13

1.12. Provisão para riscos de inadimplência de terceiros

Provisão para riscos de inadimplência de terceiros – nota explicativa nº 14

1.13. Provisão para riscos de inadimplência de outros

Provisão para riscos de inadimplência de outros – nota explicativa nº 15

1.14. Provisão para riscos de inadimplência de outros

Provisão para riscos de inadimplência de outros – nota explicativa nº 15

1.15. Provisão para riscos de inadimplência de outros

Provisão para riscos de inadimplência de outros – nota explicativa nº 15

1.16. Provisão para riscos de inadimplência de outros

Provisão para riscos de inadimplência de outros – nota explicativa nº 15

1.17. Provisão para riscos de inadimplência de outros

Provisão para riscos de inadimplência de outros – nota explicativa nº 15

1.18. Provisão para riscos de inadimplência de outros

Provisão para riscos de inadimplência de outros – nota explicativa nº 15

1.19. Provisão para riscos de inadimplência de outros

Provisão para riscos de inadimplência de outros – nota explicativa nº 15

1.20. Provisão para riscos de inadimplência de outros

Provisão para riscos de inadimplência de outros – nota explicativa nº 15

1.21. Provisão para riscos de inadimplência de outros

Provisão para riscos de inadimplência de outros – nota explicativa nº 15

1.22. Provisão para riscos de inadimplência de outros

Provisão para riscos de inadimplência de outros – nota explicativa nº 15

1.23. Provisão para riscos de inadimplência de outros

Provisão para riscos de inadimplência de outros – nota explicativa nº 15

1.24. Provisão para riscos de inadimplência de outros

Provisão para riscos de inadimplência de outros – nota explicativa nº 15

1.25. Provisão para riscos de inadimplência de outros

Provisão para riscos de inadimplência de outros – nota explicativa nº 15

1.26. Provisão para riscos de inadimplência de outros

Provisão para riscos de inadimplência de outros – nota explicativa nº 15

1.27. Provisão para riscos de inadimplência de outros

Provisão para riscos de inadimplência de outros – nota explicativa nº 15

1.28. Provisão para riscos de inadimplência de outros

Provisão para riscos de inadimplência de outros – nota explicativa nº 15

1.29. Provisão para riscos de inadimplência de outros

Provisão para riscos de inadimplência de outros – nota explicativa nº 15

Os gastos com atividades de pesquisa, quando realizados são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de software, é reconhecido somente se demonstrar cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica e econômica para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de completar o ativo intangível ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, geração de prováveis benefícios econômicos futuros a partir da disponibilidade de recursos financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passa a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução do valor recuperável.

Uma alteração baseada na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou do abandono. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre os valores líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

h) Avaliação do valor recuperável dos ativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao longo do prazo do resultado, incluindo investimentos controlados pelo método de equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidências objetivas de perda de valor recuperável.

Evidências objetivas de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável inclui: inadimplência ou atrasos de devedor;

• Reestruturação de um valor devido a Controladora e o Varejo em condições que a Controladora e o Varejo não considerariam em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá falir ou liquidar;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• Desaparecimento de um mercado ativo ou instrumento;

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na manutenção de caixa e ativos esperados de um grupo de ativos financeiros;

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos, mensurados pelo custo amortizado, para identificar a perda por redução do valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentam perda de valor, a perda por redução do valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo e estimados no momento da avaliação, e quando aplicável, da perda por redução do valor recuperável.

Uma perda por redução do valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor presente com base no custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos, mensurados pelo custo amortizado, para identificar a perda por redução do valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentam perda de valor, a perda por redução do valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo e estimados no momento da avaliação, e quando aplicável, da perda por redução do valor recuperável.

Uma perda por redução do valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor presente com base no custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos, mensurados pelo custo amortizado, para identificar a perda por redução do valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentam perda de valor, a perda por redução do valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo e estimados no momento da avaliação, e quando aplicável, da perda por redução do valor recuperável.

Uma perda por redução do valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor presente com base no custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos, mensurados pelo custo amortizado, para identificar a perda por redução do valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentam perda de valor, a perda por redução do valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo e estimados no momento da avaliação, e quando aplicável, da perda por redução do valor recuperável.

Uma perda por redução do valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor presente com base no custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos, mensurados pelo custo amortizado, para identificar a perda por redução do valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentam perda de valor, a perda por redução do valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo e estimados no momento da avaliação, e quando aplicável, da perda por redução do valor recuperável.

Uma perda por redução do valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor presente com base no custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos, mensurados pelo custo amortizado, para identificar a perda por redução do valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentam perda de valor, a perda por redução do valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo e estimados no momento da avaliação, e quando aplicável, da perda por redução do valor recuperável.

Uma perda por redução do valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor presente com base no custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos, mensurados pelo custo amortizado, para identificar a perda por redução do valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentam perda de valor, a perda por redução do valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo e estimados no momento da avaliação, e quando aplicável, da perda por redução do valor recuperável.

Uma perda por redução do valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor presente com base no custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos, mensurados pelo custo amortizado, para identificar a perda por redução do valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentam perda de valor, a perda por redução do valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo e estimados no momento da avaliação, e quando aplicável, da perda por redução do valor recuperável.

Uma perda por redução do valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor presente com base no custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos, mensurados pelo custo amortizado, para identificar a perda por redução do valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentam perda de valor, a perda por redução do valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo e estimados no momento da avaliação, e quando aplicável, da perda por redução do valor recuperável.

Uma perda por redução do valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor presente com base no custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos, mensurados pelo custo amortizado, para identificar a perda por redução do valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentam perda de valor, a perda por redução do valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo e estimados no momento da avaliação, e quando aplicável, da perda por redução do valor recuperável.

Uma perda por redução do valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor presente com base no custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos, mensurados pelo custo amortizado, para identificar a perda por redução do valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentam perda de valor, a perda por redução do valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo e estimados no momento da avaliação, e quando aplicável, da perda por redução do valor recuperável.

Uma perda por redução do valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor presente com base no custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos, mensurados pelo custo amortizado, para identificar a perda por redução do valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentam perda de valor, a perda por redução do valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo e estimados no momento da avaliação, e quando aplicável, da perda por redução do valor recuperável.

Uma perda por redução do valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor presente com base no custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos, mensurados pelo custo amortizado, para identificar a perda por redução do valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentam perda de valor, a perda por redução do valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo e estimados no momento da avaliação, e quando aplicável, da perda por redução do valor recuperável.

Uma perda por redução do valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor presente com base no custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos, mensurados pelo custo amortizado, para identificar a perda por redução do valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentam perda de valor, a perda por redução do valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo e estimados no momento da avaliação, e quando aplicável, da perda por redução do valor recuperável.

Uma perda por redução do valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor presente com base no custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos, mensurados pelo custo amortizado, para identificar a perda por redução do valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentam perda de valor, a perda por redução do valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo e estimados no momento da avaliação, e quando aplicável, da perda por redução do valor recuperável.

Uma perda por redução do valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor presente com base no custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos, mensurados pelo custo amortizado, para identificar a perda por redução do valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentam perda de valor, a perda por redução do valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo e estimados no momento da avaliação, e quando aplicável, da perda por redução do valor recuperável.

Uma perda por redução do valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor presente com base no custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos, mensurados pelo custo amortizado, para identificar a perda por redução do valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentam perda de valor, a perda por redução do valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo e estimados no momento da avaliação, e quando aplicável, da perda por redução do valor recuperável.

Uma perda por redução do valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor presente com base no custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos, mensurados pelo custo amortizado, para identificar a perda por redução do valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentam perda de valor, a perda por redução do valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo e estimados no momento da avaliação, e quando aplicável, da perda por redução do valor recuperável.

Uma perda por redução do valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor presente com base no custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos, mensurados pelo custo amortizado, para identificar a perda por redução do valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentam perda de valor, a perda por redução do valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo e estimados no momento da avaliação, e quando aplicável, da perda por redução do valor recuperável.

Uma perda por redução do valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor presente com base no custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos, mensurados pelo custo amortizado, para identificar a perda por redução do valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentam perda de valor, a perda por redução do valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo e estimados no momento da avaliação, e quando aplicável, da perda por redução do valor recuperável.

Uma perda por redução do valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor presente com base no custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos, mensurados pelo custo amortizado, para identificar a perda por redução do valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentam perda de valor, a perda por redução do valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo e estimados no momento da avaliação, e quando aplicável, da perda por redução do valor recuperável.

Uma perda por redução do valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor presente com base no custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Lucro (prejuízo) do exercício

Resultado Abrengente Total

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto

para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais – R\$)

Table with columns: Nota explicativa, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2019, Prejuízo do exercício, Lucro do exercício, Saldo em 31 de dezembro de 2021.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais – R\$)

Table with columns: Nota explicativa, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1.4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e bancos – conta movimento

1.5. Contas a Receber de Clientes

1.6. Títulos e Recebíveis

1.7. Títulos e Recebíveis de cartão de crédito e débito

1.8. Provisão para riscos de inadimplência

1.9. Provisão para riscos de inadimplência

1.10. Provisão para riscos de inadimplência

1.11. Provisão para riscos de inadimplência

1.12. Provisão para riscos de inadimplência

1.13. Provisão para riscos de inadimplência

1.14. Provisão para riscos de inadimplência

1.15. Provisão para riscos de inadimplência

1.16. Provisão para riscos de inadimplência

1.17. Provisão para riscos de inadimplência

1.18. Provisão para riscos de inadimplência

1.19. Provisão para riscos de inadimplência

1.20. Provisão para riscos de inadimplência

1.21. Provisão para riscos de inadimplência

1.22. Provisão para riscos de inadimplência

1.23. Provisão para riscos de inadimplência

1

Saravia e Sciliano S.A. - em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 61.365.284/0001-04

www.saravia.com.br

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

do R\$ 574.700,91. Por maioria de votos concluiu-se pela exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais de base de cálculo das operações de prestação de serviços...

11. Imposto de Renda e Contribuição Social
a) Imposto de renda e contribuição social diferidos
A realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos no Varejo sobre diferenças temporárias...

12. Partes Relacionadas
a) Transações comerciais e empréstimos de mútuo
As partes relacionadas do Varejo são:
- Saravia Livraria S.A. - em Recuperação Judicial - empresa Controladora...

13. Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria
Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração e a Diretoria são compostos por:

14. Arrendamentos Mercantis - Parcela variável dos contratos de locação
Em 31 de dezembro de 2021, o Varejo possui 36 contratos de locação de lojas firmados com administradoras de shoppings ou proprietários de lojas de varejo...

15. Instrumentos Financeiros
a) Caixa e equivalentes de caixa
b) Passivo a Descoberto
c) Passivo a Receber

16. Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas
O Varejo discute administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essas obrigações...

17. Passivo a Receber
a) Capital social
b) Dividendos
c) Outras contas a receber

18. Outras Despesas por Natureza
Mercadorias, Despesas com pessoal e empregados, Honorários dos advogados, Honorários dos contadores, Arrendamento mercantil - parcela variável, Provisões legais, Contratos e faturas de prestação de serviços, Fretes e embarques, Depreciação de instalações, máquinas e equipamentos, Serviços de informática, Depreciação de máquinas e equipamentos, Honorários de advogados, Honorários de contadores, Consultoria e assessoria, Outros serviços profissionais, Viagens e estadiações, Pagamentos com cartão de crédito, boleto e cobrança, Perdas com emissão de liquidação duvidosa, Outras...

19. Custos e Despesas por Natureza
Mercadorias, Despesas com pessoal e empregados, Honorários dos advogados, Honorários dos contadores, Arrendamento mercantil - parcela variável, Provisões legais, Contratos e faturas de prestação de serviços, Fretes e embarques, Depreciação de instalações, máquinas e equipamentos, Serviços de informática, Depreciação de máquinas e equipamentos, Honorários de advogados, Honorários de contadores, Consultoria e assessoria, Outros serviços profissionais, Viagens e estadiações, Pagamentos com cartão de crédito, boleto e cobrança, Perdas com emissão de liquidação duvidosa, Outras...

20. Outras Despesas Operacionais
Resultando na baixa e/ou venda de ativo imobilizado, intangível e ativo líquido por redução ao valor recuperável - ativo imobilizado, intangível e líquido a recuperar, Baixa de créditos tributários, Baixa de créditos com fornecedores, PIS/COFINS e outras reconhecidas e financeiras...

21. Outras Despesas Operacionais
Resultando na baixa e/ou venda de ativo imobilizado, intangível e ativo líquido por redução ao valor recuperável - ativo imobilizado, intangível e líquido a recuperar, Baixa de créditos tributários, Baixa de créditos com fornecedores, PIS/COFINS e outras reconhecidas e financeiras...

22. Outras Despesas Operacionais
Resultando na baixa e/ou venda de ativo imobilizado, intangível e ativo líquido por redução ao valor recuperável - ativo imobilizado, intangível e líquido a recuperar, Baixa de créditos tributários, Baixa de créditos com fornecedores, PIS/COFINS e outras reconhecidas e financeiras...

23. Outras Despesas Operacionais
Resultando na baixa e/ou venda de ativo imobilizado, intangível e ativo líquido por redução ao valor recuperável - ativo imobilizado, intangível e líquido a recuperar, Baixa de créditos tributários, Baixa de créditos com fornecedores, PIS/COFINS e outras reconhecidas e financeiras...

24. Outras Despesas Operacionais
Resultando na baixa e/ou venda de ativo imobilizado, intangível e ativo líquido por redução ao valor recuperável - ativo imobilizado, intangível e líquido a recuperar, Baixa de créditos tributários, Baixa de créditos com fornecedores, PIS/COFINS e outras reconhecidas e financeiras...

25. Outras Despesas Operacionais
Resultando na baixa e/ou venda de ativo imobilizado, intangível e ativo líquido por redução ao valor recuperável - ativo imobilizado, intangível e líquido a recuperar, Baixa de créditos tributários, Baixa de créditos com fornecedores, PIS/COFINS e outras reconhecidas e financeiras...

26. Outras Despesas Operacionais
Resultando na baixa e/ou venda de ativo imobilizado, intangível e ativo líquido por redução ao valor recuperável - ativo imobilizado, intangível e líquido a recuperar, Baixa de créditos tributários, Baixa de créditos com fornecedores, PIS/COFINS e outras reconhecidas e financeiras...

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include: Máquinas e equipamentos, Móveis, utensílios e instalações, Benefícios em nome de terceiros, Equipamentos de informática, Direito de uso em arrendamento, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, Adições, Baixas, 31/12/2021. Rows include: Depreciação acumulada, Máquinas e equipamentos, Móveis, utensílios e instalações, Benefícios em nome de terceiros, Equipamentos de informática, Direito de uso em arrendamento, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, Adições, Baixas, 31/12/2021. Rows include: Depreciação acumulada, Máquinas e equipamentos, Móveis, utensílios e instalações, Benefícios em nome de terceiros, Equipamentos de informática, Direito de uso em arrendamento, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, Adições, Baixas, 31/12/2021. Rows include: Depreciação acumulada, Máquinas e equipamentos, Móveis, utensílios e instalações, Benefícios em nome de terceiros, Equipamentos de informática, Direito de uso em arrendamento, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, Adições, Baixas, 31/12/2021. Rows include: Depreciação acumulada, Máquinas e equipamentos, Móveis, utensílios e instalações, Benefícios em nome de terceiros, Equipamentos de informática, Direito de uso em arrendamento, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, Adições, Baixas, 31/12/2021. Rows include: Depreciação acumulada, Máquinas e equipamentos, Móveis, utensílios e instalações, Benefícios em nome de terceiros, Equipamentos de informática, Direito de uso em arrendamento, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, Adições, Baixas, 31/12/2021. Rows include: Depreciação acumulada, Máquinas e equipamentos, Móveis, utensílios e instalações, Benefícios em nome de terceiros, Equipamentos de informática, Direito de uso em arrendamento, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, Adições, Baixas, 31/12/2021. Rows include: Depreciação acumulada, Máquinas e equipamentos, Móveis, utensílios e instalações, Benefícios em nome de terceiros, Equipamentos de informática, Direito de uso em arrendamento, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, Adições, Baixas, 31/12/2021. Rows include: Depreciação acumulada, Máquinas e equipamentos, Móveis, utensílios e instalações, Benefícios em nome de terceiros, Equipamentos de informática, Direito de uso em arrendamento, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, Adições, Baixas, 31/12/2021. Rows include: Depreciação acumulada, Máquinas e equipamentos, Móveis, utensílios e instalações, Benefícios em nome de terceiros, Equipamentos de informática, Direito de uso em arrendamento, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, Adições, Baixas, 31/12/2021. Rows include: Depreciação acumulada, Máquinas e equipamentos, Móveis, utensílios e instalações, Benefícios em nome de terceiros, Equipamentos de informática, Direito de uso em arrendamento, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, Adições, Baixas, 31/12/2021. Rows include: Depreciação acumulada, Máquinas e equipamentos, Móveis, utensílios e instalações, Benefícios em nome de terceiros, Equipamentos de informática, Direito de uso em arrendamento, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, Adições, Baixas, 31/12/2021. Rows include: Depreciação acumulada, Máquinas e equipamentos, Móveis, utensílios e instalações, Benefícios em nome de terceiros, Equipamentos de informática, Direito de uso em arrendamento, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, Adições, Baixas, 31/12/2021. Rows include: Depreciação acumulada, Máquinas e equipamentos, Móveis, utensílios e instalações, Benefícios em nome de terceiros, Equipamentos de informática, Direito de uso em arrendamento, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, Adições, Baixas, 31/12/2021. Rows include: Depreciação acumulada, Máquinas e equipamentos, Móveis, utensílios e instalações, Benefícios em nome de terceiros, Equipamentos de informática, Direito de uso em arrendamento, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, Adições, Baixas, 31/12/2021. Rows include: Depreciação acumulada, Máquinas e equipamentos, Móveis, utensílios e instalações, Benefícios em nome de terceiros, Equipamentos de informática, Direito de uso em arrendamento, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, Adições, Baixas, 31/12/2021. Rows include: Depreciação acumulada, Máquinas e equipamentos, Móveis, utensílios e instalações, Benefícios em nome de terceiros, Equipamentos de informática, Direito de uso em arrendamento, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, Adições, Baixas, 31/12/2021. Rows include: Depreciação acumulada, Máquinas e equipamentos, Móveis, utensílios e instalações, Benefícios em nome de terceiros, Equipamentos de informática, Direito de uso em arrendamento, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include: Cartão 'private label', Provisão para contingências, Adesão do plano de recuperação judicial, Parcelamentos de fornecedores - estado de recuperação, Ajustes de débito de liquidação de débito fiscal com crédito acumulado - e-Cred, Outras despesas operacionais.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include: Resultado na venda de ativo permanente, Cartão presente não registrado, e outros créditos de clientes não reclamados, Constituição de crédito tributário de ação judicial transferida em juízo, Renúncia provisória para contingências, Venda de saldos - mercadorias obsoletas, Despesas recuperadas, Constituição de créditos tributários restituíveis, Ganho pela baixa de parte da dívida de recuperação judicial por meio de juros de subsornos operacionais.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include: Receitas financeiras, Receitas sobre aplicações financeiras, Juros sobre empréstimos a controladora, Juros recebidos de clientes, Juros sobre impostos a recuperar, Despesas com operações de crédito, AVP - Credores recuperados judicialmente, Juros e variações ativas.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include: Despesas financeiras, Despesas com operações de empréstimos e financiamentos, Juros sobre empréstimos efetuados pela controladora, AVP - Credores recuperados judicialmente, Despesas com operações de crédito, Outras juros e variações passivas, Imposto sobre Operações de Crédito - IOF, Outras despesas financeiras.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include: Em 31 de dezembro de 2021, o Varejo possui 36 contratos de locação de lojas firmados com administradoras de shoppings ou proprietários de lojas de varejo, contratos de locação das lojas, em sua maioria, prevêm despesas por meio de fiança, O contrato de locação sob as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por índices representativos da inflação e da evolução do segmento imobiliário, com prazo de validade de cinco anos em sua maioria, incluindo a renovação e a não usualmente garantidos pela Controladora por meio de fiança. O contrato de aluguel das áreas Administrativas do Varejo possui valores fixos (em contrato) com reajustes anuais, inflação e renovação de prazo, sendo os principais contratos com prazo de validade de cinco anos. O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre (a) o equivalente a 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pelo loja (ou) (b) 100% do valor mínimo atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os reajustes são realizados pelo possuidor mediante vigência indeterminada ou determinada, sendo último caso, os prazos variam de dois a dez anos, sujeitos à renovação contratual automática, a partir de 1º de janeiro de 2018, o montante registrado no rubrica "Alugáveis", em despesas operacionais está relacionado à parcela variável dos contratos de locação e dos demais contratos não qualificados na definição de operações mercantis no CPC 66/92.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include: Arrendamentos mercantis - parcela variável dos contratos de locação, O saldo da rubrica "Arrendamento mercantil - locação de lojas" no passivo circulante em 31 de dezembro de 2021 no consolidado e de R\$54.841 (R\$5.606 em 31 de dezembro de 2020).

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include: Lucro (Prejuízo) por ação, Conforme descrito na nota explicativa nº 17, o Varejo possui ações próprias administradas. A tabela a seguir demonstra a aquisição do prejuízo por ação de acordo com o pronunciamento do CPC 641 (IAS 33).

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include: Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas, Média ponderada de ações ordinárias (em milhares), utilizadas na apuração do lucro líquido por ação, Média ponderada de ações ordinárias em circulação, utilizadas na apuração do lucro líquido por ação, Lucro (Prejuízo) por ação - diluído - R\$, Média ponderada de ações ordinárias em circulação, utilizadas na apuração do lucro líquido por ação.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include: Caixa e equivalentes de caixa, Passivo a descoberto, Passivo a receber, Passivo a pagar, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include: Caixa e equivalentes de caixa, Passivo a descoberto, Passivo a receber, Passivo a pagar, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include: Caixa e equivalentes de caixa, Passivo a descoberto, Passivo a receber, Passivo a pagar, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include: Caixa e equivalentes de caixa, Passivo a descoberto, Passivo a receber, Passivo a pagar, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include: Caixa e equivalentes de caixa, Passivo a descoberto, Passivo a receber, Passivo a pagar, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include: Caixa e equivalentes de caixa, Passivo a descoberto, Passivo a receber, Passivo a pagar, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include: Caixa e equivalentes de caixa, Passivo a descoberto, Passivo a receber, Passivo a pagar, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include: Caixa e equivalentes de caixa, Passivo a descoberto, Passivo a receber, Passivo a pagar, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include: Caixa e equivalentes de caixa, Passivo a descoberto, Passivo a receber, Passivo a pagar, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros.

Table with columns: Descrição, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include: Caixa e equivalentes de caixa, Passivo a descoberto, Passivo a receber, Passivo a pagar, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros, Passivo a receber de terceiros, Passivo a pagar de terceiros.

Saravia e Siciliano S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 61.365.284/0001-04

www.saravia.com.br

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

N) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitem às operações do Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saques em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica "Contas a receber de clientes" do Varejo está substancialmente distribuído entre as atividades de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é determinado em reais.

Linhas de crédito

Table with 2 columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows: Emprestimos; Utilizado; 171.046; 156.020.

Valor contábil e valor justo dos ativos e passivos financeiros

Table with 2 columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows: Valor Contábil, Valor Justo.

Além do valor pelo método do resultado Caixa e equivalentes de caixa 472 472

Emprestimos e recebíveis 710 710

Contas a receber de clientes 251.879 272.207

Passivos mantidos pelo custo amortizado 68.135 68.135

Emprestimos e financiamentos 204.145 204.145

Fornecedores 24.841 24.841

Créditos por recuperação judicial 50.490 50.490

Arrendamento mercantil – locação de lojas 1.231 1.231

Partes relacionadas – controle de milú 50.490 50.490

Outros obrigações 1.231 1,231

Métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

• Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para saques de caixa e representados por títulos e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.

• Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – São dados decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.

• O Varejo divide seus ativos e passivos financeiros no valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros.

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os seguintes níveis:

Nível 1 – preços cotados (em ajuste) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 que não são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivados de preço); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a mensuração do valor justo torna-se subjetiva.

Ativos e passivos do Varejo, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2021:

Table with 4 columns: Nível 1, Nível 2, Nível 3, Total. Rows: Caixa e equivalentes de caixa 472

Caixa e equivalentes de caixa 472

28. Cobertura de Seguros

A Administração do Varejo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por eventuais contradições subfocais para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas dos seguros contratados:

Table with 2 columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows: Lucros cessantes; Responsabilidade máxima; Responsabilidade civil – conselheiros, diretores e administradores; Responsabilidade máxima – importância máxima; Veículos – apenas responsabilidade civil – importância máxima; Roubo e furto; Riscos gerais.

27. Processo de Recuperação Judicial

A Administração da Companhia apresentou em 23 de novembro de 2018 pedido de recuperação judicial, cujo plano foi aprovado em AGE de 29 de agosto de 2018, como forma de enfrentamento dos impactos da crise econômica sobre o mercado varejista de bebidas e a administração da Companhia.

A homologação do plano de recuperação judicial ocorreu em 11 de novembro de 2018. Em 1º de agosto de 2019, foi juntada ao processo a revisão do Plano de Recuperação Judicial Original (PRJ), apresentado em 4 de fevereiro de 2019, tendo sido homologado em 4 de setembro de 2019. Diante da recorrente dificuldade para geração de caixa das atividades operacionais, agravada pelos impactos da pandemia do Coronavírus sobre o ciclo de vendas do Varejo, com redução drástica do faturamento, a Administração da Companhia e do Varejo submetem, em 3 de julho de 2020, o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Primeiro Aditamento ao PRJ), com redução drástica do faturamento e da geração de caixa.

Em 26 de fevereiro de 2021, o plano de recuperação judicial foi atualizado em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021, pautado essencialmente, na concretização da alienação das LUPs Lique e Site, nos termos do Primeiro Aditamento ao PRJ. Como não houve habilitação de interessados para a aquisição das referidas LUPs, inviabilizando o cumprimento das obrigações contidas no Primeiro Aditamento ao PRJ em 13 de setembro de 2021, a Companhia apresentou o Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (Segundo Aditamento ao PRJ), que priorizará os meios de recuperação, e prevê o ponto de virada econômico e está baseado nos dados econômico-financeiros e de avaliação de ativos e passivos subscritos por empresa especializada e que prevê medidas para a reestruturação das dívidas, para a geração de fluxo de caixa operacional pelo pagamento de dívidas, assim como, para a geração de recursos necessários à continuidade das atividades, observando a nova realidade das Recuperandas, impactadas pela pandemia da COVID-19.

O Segundo Aditamento ao PRJ foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 e será submetido à homologação judicial.

Como medidas para a liquidação de parte substancial do passivo estão previstas:

i) A reestruturação do passivo;

ii) A preservação de investimentos essenciais para a continuidade operacional; e

iii) A alienação de LUPs "Loja Shopping Birapuera" e "Direitos Creditórios" em processo competitivo, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ para o levantamento de recursos, que serão destinados ao pagamento de Credores e Credores Não Sujetos.

Para o caso da alienação das LUPs, há Proposta Vinculante apresentada pela Travessa Securitizadora

de Créditos Financeiros VII S.A., assim definida como Primeiro Proponente e que garantirá a conclusão do processo competitivo, fazendo jus aos direitos e prerrogativas, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ (Nota explicativa nº 31).

Pagamento da dívida

Os Credores Trabalhistas receberam o valor de até R\$ 160 por Credor Trabalhista, limitado ao valor total do Crédito Trabalhista, acessado de acordo com a verificação da Taxa Referencial

de acordo com o disposto no artigo 159, inciso II, da Lei nº 13.640/2018, em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas. Há previsão de pagamento de até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas. Há previsão de pagamento de até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas. Há previsão de pagamento de até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas. Há previsão de pagamento de até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

O pagamento aos Credores Quilombolas (Classe III e IV) será feito mediante um pagamento inicial de R\$5 e para o saldo remanescente, estão previstas duas opções: i) Opção B – Repetimento, que prevê um deságio de 80% dos créditos remanescentes, ou ii) Opção B – Repetimento, que prevê um fluxo de pagamentos trimestrais para o período entre 2022 e 2024, com atualização monetária pela Taxa Referencial e juros remuneratórios de 0,5% a.a.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante da dívida consolidada ainda de acordo com o Plano Original, foi o seguinte:

Table with 2 columns: 31/12/2020, 31/12/2021. Rows: Dívida; Ajuízo a valor presente.

Em 7 de março de 2022, a Travessa Securitizadora de Créditos Financeiros VII S.A. apresentou Proposta Vinculante para aquisição das LUPs i) Loja Shopping Birapuera, pelo valor de R\$29,9 Milhões; e ii) Direitos Creditórios, pelo valor de R\$54,3 Milhões, como Primeiro Proponente, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ (Nota explicativa nº 30).

Em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 foi aprovado pelos Credores o Segundo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (Nota explicativa nº 27).

Contador

Davi Hernandez Garcia – CRC SP 146.453/0-7

Jorge Saravia Neto – Diretor Presidente

Oscar Pessoa Filho – Diretor Financeiro

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

reestruturação do passivo, a preservação de investimentos essenciais para a continuidade operacional, a alienação de LUPs "Loja Shopping Birapuera" e "Direitos Creditórios" em processo competitivo, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ para o levantamento de recursos, que serão destinados ao pagamento de Credores e Credores Não Sujetos.

Destaca-se que os empréstimos com o Banco do Brasil no montante de R\$158.204 mil em 31/12/2021 (R\$142.221 mil em 31/12/2020) foram cedidos por uma Securitizadora em 04/03/2022, os quais estão registrados em Carteira de Crédito de FIP S/A – COFIN, pelo valor de R\$158.204 mil.

As demonstrações contábeis da Companhia, quando o referido aditamento for homologado pelo Juízo, considerando que até a data de emissão do nosso relatório de auditoria o 2º Aditamento ao PRJ não foi submetido à homologação judicial e a correspondente base para a elaboração de recursos, que serão destinados ao pagamento de Credores e Credores Não Sujetos.

3. Outros assuntos

(i) Valores contábeis anterior final em 31/12/2020

Os auditores anteriores foram contratados para examinar as demonstrações contábeis da Companhia e emitiram o seu relatório em 26 de março de 2021 com uma abstenção de opinião decorrente de incerteza relevante sobre a continuidade das operações e o fluxo de caixa do plano de recuperação judicial na realização.

4. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas internacionais de relações financeiras (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos critérios internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis fiáveis e justas.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. Responsabilidades do auditor pela demonstração

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis da Companhia de acordo com as normas brasileiras de auditoria e a Lei nº 10.683/2003, e de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível emitir uma opinião de auditoria suficiente para fundamentar nosso opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas de independência emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 29 de março de 2022.

RSM

RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples Luiz Claudio Fortes

CRC SP 030.002/0-7 Contador CRC TR 032.470/0-8

Banco Central divulga nova regra para saque de valores esquecidos em depósitos

Quem não sacou recursos esquecidos em instituições financeiras na primeira rodada terá nova chance a partir da segunda-feira (28). O Banco Central (BC) divulgou mais uma regra para saque de valores esquecidos em depósitos em 2022.

Segundo o BC, todo mundo que fez a consulta terá de repetir o procedimento. As instituições financeiras acrescentaram informações ao sistema e pode haver novos recursos esquecidos. Mesmo quem sacou o dinheiro deve refazer a consulta.

Inicialmente, estava programada para segunda-feira (27) a liberação do saque para correntistas de todas as idades. No entanto, o BC mudou as regras de pagamento e divulgou novo calendário para agendar as retiradas, em etapas escalonadas conforme o ano de nascimento.

Assim como nas últimas semanas, os sábados haverá repescagem dentro da repescagem para quem perdeu a chance do agendamento.

Pelo novo cronograma, o correntista poderá agendar o saque a qualquer hora da data informada, para se entrar em horários determinados pelo sistema. As novas datas de liberação são as seguintes:

De 17 de abril a 1º de maio, haverá uma reformulação do sistema. As consultas serão retomadas em 2 de maio, na abertura da segunda fase do programa, que incluirá mais fontes de recursos esquecidos no sistema financeiro.

Nas últimas três semanas, os correntistas puderam agendar a retirada, segundo cronograma escalonado pelo ano de nascimento ou de fundação da empresa. Nascidos antes de 1968 puderam pedir o agendamento entre os dias 7 e 12. Para nascidos entre 1968 e 1983, o processo ocorreu dos dias 14 a 19. Na semana passada, foi a vez dos nascidos a partir de 1984, entre os dias 21 a 26. As mesmas datas valem para a criação das empresas.

Para agendar o saque, o usuário deverá ter conta nível prata ou ouro no Portal Gov.br. Identificação segura para acessar serviços públicos digitais, a conta Gov.br está disponível a todos

os cidadãos brasileiros. O login tem três níveis de segurança: básico, para serviços menos sensíveis; prático, que permite acesso a muitos serviços digitais; e ouro, que permite acesso a todos os serviços digitais. Após o pedido de retirada, a instituição financeira terá 12 dias úteis para fazer a transferência. A expectativa é que pagamentos realizados por meio de Pix ocorram mais rápido.

Segundo o BC, cerca de 114 milhões de pessoas e 2,7 milhões de empresas acessaram o sistema de consultas valoresareceber.bcb.gov.br, criado para o resgate do dinheiro. Desse total, 25,9 milhões de pessoas físicas e 253 mil empresas descobriram que têm recursos a receber.

A maior parte dos recursos esquecidos, no entanto, é de pequeno valor. De acordo com levantamento do BC, saldos de até R\$ 1 correspondem a 42,8% dos casos e de até R\$ 10 concentram 69,7% do total.

Após o término de consultas, o processo de agendamento de saques está sendo menor que o esperado. Até a última quinta-feira (24), apenas

2,83 milhões de pessoas físicas e 6,172 empresas haviam pedido a retirada. De R\$ 9 milhões disponíveis, foi agendado o saque de R\$ 239,3 milhões por pessoas físicas e de R\$ 6,3 milhões por pessoas jurídicas, até agora.

Confira abaixo o passo a passo para a retirada do dinheiro:

Passo 1 Acessar o site valoresareceber.bcb.gov.br na data e no período de saque informado na primeira consulta. Quem esqueceu a data pode repetir o processo, sem esperar o dia 7 de março.

Passo 2 Fazer login com a conta Gov.br (nível prata ou ouro). Se o cidadão ainda não tiver conta nesse nível, deve fazer logo o cadastro ou aumentar o nível de segurança (no caso de conta nível bronze) no site ou no aplicativo Gov.br. O BC aconselha o correntista a não deixar para depois o acesso ao nível no dia de agendar o resgate.

Passo 3 Ler e aceitar o termo de responsabilidade

canais de atendimento.

Passo 4 Verificar o valor a receber, a instituição financeira de onde veio o valor e a origem (tipo) do valor a receber. O sistema poderá fornecer informações adicionais, se for o caso. A primeira etapa da consulta só informava a existência de valores a receber, sem dar detalhes.

Passo 5 Clicar na opção indicada pelo sistema: "Solicitar por aqui"; para devolução do valor pelo Pix em até 12 dias úteis. O usuário deverá escolher uma das chaves Pix, informar os dados pessoais e guardar o número de protocolo, caso precise entrar em contato com o atendimento.

"Solicitar via instituição"; a instituição financeira não oferece devolução por Pix. O usuário deverá entrar em contato pelo telefone ou e-mail informado para combinar com a instituição a forma de retirada: Transferência Eletrônica Disponível (TED) ou Documento de Crédito (DC).

Importante: na tela de informações dos valores a receber, o cidadão deve clicar no nome da instituição para consultar os canais de atendimento.

Nova fase Nesta primeira fase, estão sendo liberados R\$ 3,9 bilhões esquecidos em instituições financeiras. Em maio, haverá nova rodada de consultas, com mais R\$ 4,1 bilhões disponíveis. Na segunda etapa, serão incluídos as seguintes fontes de recursos residuais:

• cobranças indevidas de tarifas ou obrigações de crédito não previstas em termo de compromisso;

• contas de pagamento pré-paga e pós-paga encerradas e com saldo disponível;

• contas encerradas em corretoras e distribuidoras de títulos e de valores mobiliários;

• demais situações que resultem em valores a serem devolvidos reconhecidas pelas instituições financeiras.

Além dos valores residuais em bancos, o cidadão pode ter outras fontes de dinheiro esquecido, como cotas de fundos públicos (FIDC) ou Documento de Crédito (DC).

Além dos valores residuais em bancos, o cidadão pode ter outras fontes de dinheiro esquecido, como cotas de fundos públicos (FIDC) ou Documento de Crédito (DC).

Pandemia fez cair número de exames para detectar câncer de intestino

A pandemia de covid-19 fez diminuir, em quase 1 milhão, o número de exames usados para detectar câncer de intestino ou câncer colorretal. Os dados são de uma pesquisa feita pela Sociedade Brasileira de Endoscopia Digestiva (SBED) e pela Sociedade Brasileira de Coloproctologia (SBCCP).

De acordo com os dados, deixaram de ser feitos 732 mil exames de sangue oculto nas fezes e 263,8 mil o exame de colonoscopia. "Esses exames não sendo feitos, haverá repescagem dentro da repescagem para quem perdeu a chance do agendamento.

Em entrevista à Agência Brasil, a especialista disse que em 2020 18.982 pessoas morreram por câncer de cólon e reto. O número de exames para detectar câncer de intestino caiu em quase 1 milhão, o número de exames usados para detectar câncer de intestino ou câncer colorretal. Os dados são de uma pesquisa feita pela Sociedade Brasileira de Endoscopia Digestiva (SBED) e pela Sociedade Brasileira de Coloproctologia (SBCCP).

De acordo com os dados, deixaram de ser feitos 732 mil exames de sangue oculto nas fezes e 263,8 mil o exame de colonoscopia. "Esses exames não sendo feitos, haverá repescagem dentro da repescagem para quem perdeu a chance do agendamento.

ca é mais prevalente em pessoas obesas e em tabagistas. O álcool também aumenta o risco de câncer, bem como dietas pobres em fibra ou muito ricas em carnes. O sedentarismo é outro fator para o câncer de intestino. "São todos hábitos que podem ser modificados", disse Eduarda.

Geralmente o câncer de intestino começa com uma lesão chamada pré-maligna, mas que ainda é benigna. A colonoscopia detecta essas lesões chamadas de pólipos, que devem ser retiradas para impedir que virem um câncer no futuro. "Quando a gente tira essa lesão, a gente realmente cura o doente, impedindo que ele tenha a doença", disse a especialista.

Para o presidente da Sobed, Ricardo Anjos Dib, apesar de ser um procedimento simples, o diagnóstico de câncer de intestino é mais comum do que se imagina. "A maioria dos casos de câncer de intestino é descoberta em estágio avançado, quando o paciente já está com sintomas mais graves", disse Anjos Dib.

Em entrevista ao programa A Voz do Brasil, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, informou na segunda-feira (28) que mais de 1,5 milhão de pessoas já solicitaram o novo microcrédito anunciado pelo banco.

Mais de 1,5 milhão de pessoas já solicitaram novo microcrédito

Em entrevista ao programa A Voz do Brasil, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, informou na segunda-feira (28) que mais de 1,5 milhão de pessoas já solicitaram o novo microcrédito anunciado pelo banco.

Em entrevista ao programa A Voz do Brasil, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, informou na segunda-feira (28) que mais de 1,5 milhão de pessoas já solicitaram o novo microcrédito anunciado pelo banco.

Em entrevista ao programa A Voz do Brasil, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, informou na segunda-feira (28) que mais de 1,5 milhão de pessoas já solicitaram o novo microcrédito anunciado pelo banco.

Em entrevista ao programa A Voz do Brasil, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, informou na segunda-feira (28) que mais de 1,5 milhão de pessoas já solicitaram o novo microcrédito anunciado pelo banco.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1548-0EAA-852A-B589> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1548-0EAA-852A-B589



Hash do Documento

65FB34590AF980D41ACA277563DB0E01DB4624641ACC1AC01337B0EE1DF772A8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/03/2022 11:55 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



VOTORANTIM

energia

VTRM Energia Participações S.A.

(nova denominação: Auren Energia S.A.)

CNPJ nº 01.310.772/0001-92

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Para a Companhia, 2021 foi um ano repleto de desafio, ascensão e transformação. Nos mantivemos focados em nossas metas e objetivos de curto, médio e longo prazo, que visam a criação de uma das maiores plataformas de energia renovável no Brasil.

Para isso, nosso time trabalhou de forma incansável para atingir os melhores resultados possíveis, mesmo frente ao cenário desafiador trazido pela crise hídrica e pela economia no período.

Começando pela CESP, os resultados trazidos são reflexo de uma companhia diligente e direcionada para a criação de valor. Após dois anos após a privatização podemos ver grandes conquistas em todas as frentes de atuação da CESP. O resultado reportado reflete os impactos trazidos pela crise hídrica no resultado da Companhia. Do lado do contencioso passivo, a redução de mais de R\$1,0 bilhão no último trimestre do ano, perfazendo mais de R\$3,0 bilhões em 2021, demonstram o sucesso na estratégia de desmonte do portfólio de processos da companhia.

Com relação aos nossos ativos edícios, o resultado de 2021 traz o impacto dos sinistros com os transformadores da Subestação Coletores do parque eólico Vento do Araripe III, mas importante destacar que o complexo conta com seguro patrimonial e de lucros cessantes que compensará a maioria das perdas, este ajuste será realizado no resultado, por completo, ao longo de 2022. Cabe ressaltar que os demais ativos edícios da companhia continuam performando dentro do esperado, com alta disponibilidade.

Concluímos, em 2021, o processo de captação de novas fontes de capital, por meio da 1ª emissão de debêntures simples, para a aquisição do projeto de energia solar Jaiba V. Adicionalmente, investimos mais de R\$600 milhões nas obras dos parques eólicos Ventos do Piauí II e III, cuja operação comercial inicia-se a partir de maio e será concluída em novembro de 2022.

Por fim, em 18 de outubro, a VTRM enviou a proposta de reorganização societária à CESP, visando a criação de uma das principais companhias de capital aberto do setor elétrico brasileiro. Esta proposta foi submetida a um Comitê Independente da CESP, responsável por avaliar o mérito da operação e negociar a relação de substituição entre as ações das companhias, cuja recomendação foi apreciada e aprovada pelo Conselho de Administração em janeiro de 2022. Em 15 de fevereiro, foi realizada a Assembleia para a deliberação sobre o tema, e, em 25 de março de 2022, após a aprovação dos acionistas e o atendimento e cumprimento de todas as obrigações legais, as ações da CESP foram incorporadas, dando início à história de sucesso da Auren Energia.

Estamos orgulhosos da jornada que trilhamos até esse momento e agradecemos a participação de todos que tornaram possível esse novo capítulo da nossa história. Nossos caminhos agora estão se expandindo. Convidado a todos a se juntarem a nós nessa nova etapa!

FABIO ZANFELICE

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

A VTRM é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), controlada diretamente pela Votorantim S.A. ("VSA"), em conjunto com a Canada Pension Plan Investment Board ("CPP Investments"). A Companhia possui sede na cidade de São Paulo-SP, suas atividades são operacionalizadas desde 2018, por meio de uma plataforma de investimentos relacionados à aquisição e desenvolvimento de novos ativos de geração de energia renovável no Brasil, junto às suas controladas que possuem finalidade de planejamento, construção, instalação, operação e manutenção de sistemas de geração de energia eólica, solar e hidrelétrica, assim como a comercialização da energia produzida por estes sistemas.

Atualmente, a Companhia possui um amplo portfólio diversificado em geração de energia 100% renovável, totalizando 3.3 GW de capacidade instalada, sendo 2,3 GW em fonte hídrica e aproximadamente 1,0 GW em fonte eólica (compostos por 0,6 GW de ativos em operação e 0,4 GW de projetos em fase avançada de construção com entrada em operação prevista para 2022). Na frente de comercialização de energia, está posicionada entre as três maiores traders do Brasil, com mais de 2,6 GW médios comercializados no ano de 2020 e uma carteira de mais de 500 clientes.

Como parte de sua estratégia de expansão e diversificação de negócios, ao final de 2021, a Companhia anunciou a aquisição do projeto fotovoltaico Jaiba V, cujo complexo será composto por 13 parques solares localizados na região de Serra de Ibiapaba, no município de Jaiba (MG), e deve atingir capacidade instalada de geração de energia de 626 MW. O projeto está pronto para execução e tem previsão de início de construção em 2022, com operação comercial prevista para 2023.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O desenvolvimento da Companhia é baseado em princípios éticos e gestão sustentável dos negócios, com foco em inovação e na evolução das práticas "ESG" (*environmental, social and governance - ambiental, social e governança*), amparado pelo apoio e expertise de seus acionistas. Os pilares ESG encontram-se integrados ao planejamento estratégico da Companhia e se materializam por meio dos investimentos que garantem a sustentabilidade e a perenidade de seus negócios.

Desde a constituição da Companhia, a Administração vem trabalhando na implementação e no avanço de boas práticas de governança, aprimorando o seu modelo de gestão e processos decisórios, em face do dinamismo e evolução constantes do ambiente de negócios, e alinhadas aos interesses de seus *stakeholders*.

Neste sentido, a estrutura de governança da Companhia é composta pelos seguintes órgãos: Assembleia de Acionistas, Conselho de Administração e Diretoria Executiva. De acordo com sua competência e nível de atuação, cada uma dessas instâncias integram o fluxo de informações e os processos decisórios da VTRM, contribuindo para o alinhamento de interesses, o bom desempenho dos negócios e a criação de valor sustentável de curto, médio e longo prazo.

Adicionalmente, com intuito de zelar pelo bom funcionamento e formalização das práticas ESG adotadas pela Companhia, o sistema de governança corporativa encontra-se regido pelo Estatuto Social, Acordo de Acionistas, Código de Conduta e Políticas Corporativas os quais refletem a cultura, os padrões de ética e integridade, a gestão sustentável dos negócios e a transparência na condução de suas atividades.

Reestruturação societária decorrente das Operações VTRM e CESP

Conforme divulgado ao mercado, em 18 de outubro de 2021, a Votorantim S.A. ("VSA") e o Canada Pension Plan Investment Board ("CPP Investments"), acionistas controladores indiretos da VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM"), anunciaram a intenção de consolidar ativos de energia por meio da VTRM, com ações listadas no Novo Mercado, seguindo os mais elevados padrões de governança corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A operação foi conduzida por meio das seguintes etapas:

Operação VTRM:

(i) A contribuição de ativos por meio da incorporação pela Companhia, da Votorantim Geração de Energia S.A. ("VGE"), controlada da VSA, de forma que a VTRM passa a deter seus ativos.

(ii) Desta forma, a VTRM integra as participações na CESP, ativos edícios, participações acionárias da Votorantim Energia em hidrelétricas e Votorantim Comercializadora de Energia (Votener), além dos projetos de expansão em desenvolvimento.

(iii) Adicionalmente, o acionista CPP Investments realizou um aumento de capital de R\$ 1,5 bilhão na VTRM. Após a implementação da Operação VTRM, a VSA e CPP Investments passaram a deter participações societárias de aproximadamente 54,2% e 45,8% respectivamente do capital social da VTRM.

Operação CESP: Incorporação de ações

De modo a permitir que os acionistas minoritários da CESP participem da Nova VTRM, foi prevista a etapa de Incorporação de Ações, com a incorporação da totalidade das ações de emissão da CESP pela VTRM e consequente atribuição, aos demais acionistas da CESP, independentemente da classe ou espécie de ações que detenham, de uma combinação: (a) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da VTRM, e (b) de novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, compulsoriamente resgatáveis, de emissão da VTRM.

Ao final deste processo de consolidação, a VTRM será controladora integral da CESP e os seus atuais acionistas passarão a ser acionistas da VTRM.

Abertura de Capital da VTRM e Listagem no Novo Mercado

Adicionalmente, a VTRM submeteu o pedido de registro de companhia aberta categoria "A" à CVM e de listagem de suas ações no Novo Mercado da B3, cuja aprovação foi obtida em 25 de fevereiro de 2022, sendo que a efetiva listagem e negociação de ações da VTRM no Novo Mercado, estava condicionada à conclusão da etapa Operação CESP.

Após a implementação da Operação VTRM e Operação CESP, é esperado que a VSA, o CPP Investments e os acionistas não controladores detenham participações societárias de aproximadamente 37,74%, 31,94% e 30,32% respectivamente do capital social da VTRM (a serem confirmados conforme os valores atualizados na data das transações).

Por meio da consolidação dos ativos na VTRM, a Votorantim S.A. e o CPP Investments, em conjunto com os acionistas da CESP, iniciam um novo ciclo de crescimento e geração de valor no mercado de capitais. *Maiores detalhes em relação às etapas da reorganização societária estão descritos na nota 1.1 (i) (G) e nota 32.1 das demonstrações financeiras da VTRM.*

RESPONSABILIDADE SOCIAMBIENTAL

O compromisso com a sociedade e respeito às pessoas apoiam as decisões da Companhia. Desta forma, a atuação da VTRM é orientada pela avaliação dos impactos de seus negócios e das necessidades das comunidades com as quais possuem relacionamento.

Como desenvolvedora responsável, a Companhia busca fazer a diferença todos os dias com boas práticas de preservação do meio ambiente. A sua gestão ambiental segue uma rigorosa Política de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Responsabilidade Social, que integra os ODS e as melhores práticas de gestão e de governança, além de atender a requisitos legais.

Em parceria com o Instituto Votorantim, a Companhia criou um banco de dados capaz de comparar indicadores sociais de todas as localidades onde mantém operação, priorizando as ações de forma mais assertiva. No que tange a Covid-19, a Companhia continua atuando fortemente no enfrentamento e prevenção da pandemia. Em 2021, foram efetivados 66 projetos com investimento total de R\$ 10,4 milhões em todas as regiões em que atua. Ainda na continuidade do combate à pandemia, foram doadas cestas básicas, kits de higiene e de equipamentos de proteção individual para equipes de saúde das comunidades, além de atuar no apoio à gestão pública para a administração do momento de crise. Ainda em 2021, foi desenvolvido planos de engajamento com stakeholders em todas as suas operações, tendo em vista o fortalecimento de parcerias com as comunidades e o desenvolvimento local.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Em 2021, a Companhia registrou receita líquida de venda com energia de R\$ 2,6 bilhão, aumento de R\$ 317 milhões (+14%) em relação ao ano de 2020, majoritariamente decorrente de:

- Aumento de R\$ 375 milhões em função: (i) do crescimento do volume e incremento significativo relevante no preço médio das operações de trading realizadas pela CESP Comercializadora no período; e (ii) dos reajustes nos preços de energia dos contratos bilaterais da CESP Geradora; e
- Parcialmente compensados pela: (i) redução de R\$ 71 milhões no preço médio de Araripe III, como reflexo do ressarcimento anual registrado, consequência do incidente ocorrido com o transformador de força e; (ii) pelo aumento de R\$ 13 milhões no faturamento do parque eólico de Piauí.

O EBITDA Ajustado do mesmo período atingiu R\$ 1,0 bilhão, 18% inferior ao ano anterior, ocasionado principalmente pelo evento não recorrente relativo ao efeito da repactuação do risco hidrológico (GSF) reconhecido pela controlada CESP no terceiro trimestre do ano de 2021, de R\$ 782 milhões, e pelo impairment sobre esse saldo, no valor de R\$ 299 milhões.

CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E COM OPERAÇÃO

Os custos com energia elétrica e operação totalizaram R\$ 2,0 bilhões em 2021, incremento de R\$ 604 milhões (+43%) majoritariamente decorrente de:

- Os custos com energia elétrica foram de R\$ 1,3 bilhões, um aumento de R\$ 549 milhões, resultado do (i) incremento no volume de energia comprada para equalizar o balanço energético da CESP do ano, combinado com aumento no preço de energia quando comparado com 2020, (ii) aumento de encargos de energia elétrica e, (iii) do reflexo das operações de trading realizadas pela CESP Comercializadora;
- Os custos com operação totalizaram R\$ 683 milhões, um aumento de R\$ 54 milhões, devido principalmente ao aumento nos serviços de terceiros, gastos com materiais, manutenção e conservação e aumento nos gastos custos de manutenção dos aerogeradores, em comparação ao ano anterior.

REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

Em 2021, a Companhia registrou R\$ 782 milhões referente ao reconhecimento dos efeitos do risco hidrológico na CESP, resultado da homologação dos cálculos de extensão de concessão das Usinas Primavera e Porto Primavera, em R\$ 739 milhões.

DESPESAS OPERACIONAIS

Gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 168 milhões em 2021, aumento de R\$ 17 milhões (+11%) se comparado a 2020 (R\$ 151 milhões), decorrentes das atividades ligadas aos negócios da Companhia, principalmente Serviços de Terceiros em função do incremento de gastos com consultorias para apoio à projetos estratégicos.

Outras receitas operacionais, líquidas

Os outros resultados operacionais, totalizaram R\$ 133 milhões em 2021, e tiveram uma redução de R\$ 32 milhões (-20%), majoritariamente decorrente da combinação dos seguintes fatores: (i) reversão de provisão para litígios da CESP (+R\$ 159 milhões), (ii) provisão para impairment do risco hidrológico (-R\$ 299 milhões), compensado parcialmente pela reversão de impairment sobre imobilizado (R\$ +50 milhões), (iii) reconhecimento da indenização sobre os lucros cessantes relativo ao incidente ocorrido em fevereiro de 2021 com um dos transformadores da subestação de Araripe III (+R\$ 46 milhões) (iv) impacto da marcação a mercado dos contratos futuros de energia da CESP Comercializadora (+R\$ 34 milhões), (v) aumento nas provisões relativas às obrigações socioambientais (+R\$ 4 milhões) e, (vi) aumento nos gastos com serviços de terceiros (+R\$ 9 milhões).

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no período apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 767 milhões. Este resultado deve-se, principalmente em razão do aumento de R\$ 45 milhões (6%), representado pelas:

- **Receitas financeiras:** R\$ 95 milhões, aumento de R\$ 51 milhões devido ao crescimento da receita com rendimentos de aplicações financeiras e ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas;
- **Despesas financeiras:** R\$ 862 milhões, um aumento de R\$ 95 milhões devido a atualização monetária sobre debêntures e empréstimos, atualização do passivo atuarial da CESP, parcialmente compensado pela redução da despesa com atualização do saldo de provisão para litígios e baixa de atualização monetária sobre depósitos judiciais.

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido de 2021 apresentou lucro de R\$ 312 milhões, contra um lucro de R\$ 1.650 milhões em 2020. O principal impacto dessa variação negativa no lucro de R\$ 1.338 milhões deve-se essencialmente ao reconhecimento em 2020 pela CESP dos impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa conforme mencionado acima, e pelos efeitos combinados dos demais eventos descritos anteriormente.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo correspondente à dívida da Companhia em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 4,7 bilhões, e a dívida líquida de R\$ 3,1 bilhões.

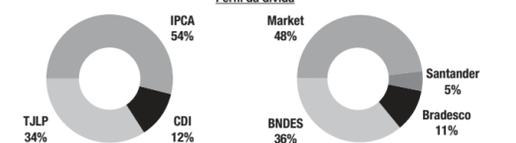
O detalhamento por tipo de financiamento e por forma de indexação está representado conforme tabela a seguir:

(R\$ em milhões)	Saldo Endivido	Indexador	Spread	Amortização	Vencimento	Rating	Agência
Piauí I	793,6						
BNDES	664,5	TJLP	2,16%	Mensal	jun-34	-	-
Debêntures	129,1	IPCA	5,47%	Annual	jun-24	AAA (Bra)	Fitch Ratings
Piauí II e III	549,9						
BNDES	549,9	IPCA	4,56%	Mensal	mar-45	-	-
Araripe III	1.071,7						
Repasse	436,1	TJLP	3,15%	Mensal	dez-29	-	-
BNDES	454,7	TJLP	2,49%	Mensal	jun-35	-	-
Debêntures	180,9	IPCA	6,99%	Semestral	jul-32	AA (Bra)	Fitch Ratings
VTRM	299,7						
Debêntures	299,7	CDI	1,48%	Annual	dez-24	-	-
CESP	1.995,9						
Debêntures	299,2	CDI	1,64%	Semestral	dez-25	-	-
Debêntures	1.696,7	IPCA	4,30%	Semestral	ago-30	AAA (Bra)	Fitch Ratings
Total	4.710,9						

	Balço Patrimonial				
	Controladora	Consolidado			
	Nota	2021	2020	2021	2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	383.149	101.711	1.595.918	1.102.652
Aplicações financeiras	5.1	-	-	77.751	-
Fundo de liquidez - Conta reserva	5.2	-	-	6.153	6.740
Contas a receber de clientes	6	-	-	328.631	384.390
Tributos a recuperar	4	4.898	3.322	36.714	65.624
Dividêndos a receber	23	160.963	246.679	-	-
Partes relacionadas	23	-	-	3.678	7.043
Ordens de projetos - P&D	7	-	-	5.076	52.685
Contratos futuros de energia	16	-	-	270.815	103.139
Outros ativos		6.163	660	18.935	21.712
		<u>555.173</u>	<u>352.372</u>	<u>2.343.571</u>	<u>1.743.985</u>
Ativos disponíveis para venda		-	-	8.428	-
		<u>555.173</u>	<u>352.372</u>	<u>2.351.999</u>	<u>1.743.985</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Fundo de liquidez - Conta reserva	5.2	-	-	100.048	76.295
Partes relacionadas	23	58.590	-	66.311	11.421
Cações e depósitos judiciais	8	-	-	195.968	260.496
Imposto de renda a contribuição social diferidos	15 (b)	-	-	3.408.893	3.954.680
Almoxarifado	-	-	-	6.042	6.199
Contratos futuros de energia	16	-	-	341.292	25.297
Ativo sujeito à indenização	9	-	-	1.739.161	1.739.161
Outros ativos		-	-	842	355
		<u>58.590</u>	<u>-</u>	<u>5.858.557</u>	<u>8.073.904</u>
Investimentos	10	4.405.443	3.943.471	-	-
Imobilizado	11	3.331	159.969	8.980.282	8.825.418
Intangível	12	281.748	122.967	2.366.432	1.770.768
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		27	110	5.283	6.433
		<u>4.749.139</u>	<u>4.226.517</u>	<u>17.210.554</u>	<u>16.676.523</u>

	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Reserva de lucros					
	Nota	Capital social	Legal	Retenção	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial
Em 1º de janeiro de 2020		2.977.983	29.188	1.032.248	-	(207.128)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	624.809	624.809
Outros componentes do resultado abrangente		-	-	-	(429.350)	(429.350)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	624.809	195.459
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	31.240	-	(31.240)	-
Dividêndos mínimos obrigatórios		-	-	-	(148.393)	(148.393)
Retenção de lucros		-	-	445.176	(445.176)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas		-	31.240	445.176	(624.809)	(148.393)
Em 31 de dezembro de 2020		2.977.983	60.428	1.477.424	-	(636.478)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	58.739	58.739
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	231.104	231.104
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	58.739	289.843
Dividêndos adicionais deliberados	1.1.2 (f)	-	-	-	-	-
Dividêndos revertidos	1.1.2 (g)	-	-	279.302	-	279.302
Aumento de capital social	1.1.2 (d)	22.853	-	-	-	22.853
Dividêndos e juros sobre capital próprios não reclamados		-	-	-	-	-
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	24 (c)	-	2.937	-	(2.937)	-
Dividêndos mínimos obrigatórios		-	-	-	(13.952)	(13.952)
Retenção de lucros		-	-	41.850	(41.850)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas		22.853	2.937	321.152	(58.739)	288.203
Em 31 de dezembro de 2021		3.000.836	63.365	1.798.576	-	(405.374)

Perfil da dívida



* Em 31 de agosto de 2021, as empresas VDP II e III captaram o montante de R\$ 537 milhões, relativa a 1ª parcela do financiamento aprovado junto ao BNDES, com vencimento da primeira parcela do principal para dezembro de 2022 e vencimento final em 2045 e taxas de juros de TLP + 4,56% a.a.

** Em dezembro de 2021 a VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM") emitiu sua primeira emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quinquagésima, com vencimento em dezembro de 2024, no montante total de R\$300 milhões. A 1ª Emissão de Debêntures da VTRM possui sistema de amortização *bullet*, ou seja, através de uma única parcela, em dezembro de 2024, indexados ao CDI + 1,48% a.a.

Demonstração do Fluxo de Caixa					Demonstração do Valor Adicionado						
	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado		
		2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020	
Fluxo de caixa das atividades operacionais											
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		59.370	629.429	592.854	191.699	Receita bruta	25	-	-	3.146.076	2.702.460
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		-	-	-	-	Provisão de ressarcimento	25	-	-	(182.250)	(182.250)
Depreciação e amortização	26	3.604	377	558.995	531.523	Outras receitas operacionais	26	46.253	3.476	55.371	15.504
Amortização de ativo	26	-	-	34.959	34.848		46.253	3.476	3.008.723	2.626.966	
Baixa de imobilizado	26	-	-	(3.248)	592	Insuamos					
Reapetuação do risco hidrológico	26	-	-	(781.974)	-	Energia comprada e encargos de rede de uso elétrico	26	-	-	(1.328.735)	(779.350)
Provisão (reversão) do impairment de ativo imobilizado e intangível	26	-	-	248.520	(7.589)	Reapetuação do risco hidrológico	(30.443)	(16.693)	(148.797)	(103.969)	
Equivalência patrimonial	10 (a)	(48.882)	(653.952)	-	-	Serviços de terceiros	(9.663)	(1.533)	(36.655)	(39.535)	
Juros e variações monetárias	13 (c)	4.921	-	421.627	287.518	Outros custos operacionais	(40.106)	(18.226)	(732.293)	(922.854)	
Apropriação de custos de captação	8 (a)	-	-	13.739	26.333		6.147	(14.750)	2.276.430	1.703.512	
Baixa de depósitos judiciais	13 (c)	-	-	75.185	86.936	Valor adicionado bruto					
Hedge accounting operacional	28.2	-	-	114.905	116.295	Depreciação e amortização	26	(3.604)	(377)	(558.995)	(531.817)
Contratos futuros de energia	22 (b)	-	-	(13.235)	21.444	Provisão de ressarcimento	-	-	(34.959)	(34.848)	
Custo de serviços e benefícios pós-emprego	22 (b)	-	-	3.613	(489)	Contratos futuros de energia	-	-	13.235	(21.444)	
Constituição (reversão) de provisões	21 (a)	-	-	(425.693)	(266.595)		(3.604)	(377)	(580.719)	(688.109)	
Reversão da provisão para litígios	20 (c)	-	-	192.724	91.598	Valor adicionado líquido gerado	2.543	(15.127)	1.695.711	1.115.403	
Provisão de ressarcimento	19	-	-	7.607	4.206	Transferências	10 (b)	48.882	653.952	-	
Provisão de obrigações socioambientais	27	-	-	30.849	3.863	Receitas financeiras	27	30.849	3.863	95.079	44.304
Provisão para litígios	15 (c)	-	-	158.122	59.622	Imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	26	(681)	3.616	(240.883)	1.505.820
Benefícios pós-emprego	8 (a)	-	-	(9.221)	(7.623)		79.050	661.431	(145.804)	1.550.124	
Depósitos judiciais	19	-	-	-	-	Outras					
Ajuste a valor presente	19	-	-	10.354	13.819	Reversão da provisão para litígios	-	-	-	425.693	266.644
Obrigações socioambientais	19	-	-	10.354	13.819	Reversão de depósitos judiciais	-	-	-	(63.284)	(63.284)
UBP - Uso do bem público e investimentos	(11.932)	-	-	(11.749)	(1.945)	(Provisão) reversão de impairment de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(248.520)	7.589
Operações com partes relacionadas	6	12	247	264	Seguros	-	-	-	(9.362)	(9.605)	
Arrendamentos	7.087	(24.134)	1.361.478	1.505.004	Outras receitas (despesas), operacionais líquidas	-	-	-	(7.607)	(4.206)	
									99.948	197.138	
									81.593	646.304	1.649.855
									2.862.665	2.862.665	
Decréscimo (a Acréscimo) em ativos											
Contas a receber de clientes	-	-	-	55.759	(72.303)	Valor adicionado a distribuir					
Tributos a recuperar	(1.576)	-	-	8.382	31.479	Distribuição do valor adicionado	26	-	-	-	-
Almoxarifado	8 (a)	-	-	157	1.412	Pessoal	26	3.767	6.311	53.352	55.518
Cauchês e depósitos judiciais	8 (a)	-	-	(1.436)	4.170	Remuneração direta	2.217	803	25.273	21.326	
Partes relacionadas	(5.482)	-	-	7.436	3.933	Encargos sociais	595	130	17.706	8.277	
Demais créditos e outros ativos	5.855	-	-	55.924	14.796	Benefícios	6.579	7.244	96.331	85.121	
Acréscimo (decréscimo) em passivos	(177)	74.198	106.865	110.618	Remuneração de capital de terceiros	27	4.921	617	793.718	672.580	
Fornecedores	28.2	-	-	(112.073)	(105.123)	Juros e atualização monetária	27	11.404	5.398	68.408	94.130
Instrumentos financeiros derivativos	(830)	639	(1.836)	2.529	Outras despesas financeiras	26	-	-	10.189	9.510	
Obrigações estimadas e folha de pagamento	(2.875)	(784)	(13.358)	13.642	Aluguéis	25	16.325	6.015	872.315	776.220	
Tributos a recolher	-	-	-	(62.116)	(13.130)	Intraoperacionais - Encargos regulamentares					
Encargos setoriais	19	-	-	17.291	(9.644)	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	-	-	37.618	51.389
Pagamento de obrigações socioambientais	18	-	-	(42.155)	(29.263)	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	15.706	15.098
Pagamento de UBP - Uso do bem público	21 (a)	-	-	(160.717)	(115.231)	Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	-	-	-	7.180	6.656
Pagamento a litígios	-	-	-	(1.533)	(1.330)	Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	-	1.773	2.579
Pagamento a benefícios pós-emprego	-	-	-	386.657	258.550		-	-	-	62.277	75.722
Demais obrigações e outros passivos	3.268	316	71.482	(76.834)	Tributos e contribuições sociais						
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	(5.568)	64.472	1.278.065	1.226.153	Federais	(50)	8.236	307.129	275.048		
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	13 (c)	-	-	(20.988)	(51.210)	Municipais	-	-	157	84	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.285)	64.472	1.016.884	930.408		(50)	8.236	307.286	275.132		
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais											
Fluxo de caixa das atividades de investimento											
Aplicações financeiras	-	-	(75.328)	-	Remuneração de capitais próprios	24 (c)	-	-	-	-	
(Resgate) aplicação de conta reserva	-	-	(19.065)	(1.388)	Dividendos	13.952	148.393	13.952	148.393		
Aquisição de imobilizado e intangível	(100.353)	(159.969)	(672.861)	(179.080)	Retornos de lucros	44.787	476.416	44.787	476.416		
Venda de imobilizado	-	-	11.712	-	Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas não controladores	-	-	252.907	1.025.661		
Aquisição de investimento Ventos do Piauí II e III	-	(125.060)	-	(123.261)		58.739	624.809	311.646	1.650.470		
Aquisição de investimento Jaiba V Holding S.A.	(39.873)	-	-	-		81.593	646.304	1.649.855	2.862.665		
Aumento de capital em investidas	10 (b)	(282.678)	(48.452)	-	Valor adicionado distribuído	-	-	-	-		
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(i) Considerando os efeitos no exercício, a Companhia adotou a política contábil de demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferido dentro do grupo de valor adicionado para distribuição.	-	-	-	-		
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	(36.247)	(74.931)	(755.342)	(303.730)	Atividade de negociação no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Nos termos do acordo firmado entre VSA e CPP Investments, a reorganização estava prevista para ocorrer em duas etapas principais, denominadas "Operação VTRM" e "Operação CESP". (a) Contribuição de ativos por meio da incorporação reversa da VGE pela VTRM, de forma que a VTRM passe a deter participação nos seguintes ativos: participação de 50% do capital social da empresa Pinheiro Machado Participações S.A. ("Pinheiro Machado"), cujos ativos de geração incluem a UHE Machadinho (Consórcio Machadinho), correspondentes a 100% das ações preferenciais de sua emissão; (ii) participação de 66,6667% do capital social da CBA Energia Participações S.A. ("CBA Energia"), cujos ativos de geração incluem UHE Campos Novos e UHE Barra Grande, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão; (iii) participação de 66,6667% do capital social da Polarrax S.A. ("Polarrax"), cujos ativos de geração incluem UHE Amador Aguiar I e II (Consórcio Capim Branco), UHE Picalá, UHE Igarapava (Consórcio Igarapava) e UHE Campos Novos, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão; (iv) participação de 100% do capital social da Volteer - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda ("Volteer"), correspondente a 16.438.424 quotas de sua emissão. Em consequência da incorporação reversa da VGE, as 992.547.439 ações de emissão da VTRM e de titularidade da VGE serão canceladas e substituídas por igual número de ações da VTRM a serem atribuídas à VSA, na qualidade de única acionista da VGE. Além disso, em razão dos juros incorporados pela VTRM, serão emitidas 612.874.904 novas ações ordinárias da VTRM, também atribuídas à VSA. (b) Em ato subsequente, a contribuição de caixa por meio da realização de aumento do capital social da VTRM, a ser subscrito e integralizado em moeda corrente nacional pelo aumento de investimentos, no montante de R\$ 1,5 bilhão, mediante a emissão de 365.803.013 novas ações atribuídas ao CPP Investments. Após a implementação da incorporação VTRM, VSA e CPP Investments passam a deter participações societárias de aproximadamente 54,2% e 45,8% do capital social da VTRM, respectivamente. Operação AT : (a) Abertura de capital da VTRM e listagem no Novo Mercado, através da submissão do pedido de registro de companhia aberta categoria "A" à CVM e listagem no Novo Mercado da B3, sendo a efetiva listagem e negociação de ações da VTRM no Novo Mercado, condicionadas à conclusão da etapa Operação CESP. (b) Incorporação das ações de emissão da CESP pela VTRM, de forma que a CESP passe a ser subsidiária integral da VTRM, mediante a entrega aos acionistas não controladores da CESP de novas ações ordinárias e preferenciais resgatáveis de emissão da VTRM, em substituição às ações incorporadas de emissão da CESP de que sejam titulares. Após a implementação da Operação VTRM e da incorporação CESP, a participação de VSA e CPP Investments em participações societárias de aproximadamente 37,74%, 31,94% e 30,32% no capital social da VTRM, respectivamente (a ser confirmados conforme os valores atualizados na data das transações). Os detalhes em relação às etapas da reorganização societária após 31 de dezembro de 2021 estão descritos na nota 3.1.1 - Eventos Subseqüentes. 1.1.2 Principais eventos societários: Movimentações: (a) Cisão parcial em controlada: Em 18 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou a cisão parcial do investimento na controlada São João Paulo II, efetuado a redução do capital social na controlada, conforme nota 1.1.2 (b), sendo importante destacar que não houve impacto contábil envolvendo a transação. A parcela cindida foi incorporada da seguinte maneira:						
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras											
1. Considerações gerais: A VTRM Energia Participações S.A. (nova denominação: Auren Energia S.A., aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de março de 2022, "Companhia" ou "VTRM", com sede na cidade de São Paulo - SP, é uma holding que tem por objetivo ser plataforma de investimentos relacionados à aquisição e desenvolvimento de novos ativos de geração de energia renovável no Brasil e o objetivo de suas controladas é o planejamento, construção, instalação, operação e manutenção de sistemas de geração de energia elétrica, solar e hidrelétrica, assim como a comercialização da energia produzida por estes sistemas. A Companhia é controlada em conjunto pela Votorantim Gerção de Energia S.A. ("VGE") e pelo Canada Pension Plan Investment Board ("CPP Investments"). A partir de 03 de fevereiro de 2022, a Votorantim S.A. ("VSA") passou a ser detentora das ações que eram da VGE, conforme descrito na nota 3.1.1 (a) - Reorganização societária decorrente das operações VTRM e CESP. Dessa forma a Companhia é controlada em conjunto pela VSA e pelo CPP Investments. A Companhia obteve, em 25 de fevereiro de 2022, o registro de companhia aberta categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e "Abertura de Capital") e teve deferido o pedido de listagem na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), com a admissão de suas ações à negociação no segmento especial do Novo Mercado ("Listagem no Novo Mercado"). Maiores detalhes na Nota 3.1 - Eventos Subseqüentes. Em 23 de março de 2022, foi anunciado ao mercado que as ações da Companhia serão listadas, sob o ticker AURE3, no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e o início de negociação aconteceu no dia 28 de março de 2022.											
Capacidade (Mw)											
Usinas hidrelétricas											
UHE Porto Primavera	1.540,0	Rosana - SP e Batayporã - MS	23/01/1999	15/04/2056							
UHE Parabiaba	87,0	Parabiaba - SP	24/04/1978	03/06/2022							
Complexo de geração eólicas											
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051							
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051							
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051							
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051							
Ventos de São Adão Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051							
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051							
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051							
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	18,4	Simões - PI	18/08/2014	18/08/2049							
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	27,6	Simões - PI	18/08/2014	18/08/2049							
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	29,4	Simões - PI	18/08/2014	18/08/2049							
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	18,4	Simões - PI	25/08/2014	25/08/2049							
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	18,4	Simões - PI	03/09/2014	03/09/2049							
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	25,3	Arapirana - PE	02/09/2014	02/09/2049							
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	25,3	Arapirana - PE	03/09/2014	03/09/2049							
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	29,9	Arapirana - PE	03/09/2014	03/09/2049							
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	29,9	Arapirana - PE	03/09/2014	03/09/2049							
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	29,9	Arapirana - PE	02/09/2014	02/09/2049							
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	27,6	Arapirana - PE	02/09/2014	02/09/2049							
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	27,6	Arapirana - PE	02/09/2014	02/09/2049							
Ventos de Santo Onofre V Energias Renováveis S.A.	27,6	Simões - PI	11/05/2015	11/05/2050							
Ventos de São Virgílio I Energias Renováveis S.A.	29,9	Simões - PI	08/05/2015	08/05/2050							
Ventos de São Virgílio II Energias Renováveis S.A.	29,9	Simões - PI	20/08/2015	20/08/2050							
Ventos de São Virgílio III Energias Renováveis S.A.	19,8	Curral Novo do Piauí - PI	08/05/2015	08/05/2050							
Ventos de Santo Alexandre Energias Renováveis S.A.	42,0	Curral Novo do Piauí - PI	07/03/2012	07/03/2051							
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	37,8	Betânia do Piauí - PI	02/09/2012	01/11/2055							
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	42,0	Curral Novo do Piauí - PI	24/06/2022	10/11/2055							
Ventos de Santo Amaro Energias Renováveis S.A.	46,2	Ouricuri e Arapirana - PE	22/07/2022	10/11/2055							
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	33,6	Curral Novo do Piauí - PI	13/05/2022	10/11/2055							
Ventos de Santo Bernardo Energias Renováveis S.A.	42,0	Ouricuri - PE	19/02/2022	10/11/2055							
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	37										

—*— continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras da VTRM Energia Participações S.A.

ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.4 abaixo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$"). **2.4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A controlada indireta CESP Comercializadora, revisou as premissas utilizadas no cálculo do valor justo de seus contratos futuros de energia e concluiu como apropriada a mensuração integral, a partir de junho de 2021, de toda a sua carteira de contratos anteriormente limitada ao horizonte de 36 meses, tomando como base (i) os preços contratuais estabelecidos nas operações de compra e venda e (ii) os preços de mercado para mensuração da sua exposição, ambos descontados a valor presente pela curva futura do cupom do IPCA do período. As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota explicativa	Conta contábil	
6	Contas a receber de clientes	Imobilizado
11	Imobilizado	Intangível
12	Intangível	Contratos futuros de energia
16	Contratos futuros de energia	UBP - Uso do bem público
18	Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos
19	Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	Provisão de ressarcimento
20	Provisão de ressarcimento	Provisões
21	Provisões	Benefícios de pós-emprego
22	Benefícios de pós-emprego	

2.5 Consolidação: A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. **(a) Controladas:** As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **(b) Operação em conjunto (joint operation):** Operação em conjunto (joint operation) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto de uma entidade não são obrigadas a fornecer passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. As controladas da Companhia integrantes dos complexos eólicos de Piauí I, II e III possuem participação e controlam em conjunto as empresas Consórcio Ventos do Piauí, Consórcio Ventos do Piauí II e Consórcio Ventos do Piauí III ("Consórcios"). Os Consórcios têm por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos de uso comum, especialmente a subestação coletiva, a linha de transmissão e a torre média tensão, entre outros, que deverão servir a todas as Consorciadas. **(c) Empresas controladas incluídas na consolidação das demonstrações financeiras:**

Complexo Eólico Ventos do Piauí I ("Piauí I")	2021		2020		Tipo de investimento	Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante			
Ventos de São Vicente Participações	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - Brasil	Holding
Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Acedado Energias Renováveis S.A. (i)	77,36%	77,36%	77,36%	77,36%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A. (i)	84,96%	84,96%	84,96%	84,96%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Consórcio Ventos do Piauí	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns
Complexo Eólico Ventos do Piauí II ("Piauí II")							
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A. (ii)	51%	100%	100%	100%	Direto	Ceará - Brasil	Holding
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	50%	0%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Crispim Energias Renováveis S.A.	50%	0%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	50%	0%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Angelo Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	Ceará - Brasil	Holding
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	50%	0%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A.	50%	0%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	50%	0%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A. (ii)	51%	100%	100%	100%	Direto	Ceará - Brasil	Holding
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	50%	0%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Consórcio Ventos do Piauí II	100%	100%	0%	0%	Indireto	Piauí - Brasil	Construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns
Complexo Eólico Ventos do Piauí III ("Piauí III")							
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	Ceará - Brasil	Holding
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Consórcio Ventos do Piauí III	100%	100%	0%	0%	Indireto	Piauí - Brasil	Construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns
Complexo Eólico Ventos do Araripé III ("Araripé III")							
Ventos de Santo Estêvão Holding S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - Brasil	Holding
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estêvão I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estêvão II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estêvão III Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estêvão IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estêvão V Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio III Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
(i) Em 2020, a controlada São Vicente alienou de participação dessas controladas, porém cláusulas contratuais garantem à Companhia o controle sobre a totalidade do retorno desses investimentos, razão pela qual estão sendo consolidados em 100%.							
(ii) Conforme descrito no item 1.1.1 (e), houve alienação de participação dessas investidas, porém cláusulas contratuais garantem à Companhia o controle sobre a totalidade do retorno desses investimentos, razão pela qual estão sendo consolidados em 100%.							

Geração e comercialização hidrídica	2021		2020		Tipo de investimento	Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante			
CESP - Companhia Energética de São Paulo	40%	94%	40%	94%	Direto	São Paulo - Brasil	Geração e comercialização de energia elétrica
CESP Comercializadora de Energia S.A.	40%	94%	40%	94%	Indireto	São Paulo - Brasil	Geração e comercialização de energia elétrica
Geração solar							
Jaiba V Holding S.A.	100%	100%	0%	0%	Direto	São Paulo - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba C Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba CE Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba CN Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba CO Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba CS Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba L1 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba L2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba NE2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba NE3 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba NO2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba S Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba SE2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba SO Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Outros							
MRTV Comercializadora de Energia Ltda.	99%	99%	0%	0%	Direto	São Paulo - Brasil	Comercialização de energia elétrica
Hélio I Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Hélio II Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Hélio III Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Hélio V Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Sol do Piauí II Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Sol do Piauí III Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Sol do Piauí IV Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Hélio IV Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 1 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 2 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 3 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 4 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 5 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 6 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 7 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 8 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 9 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica

2.6 Reapresentação espontânea de saldos comparativos: Com o intuito de melhor apresentação das informações contábeis, os saldos comparativos do balanço patrimonial estão sendo reapresentados, de forma espontânea. A Companhia optou por apresentar os saldos ativos e passivos dos seus contratos de futuros de energia, onde estes estavam sendo apresentados de forma líquida no balanço patrimonial. Estas alterações não afetaram as demonstrações do fluxo de caixa, demonstrações do resultado, demonstrações do resultado abrangente e demonstrações de mutações do patrimônio líquido.

O quadro abaixo demonstra as alterações efetuadas:

	2021		2020		Tipo de investimento	Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante			
Ativo							
Circulante							
Contratos futuros de energia			103.139	103.139			
Não circulante							
Contratos futuros de energia			25.297	25.297			
			128.436	128.436			
Passivo							
Circulante							
Contratos futuros de energia			17.336	103.139			
Não circulante							
Contratos futuros de energia			4.108	25.297			
			21.444	128.436			

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB: 3.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas: As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021: (i) Classificação de passivos entre circulante e não circulante; alterações ao IAS 1/CPIC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"; (ii) Adoção inicial do IFRS em subsidiárias; alterações ao IFRS 1/CPIC 37 "Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade"; (iii) Custos de empréstimos no teste de desreconhecimento de passivos financeiros; alterações ao IFRS 9/CPIC 48 "Instrumentos financeiros"; (iv) Incentivos em arrendamentos; alterações ao IFRS 16/CPIC 06 "Arrendamentos"; (v) Custo no cumprimento de contratos onerosos; alterações ao IAS 37/CPIC 25 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes"; (vi) Concessões relacionadas à COVID-19; alterações ao IFRS 17 "Contratos de seguro"; (vii) Reforma das IBOFs (Interbank Offered Rate); alterações ao IFRS 9/CPIC 48 "Instrumentos financeiros"; IAS 39/CPIC 38 "Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração"; IFRS 7/CPIC 40 "Instrumentos financeiros: evidência"; IFRS 4/CPIC 11 "Contratos de seguro" e IFRS 16/CPIC 06 "Arrendamentos". A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis. **3.2 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas:** As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez em exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022: (i) Revisão de pronunciamentos técnicos pelo comitê de pronunciamentos contábeis, nº 19/2021 com alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 37 (R1)/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado, CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios, em decorrência das melhorias anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020; Ativo Imobilizado - vendas antes do uso pretendido; Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; e Referências à Estrutura Conceitual. A entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2022. **4. Apresentação de informações por segmento de negócio:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Corporativa também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. A Diretoria corporativa, considera o negócio por tipo de geração, conforme apresentado abaixo. 1. Geração eólica (Piauí I, II e III e Araripé III); 2. Geração e comercialização hidrídica (CESP e CESP Comercializadora); 3. Outros projetos (segmento criado em 2021 devido aquisição das empresas); 4. Holding. As informações a seguir referem-se à abertura da VTRM por segmentos de negócio e consideram as eliminações de saldos e transações entre as empresas do mesmo segmento, entre: (i) das eliminações entre os segmentos de negócio; e (ii) das eliminações dos investimentos mantidos pela holding.

(a) Balanço patrimonial - Por segmento de negócio:	2021					
	Geração eólica	Geração e comercialização hidrídica	Outros projetos	Holding	Eliminações	Consolidado
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	782.132	428.231	2.306	383.149	-	1.595.818
Aplicações financeiras	6.153	77.751	-	-	-	77.751
Fundo de liquidez - Conta reserva	-	-	-	-	-	6.153
Contas a receber de clientes	60.189	268.439	3	-	-	328.631
Tributos a recuperar	2.955	28.847	14	4.898	-	36.714
Dividendos a receber	-	-	-	160.963	(160.963)	-
Partes relacionadas	3.678	-	-	-	-	3.678
Ordens de projetos - P&D	-	5.076	-	-	-	5.076
Contratos futuros de energia	-	270.815	-	-	-	270.815

→* continuação

5. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez - conta reserva: Política contábil: Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. As aplicações financeiras possuem taxa média de remuneração entre 97,95% e 102,00% do CDI.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Moeda nacional				
Caixa e bancos	54	55	24.520	18.408
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	324.943	91.628	1.251.551	877.882
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs (I)	-	-	49.085	155.189
Outra Financeira - títulos privados	-	-	-	16.811
Operações compromissadas	-	-	35.020	153
Quotas de fundos de investimento	58.152	10.028	235.642	34.207
	383.149	101.711	1.595.818	1.102.652

(I) As aplicações em Letras Financeiras do Tesouro possuem vencimento em 01 de março de 2022, e são de conversibilidade imediata de caixa. As operações são compostas substancialmente por operações compromissadas e títulos públicos, conforme a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Quotas de fundos de investimento				
Operações compromissadas	6.510	-	6.510	-
Títulos públicos	51.642	10.028	229.132	34.207
	58.152	10.028	235.642	34.207

5.2 Fundo de liquidez - Conta reserva: Os empréstimos e financiamentos das controladas de Piauí I e Araripé III exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo total de caixa restrito em contas reservas é no montante de R\$ 106.201, sendo R\$ 6.153 registrado no ativo circulante e R\$ 100.048 no ativo não circulante (R\$ 83.035 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$ 6.740 registrado no ativo circulante e R\$ 76.295 no ativo não circulante. **5.3 Qualidade de créditos dos ativos financeiros:** A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, fundo de liquidez - conta reserva:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Moeda nacional				
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	-	-	77.751	-
	-	-	77.751	-

5.2 Fundo de liquidez - Conta reserva: Os empréstimos e financiamentos das controladas de Piauí I e Araripé III exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo total de caixa restrito em contas reservas é no montante de R\$ 106.201, sendo R\$ 6.153 registrado no ativo circulante e R\$ 100.048 no ativo não circulante (R\$ 83.035 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$ 6.740 registrado no ativo circulante e R\$ 76.295 no ativo não circulante. **5.3 Qualidade de créditos dos ativos financeiros:** A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, fundo de liquidez - conta reserva:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez - conta reserva				
AAA	383.145	101.706	1.663.551	877.536
AA+	-	-	29.700	79.999
AA	4	5	86.510	57.166
AA-	-	-	-	170.964
Sem rating	-	-	9	22
	383.149	101.711	1.779.770	1.185.687

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (Standard & Poor's Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado pelas mesmas. **6. Contas a receber de clientes: Política contábil:** Correspondem aos valores originados pela transação de comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos as perdas esperadas. Mensalmente, a área de Planejamento e Gestão Financeira da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas. **Leilões de Energia:** representados por conta a receber de distribuidoras no âmbito de contratos firmados conforme participação em leilões. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários ou de contratos de operações de venda de energia, em ambiente de contratação livre. **Contratos bilaterais:** representados por conta a receber de consumidores industriais e agentes comercializadores em ambiente de contratação livre. **Contabilização CCEE:** o saldo a receber decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valorados ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"), podendo representar um valor a receber ou a pagar. Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 e 60 dias.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A vencer				
Vencidos até 90 dias				
	109.926	8.081	109.926	8.081

ACR
Leilão de Energia Nova (LEN)
Leilão de Energia Reserva (LER)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contratos bilaterais (I)	145.701	-	145.701	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	10.961	1.737	12.698	-
Trading	41.054	-	41.054	-
Partes relacionadas (Nota 23)	11.171	-	11.171	-
	328.894	1.737	328.831	-

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A vencer				
Vencidos até 90 dias				
Vencidos há mais de 180 dias				
(-) Perda esperada (II)				
Total	98.984	1.396	98.984	1.396

ACR
Leilão de Energia Nova (LEN)
Leilão de Energia Reserva (LER)
Energia Livre (RTE)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contratos bilaterais (I)	144.345	-	144.345	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	45.166	11.894	46.668	103.728
Trading	17.824	-	17.824	-
Partes relacionadas (Nota 23)	9.124	-	9.124	-
Suprimento em regime de quotas	917	-	2.036	(2.036)
	324.436	13.290	328.631	103.728

(I) A controlada CESP possui curto grau de concentração em sua carteira de clientes. Em 31 de dezembro de 2021, os dez principais clientes representam 55,41% do total da carteira (70,67% em 31 de dezembro de 2020). (II) A controlada CESP não possui mais a expectativa de recebimento dos valores que estavam provisionados em dezembro de 2020, motivo pelo qual realizou a baixa, em 2021, do saldo ativo de contas a receber e do total da perda esperada sobre os títulos.

7. Ordens de projetos - P&D: Conforme a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluído-se aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólicas, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de sua receita operacional líquida - ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL. De acordo com a Lei 14.120/2021, decorrente da conversão da Medida Provisória nº 998/2020, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento devem ser distribuídos do seguinte modo: 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; 28% (vinte e oito por cento) dos recursos devem ser destinados à execução de projetos de P&D regulados pela ANEEL; 20% (vinte por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Ministério de Minas e Energia - MME + 12% (doze por cento) dos recursos devem ser recolhidos para Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. O projeto de P&D no setor de energia elétrica deve ser original e inovador, diferente da pesquisa acadêmica para que se caracterize pela liberdade de investigação, deve ter metas e resultados previstos. Para respeitar a obrigação de investir em P&D, as empresas devem enviar à ANEEL seus projetos, contendo informações sobre os resultados esperados, a sua aplicabilidade, os custos previstos para execução, a expectativa de retorno financeira, a pertinência do estudo a temas de interesse do setor elétrico e o grau de inovação ou avanço tecnológico pretendido. Após o encerramento do projeto, a ANEEL fará uma avaliação criteriosa dos resultados alcançados e dos gastos incorridos, para fins de aprovação, total ou parcial, do projeto e reconhecimento dos investimentos realizados. Os gastos não reconhecidos num dado projeto aprovado e reprovação deverão ser estornados à Conta de P&D e remunerados pelo preço de liquidação do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. A controlada CESP está sob o regime da Lei 9.991, de 24 de julho de 2000 e através de cálculos sobre a ROL possui os montantes abaixo registrados no ativo que se referem a ordens de projetos, as quais estão vinculadas a aplicação de tais recursos, porém ainda não foram concluídas. Os valores estão apresentados ao custo amortizado.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ordens de Projetos - Pesquisa e Desenvolvimento	5.078	25.995	5.078	25.995
	4.076	52.685	4.076	52.685

(I) Os gastos aplicados em Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D") são contabilizados no ativo e, quando da conclusão do projeto compensados com o passivo (Nota 17 - Encargos setoriais) registrado para este fim. **8. Cauções e depósitos judiciais: Política contábil:** Referem-se a garantias prestadas vinculadas a processos judiciais, sendo apresentados pelos seus valores históricos acrescidos de atualização monetária e são relacionados com provisões para riscos legais (Nota 21).

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial do exercício	163.476	37.340	116.442	43.040
Adições	16.262	480	1.629	-
Atualizações	7.121	1.516	69	447
Convertidos/Levantados	(6.984)	(10.015)	(14)	-
(-) Baixas	(64.761)	(10.027)	(53)	(344)
Reclassificação entre esteras	46.159	239	-	(43.136)
Saldo final do exercício	161.273	19.533	13.273	7

A estratégia de análise criteriosa dos depósitos judiciais existentes e, também, andamento processual dos casos, resultou na baixa dos depósitos civis e trabalhistas, no montante de R\$ 75.185 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 86.936 em 2020), reconhecidos nas linhas de Outras Despesas Operacionais (Nota 26) e Resultado financeiro (Nota 27). (I) Crédito caucionado referente a garantia financeira, junto à CCEE. **9. Ativo sujeito à indenização: Política contábil:** Dada a divergência existente, entre o Poder Concedente e a Administração da controlada CESP, em relação ao valor da indenização devida pela reversão de bens das UHEs Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupia, a Controlada ingressou em juízo para discutir a questão, visando o recebimento do valor de indenização que entende ser o correto. Além disso, com o final da concessão da UHE Jaguari, a Controlada está avaliando o valor da indenização. Desta forma, considerando a existência de ativo contingente, em atendimento ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, em 2013 e 2015 a Controlada efetuou ajuste no ativo, adequando o valor registrado das respectivas UHEs para o valor incontroverso, sem prejuízo de continuar a discutir os seus direitos judicialmente. Em dezembro de 2020, com o fim da operação temporária da UHE Jaguari, a controlada CESP reclassificou o valor residual do ativo imobilizado para a rubrica de Ativos sujeitos à indenização. Os ativos sujeitos à indenização sofreram atualização financeira conforme prazos e índices a serem definidos. O CPC 25 define ativo contingente como sendo um ativo passível de controle de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos no total ou parcialmente sob a tutela da controlada CESP.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo sujeito à indenização	3.529.080	2.165.858	642.318	27.589
Ajuste para impairment	-	(1.657.484)	(337.826)	(7.818)
Ajuste ativo contingente	(1.811.718)	(506.346)	(304.492)	-
Ativo sujeito à indenização (líquido)	1.717.362	2.028	-	19.771

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo regulatório	(547.520)	(508.374)	(304.492)	(1.360.386)
Custo atribuído (deemed cost)	(1.264.198)	-	-	(1.264.198)
Portaria MME nº 458/15	-	2.028	2.028	2.028
Ajuste ativo contingente	(1.811.718)	(506.346)	(304.492)	(2.622.556)

Por meio da Medida Provisória ("MP") nº 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, foi permitido que a União, na qualidade de poder concedente, prorrogasse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto normativo, especificamente em relação às atividades da controlada CESP, a União ofereceu a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das UHEs de Ilha Solteira e Jupia, vencíveis em 7 de julho de 2015. O mesmo tratamento foi estendido à concessão da UHE Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão já havia ocorrido em novembro de 2011. Em razão das condições estabelecidas pelo poder concedente, a controlada CESP deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, a controlada CESP continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupia, até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Em relação à UHE Três Irmãos, a continuidade de sua operação ocorreu conforme normalização do Poder Concedente, abaixo detalhada. Em consequência da manifestação de intenção do Estado de São Paulo pleitear junto à União a exploração da UHE Jaguari, a controlada CESP formalizou junto à União (MME/ANEEL) seu não interesse na renovação da concessão da UHE Jaguari, sendo que a controlada CESP manteve sua

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo regulatório	(547.520)	(508.374)	(304.492)	(1.360.386)
Custo atribuído (deemed cost)	(1.264.198)	-	-	(1.264.198)
Portaria MME nº 458/15	-	2.028	2.028	2.028
Ajuste ativo contingente	(1.811.718)	(506.346)	(304.492)	(2.622.556)

Por meio da Medida Provisória ("MP") nº 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, foi permitido que a União, na qualidade de poder concedente, prorrogasse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto normativo, especificamente em relação às atividades da controlada CESP, a União ofereceu a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das UHEs de Ilha Solteira e Jupia, vencíveis em 7 de julho de 2015. O mesmo tratamento foi estendido à concessão da UHE Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão já havia ocorrido em novembro de 2011. Em razão das condições estabelecidas pelo poder concedente, a controlada CESP deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, a controlada CESP continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupia, até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Em relação à UHE Três Irmãos, a continuidade de sua operação ocorreu conforme normalização do Poder Concedente, abaixo detalhada. Em consequência da manifestação de intenção do Estado de São Paulo pleitear junto à União a exploração da UHE Jaguari, a controlada CESP formalizou junto à União (MME/ANEEL) seu não interesse na renovação da concessão da UHE Jaguari, sendo que a controlada CESP manteve sua

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo regulatório	(547.520)	(508.374)	(304.492)	(1.360.386)
Custo atribuído (deemed cost)	(1.264.198)	-	-	(1.264.198)
Portaria MME nº 458/15	-	2.028	2.028	2.028
Ajuste ativo contingente	(1.811.718)	(506.346)	(304.492)	(2.622.556)

Por meio da Medida Provisória ("MP") nº 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, foi permitido que a União, na qualidade de poder concedente, prorrogasse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto normativo, especificamente em relação às atividades da controlada CESP, a União ofereceu a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das UHEs de Ilha Solteira e Jupia, vencíveis em 7 de julho de 2015. O mesmo tratamento foi estendido à concessão da UHE Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão já havia ocorrido em novembro de 2011. Em razão das condições estabelecidas pelo poder concedente, a controlada CESP deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, a controlada CESP continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupia, até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Em relação à UHE Três Irmãos, a continuidade de sua operação ocorreu conforme normalização do Poder Concedente, abaixo detalhada. Em consequência da manifestação de intenção do Estado de São Paulo pleitear junto à União a exploração da UHE Jaguari, a controlada CESP formalizou junto à União (MME/ANEEL) seu não interesse na renovação da concessão da UHE Jaguari, sendo que a controlada CESP manteve sua

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo regulatório	(547.520)	(508.374)	(304.492)	(1.360.386)
Custo atribuído (deemed cost)	(1.264.198)	-	-	(1.264.198)
Portaria MME nº 458/15	-	2.028	2.028	2.028
Ajuste ativo contingente	(1.811.718)	(506.346)	(304.492)	(2.622.556)

Por meio da Medida Provisória ("MP") nº 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, foi permitido que a União, na qualidade de poder concedente, prorrogasse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto normativo, especificamente em relação às atividades da controlada CESP, a União ofereceu a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das UHEs de Ilha Solteira e Jupia, vencíveis em 7 de julho de 2015. O mesmo tratamento foi estendido à concessão da UHE Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão já havia ocorrido em novembro de 2011. Em razão das condições estabelecidas pelo poder concedente, a controlada CESP deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, a controlada CESP continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupia, até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Em relação à UHE Três Irmãos, a continuidade de sua operação ocorreu conforme normalização do Poder Concedente, abaixo detalhada. Em consequência da manifestação de intenção do Estado de São Paulo pleitear junto à União a exploração da UHE Jaguari, a controlada CESP formalizou junto à União (MME/ANEEL) seu não interesse na renovação da concessão da UHE Jaguari, sendo que a controlada CESP manteve sua

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo regulatório	(547.520)	(508.374)	(304.492)	(1.360.386)
Custo atribuído (deemed cost)	(1.264.198)	-	-	(1.264.198)
Portaria MME nº 458/15	-	2.028	2.028	2.028
Ajuste ativo contingente	(1.811.718)	(506.346)	(304.492)	(2.622.556)

Por meio da Medida Provisória ("MP") nº 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, foi permitido que a União, na qualidade de poder concedente, prorrogasse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto normativo, especificamente em relação às atividades da controlada CESP, a União ofereceu a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das UHEs de Ilha Solteira e Jupia, vencíveis em 7 de julho de 2015. O mesmo tratamento foi estendido à concessão da UHE Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão já havia ocorrido em novembro de 2011. Em razão das condições estabelecidas pelo poder concedente, a controlada CESP deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, a controlada CESP continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupia, até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Em relação à UHE Três Irmãos, a continuidade de sua operação ocorreu conforme normalização do Poder Concedente, abaixo detalhada. Em consequência da manifestação de intenção do Estado de São Paulo pleitear junto à União a exploração da UHE Jaguari, a controlada CESP formalizou junto à União (MME/ANEEL) seu não interesse na renovação da concessão da UHE Jaguari, sendo que a controlada CESP manteve sua

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo regulatório	(547.520)	(508.374)	(304.492)	(1.360.386)
Custo atribuído (deemed cost)	(1.264.198)	-	-	(1.264.198)
Portaria MME nº 458/15	-	2.028	2.028	2.028
Ajuste ativo contingente	(1.811.718)	(506.346)	(304.492)	(2.622.556)

Por meio da Medida Provisória ("MP") nº 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, foi permitido que a União, na qualidade de poder concedente, prorrogasse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto normativo, especificamente em relação às atividades da controlada CESP, a União ofereceu a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das UHEs de Ilha Solteira e Jupia, vencíveis em 7 de julho de 2015. O mesmo tratamento foi estendido à concessão da UHE Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão já havia ocorrido em novembro de 2011. Em razão das condições estabelecidas pelo poder concedente, a controlada CESP deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, a controlada CESP continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupia, até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Em relação à UHE Três Irmãos, a continuidade de sua operação ocorreu conforme normalização do Poder Concedente, abaixo detalhada.

→ continuação

das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/recuperar o meio ambiente, para as condições ecológicas similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existent. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação. As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia e suas controladas.

Composição e movimentação:

	Consolidado 2021					Total
	Desmobilização de ativos	Licença ambiental	Termo de ajuste de conduta	Obrigações socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	
Saldo no início do exercício	721.998	163.734	52.464	6.055	(680.438)	263.813
Adições	-	7.607	-	-	(15.033)	57.465
Reversões	-	(11.133)	(6.155)	(3)	(17.291)	-
Realização de ajuste a valor presente	-	-	-	-	10.354	10.354
Saldo no final do exercício	721.998	217.492	53.916	6.052	(685.117)	314.341
Circulante	-	30.958	7.055	6.052	-	44.065
Não circulante	721.998	186.534	46.861	-	(695.117)	270.276
	721.998	217.492	53.916	6.052	(685.117)	314.341

20. Provisão de ressarcimento: Política contábil: A conta de provisão de ressarcimento a CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia eólica fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica "Receita bruta de venda de energia". A Administração da Companhia e suas controladas entendem que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa. **(a) Ressarcimento anual: Contratos LER:** Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento total inclui: a) O valor do ressarcimento equivalente à aplicação do preço contratual vigente no momento da apuração sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%; b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a 70% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do segundo mês do próximo ciclo anual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LEN:** Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros, dependendo da leição, ocorrem em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, ambos a partir do segundo mês do próximo ano contratual. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano de atual de apuração do ressarcimento quadrinial, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. **(b) Ressarcimento quadrinial: Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadrinário, o valor do ressarcimento total inclui: a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90% e superior a 90% do montante contratado, equivalente a aplicação de 6% do preço contratual vigente aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a aplicação do PLD - preço de liquidação das diferenças sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadrinário, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais e o acerto financeiro para energia gerada acima dos limites ocorre em 24 parcelas mensais, ambos a partir do segundo mês do último ano contratual de cada ciclo quadrinial, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LEN:** Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadrinário, o valor do ressarcimento total inclui: a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, em ambos os casos a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadrinário, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrinial para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

(c) Composição e movimentação:

	Consolidado 2021			Consolidado 2020		
	Ressarcimento anual	Ressarcimento quadrinial	Total	Ressarcimento anual	Ressarcimento quadrinial	Total
Saldo no início do exercício	64.582	76.221	140.803	64.582	76.221	140.803
Adições (I)	148.447	70.187	218.634	148.447	70.187	218.634
Reversões	(8.738)	(17.705)	(26.443)	(8.738)	(17.705)	(26.443)
Realizações	533	38.338	38.871	533	38.338	38.871
Saldo no final do exercício	204.824	128.703	333.527	204.824	128.703	333.527
Circulante	-	7.970	7.970	-	7.970	7.970
Não circulante	204.824	128.703	333.527	204.824	128.703	333.527

(I) O aumento das adições refere-se substancialmente ao incidente do Trato mencionado na nota 1.1.1. (a).

21. Provisões: Política contábil: As controladas, substancialmente a CESP, possuem processos administrativos e judiciais em diferentes esferas, tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental, e baseada na opinião de seus assessores legais e em análises realizadas internamente, constituíram provisões para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é estimada com provisão. A variação no balanço patrimonial em decorrência da perda é considerada no balanço patrimonial e decisões ocorridas no exercício. São reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. As provisões cuja probabilidade de perda é classificada como possível ou remota não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas em notas explicativas. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, refletindo as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Variações na estimativa dos valores provisionados são reconhecidas no resultado do exercício.

(a) Composição e movimentação:

	Consolidado 2021				Consolidado 2020					
	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Total	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Total
Saldo no início do exercício	1.616.163	113.388	14.187	4.568	1.748.306	1.616.163	113.388	14.187	4.568	1.748.306
Atualizações	160.708	5.595	1.132	81	167.516	160.708	5.595	1.132	81	167.516
Provisão/(reversão)	(476.717)	(4.764)	54.611	1.177	(425.693)	(476.717)	(4.764)	54.611	1.177	(425.693)
(-) Pagamentos	(135.420)	(29.115)	(3.321)	(159)	(168.015)	(135.420)	(29.115)	(3.321)	(159)	(168.015)
Saldo no final do exercício	1.164.728	92.104	66.500	5.671	1.329.411	1.164.728	92.104	66.500	5.671	1.329.411

O contencioso passivo é objeto de variações constantes, porque sua mensuração é atrelada ao próprio andamento das ações judiciais. Desse modo, como política institucional, a Companhia busca refletir em seu balanço, com o mínimo de defasagem possível, o status atual de sua carteira passiva (o que justifica as oscilações trimestrais dos valores divulgados a tal título). A variação no balanço patrimonial em decorrência da perda é considerada no balanço patrimonial e decisões ocorridas no exercício. São reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. As provisões cuja probabilidade de perda é classificada como possível ou remota não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas em notas explicativas. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, refletindo as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Variações na estimativa dos valores provisionados são reconhecidas no resultado do exercício.

(a) Composição e movimentação:

	Consolidado 2021				Consolidado 2020					
	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Total	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Total
Saldo no início do exercício	1.226.716	138.597	443.627	5.435	1.814.375	1.226.716	138.597	443.627	5.435	1.814.375
Atualizações	260.006	16.923	16.339	489	315.757	260.006	16.923	16.339	489	315.757
Provisão/(reversão)	202.164	(1.925)	(465.622)	(1.212)	(266.595)	202.164	(1.925)	(465.622)	(1.212)	(266.595)
(-) Pagamentos	(72.723)	(40.207)	(2.157)	(144)	(115.231)	(72.723)	(40.207)	(2.157)	(144)	(115.231)
Saldo no final do exercício	1.616.163	113.388	14.187	4.568	1.748.306	1.616.163	113.388	14.187	4.568	1.748.306

O contencioso passivo é objeto de variações constantes, porque sua mensuração é atrelada ao próprio andamento das ações judiciais. Desse modo, como política institucional, a Companhia busca refletir em seu balanço, com o mínimo de defasagem possível, o status atual de sua carteira passiva (o que justifica as oscilações trimestrais dos valores divulgados a tal título). A variação no balanço patrimonial em decorrência da perda é considerada no balanço patrimonial e decisões ocorridas no exercício. São reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. As provisões cuja probabilidade de perda é classificada como possível ou remota não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas em notas explicativas. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, refletindo as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Variações na estimativa dos valores provisionados são reconhecidas no resultado do exercício.

22. Benefícios pós-emprego: A controlada CESP patrocina assistência médica e planos de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de complementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. A Vivest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP. Os planos de benefícios foram constituídos na modalidade de plano de Benefício Definido (BD) e, também, de Contribuição Definida (CD). O plano de benefícios BD mais relevante da controlada CESP é o denominado BSPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldo) constituído em 1997. **Política contábil:** Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data-base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33 (R/IAS 19 - Benefícios a Empregados). O valor final de eventual déficit, será recalculado pela metodologia PREVIC após conclusão das medidas mitigatórias, como, por exemplo, a migração opcional de participantes do plano de benefício definido para o plano de contribuição definida. **Demonstração do passivo a ser registrado de acordo com CPC 33 (R/IAS 19):** Com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente em 31 de dezembro de 2021, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33 (R/IAS 19), a composição de ativos e passivos relativos à cobertura dos planos de benefícios definidos - BD é como segue:

Premissas atuariais:	2021			2020		
	BSPS	BD	CV	BSPS	BD	CV
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	8,68%	8,68%	8,68%	6,56%	6,56%	6,56%
Taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano	8,68%	8,68%	8,68%	6,56%	6,56%	6,56%
Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	5,26%	5,26%	5,26%	3,21%	3,21%	3,21%
Taxa de crescimento salarial	Eliminada devido ao saldamento	NA	4,28%	4,28%	-	-
Taxa de inflação de longo prazo	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%
Taxa de rotatividade	Eliminada devido ao saldamento	Experiência Vivest	-	-	-	-
Tábuas de mortalidade	AT 2000 segregada por sexo	AT 2000 segregada por sexo	-	-	-	-
Tábuas de entrada em invalidez	LIGHT-FRACA SUAVIZADA EM 30%	LIGHT-FRACA SUAVIZADA EM 30%	-	-	-	-
Tábuas de mortalidade de inválidos	10%	AT - 1949	-	-	-	-
Quantidade de participantes:						
Nº de participantes ativos	82	155	87	58	145	137
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	4.207	1.935	1.037	4.379	1.916	1.015
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	148	65	25	156	69	26
Nº de participantes inativos - pensionistas	1.227	231	84	1.154	205	75
Nº de participantes BPDs aguardando	23	74	25	-	-	-

Avaliação atuarial: Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido dos planos de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). A controlada CESP reconhece os ganhos ou perdas atuariais no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. **Plano BSPS - Cobertura vigente até 31 de dezembro de 1997:** Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido relativa a um plano de contribuição variável (CV) do tipo FSA/PCESP. É importante ressaltar que o saldo do plano de benefícios atuariais são registrados diretamente no Patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório de atuário independente. **Plano de migração CESP e equacionamento do déficit:** O equacionamento de déficit apurado na avaliação atuarial regulada pela PREVIC é efetuado a futuro independente entre os subplanos, aplicando-se a cada um deles as determinações da Resolução CNPC Nº 30/2018. Visando mitigar os riscos atuais e futuros do plano, foi submetido para aprovação da PREVIC em 11 de janeiro de 2021 o processo de saldamento e migração do Plano PSAP/CESP B1. No processo de saldamento, que impacta apenas os participantes ativos e autopatrocinados, os benefícios já acumulados no plano são preservados e a acumulação futura é interrompida. Ou seja, não haverá mais novas contribuições para formação do benefício no subplano Benefício Definido (BD) ou Contribuição Variável (CV) do PSAP/CESP B1. É importante ressaltar que esse processo não afetará os benefícios que são pagos aos aposentados e pensionistas pelo plano, cujo direito adquirido está preservado. Já a migração, é a oportunidade que os participantes têm de transferir seus recursos do PSAP/CESP B1, que é um plano de benefício definido - BD, para o Plano CESP CD, que é um plano de contribuição definida. Apesar de o saldamento ocorrer apenas para os participantes ativos, a migração para o Plano CESP CD será aberta para todos os participantes do Plano PSAP/CESP B1. É importante ressaltar que a migração será voluntária e só ocorrerá durante o período de migração. Os participantes que não optarem pela migração permanecerão sob as regras e condições do PSAP/CESP B1, portanto recebendo uma renda vitalícia previamente definida. Os participantes que optarem pela migração deixam de ter o benefício da renda vitalícia e passam a ter uma renda financeira equivalente ao valor de sua reserva migrada. O valor final de eventual déficit, será recalculado pela metodologia PREVIC após conclusão das medidas mitigatórias, como, por exemplo, a migração opcional de participantes do plano de benefício definido para o plano de contribuição definida. **Demonstração do passivo a ser registrado de acordo com CPC 33 (R/IAS 19):** Com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente em 31 de dezembro de 2021, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33 (R/IAS 19), a composição de ativos e passivos relativos à cobertura dos planos de benefícios definidos - BD é como segue:

Premissas atuariais:	2021			2020		
	BSPS	BD	CV	BSPS	BD	CV
Reserva legal (I)	-	-	-	-	-	-
Retenção de lucros (II)	-	-	-	-	-	-

(I) A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo ou aumento de capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. **(II)** O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a conta de retenção de lucros prevista no estatuto social da Companhia (reserva para investimentos), que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das suas atividades sociais e de suas empresas controladas e coligadas, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 90% (oitenta por cento) da cifra do capital observado o disposto no artigo 19º da Lei nº 6.404/74 e alterações posteriores. **(c) Distribuição de lucros:** É reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos. A Companhia e as controladas, exceto a controlada CESP, realizam a destinação do resultado com 25% de dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício, deduzido de reserva legal. Já o estatuto social da controlada CESP prevê distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 10% sobre o capital social, deduzido de reserva legal. Conforme nota 1.1.2 (g), os acionistas deliberaram pela não distribuição dos dividendos referentes aos exercícios findo em 2020 e 2019, com isso os saldos provisionados no passivo na rubrica de dividendos a pagar foram reclassificados para a reserva de retenção de lucros no patrimônio líquido, no montante de R\$ 279.302. Retativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta a proposta a destinação do dividendo anual de R\$ 13.952, provisionado no passivo.

(d) Cálculo:

Lucro líquido do exercício	2021	2020
(-) Reserva legal - 5%	58.744	624.809
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	(2.937)	(31.240)
(-) Dividendos obrigatórios - 25% conforme estatuto	55.807	593.569
(-) Retenção de lucros	13.952	148.393
(-) Saldo de lucros acumulados	41.855	445.176
(-) Retenção de lucros	(41.855)	(445.176)
(-) Saldo	-	-
(e) Lucro por ação:		
Lucro líquido do exercício (a)	2021	2020
Quantidade de ações em lote de mil (b)	58.744	624.809
Lucro por ação (a/b)	1.985.095	1.985.095
	0,0296	0,3148

Controladora e consolidado

	2021	2020
Reserva legal (I)	63.365	60.428
Retenção de lucros (II)	1.798.576	1.477.424
	1.861.941	1.537.852

Controladora e consolidado

	2021	2020
Reserva legal - 5%	58.744	624.809
(-) Reserva legal - 5%	(2.937)	(31.240)
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	55.807	593.569
(-) Dividendos obrigatórios - 25% conforme estatuto	13.952	148.393
(-) Saldo de lucros acumulados	41.855	445.176
(-) Retenção de lucros	(41.855)	(445.176)
(-) Saldo	-	-
(e) Lucro por ação:		
Lucro líquido do exercício (a)	2021	2020
Quantidade de ações em lote de mil (b)	58.744	624.809
Lucro por ação (a/b)	1.985.095	1.985.095
	0,0296	0,3148

continua →

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras da VTRM Energia Participações S.A.

Cálculo e movimentações:

Análise de sensibilidade:

Taxa de desconto de obrigação de benefício definido se: Taxa de desconto for reduzida em 0,5% Taxa de desconto for aumentada em 0,5%

Fluxos de caixa projetados

Estimativa das contribuições da patrocinadora para o plano no ano seguinte

	BSPS	BD	CV	Total
Fluxos esperados de benefícios dos planos:	6.421.859	1.017.539	142.799	7.582.197
	6.953.078	1.123.809	159.993	8.236.880

	BSPS	BD	CV	Total
Fluxos esperados de benefícios dos planos:	57.604	1.664	-	59.268

	BSPS	BD	CV	Total
Valor justo dos ativos do plano de benefícios	2021	2020	2021	2020
Ativos	-	551	-	144
Disponível	-	51	-	1
Recobível	579.328	1.382	149	10.438
Investimento	5.199.132	5.307.713	986.255	131.406
	5.778.460	5.309.626	986.404	136.744

	BSPS	BD	CV	Total
Passivos	(142.279)	(140.943)		

—☆— continuação

A Companhia não tem instrumentos patrimoniais ou contratos com efeito diluidor. Logo, o lucro por ação diluído nos exercícios de 2021 e 2020 é igual ao lucro básico por ação informado acima.

(f) Dividendo por ação:

	2021	2020
Dividendos propostos (a)	13.952	148.393
Quantidade de ações, em lote de mil (b)	1.985.095	1.985.095
Lucro por ação (a/b)	0,0070	0,0748

(g) Ajuste de avaliação patrimonial: O saldo de outros componentes do resultado abrangente no montante de R\$ 405.374 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 636.478 em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao reflexo proporcional dos ajustes referente ao passivo atuarial reconhecido com base no CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados e instrumentos financeiros derivativos na controladora CESP.

	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial do exercício	(636.478)	(207.128)	(1.379.728)	(309.052)
Provisão de Hedge accounting operacional reflexo	24.914	(35.162)	62.276	(87.777)
Ajuste de benefício pós-emprego no exercício	207.820	(394.188)	519.474	(982.899)
Perda de participação em investida	(1.630)	—	(3.345)	—
	231.104	(429.350)	578.405	(1.070.676)
Saldo final do exercício	(405.374)	(636.478)	(801.323)	(1.379.728)

25. Receita: Política contábil: A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas e coligadas, no consolidado. A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPCC 47 "Receita de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes em um valor que reflete a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN). A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE. O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compra e consumo), denominado balanço energético. **Venda de energia elétrica e serviços prestados:** As operações de compra e venda de energia realizadas pelas controladas são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

	2021	2020
Receita bruta		
ACR		
Leilão de Energia Reserva (LER)	87.629	87.689
Leilão de Energia Nova (LEN)	385.291	367.280
Provisão de ressarcimento (20 (c))	(192.724)	(91.598)
Leilões de Energia - Distribuidores de energia	522.038	498.445
Energia de curto prazo	72.489	55.296
	874.723	917.112

	2021	2020
ACL		
Contratos bilaterais	1.677.580	1.601.669
Operações de trading	363.742	112.152
Partes relacionadas (Nota 23)	109.172	68.215
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	22.870	18.056
	2.173.164	1.800.102

	2021	2020
Venda de energia	3.047.887	2.717.214
Instrumentos financeiros derivativos	(114.905)	(116.295)
Venda de crédito de carbono	17.028	—
Suprimento em regime de quotas - UHE Jaguarí	—	7.190
Outras receitas	3.342	2.753
	3.047.887	2.601.862

Deduções sobre a receita bruta

	2021	2020
COFINS sobre receitas operacionais	(219.680)	(187.801)
PIS sobre receita operacional	(47.124)	(40.198)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(37.618)	(51.389)
Pesquisas e Desenvolvimento - P&D	(15.706)	(15.098)
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(4.430)	(4.430)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(7.180)	(6.656)
Imposto sobre serviços - ISS	(157)	(84)
	(329.238)	(303.805)
Receita líquida	2.624.114	2.307.057

As receitas da Companhia e suas controladas são, substancialmente, em reais e dentro do mercado interno brasileiro.

26. Custos e despesas:

	Controladora 2021			Controladora 2020		
	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais, líquidas	Total	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais, líquidas	Total
Indenização de seguro	—	46.253	46.253	—	—	—
Serviços de terceiros	(21.852)	(8.591)	(30.443)	(16.693)	—	(16.693)
Benefícios a empregados	(3.878)	—	(3.878)	—	—	—
Impostos, taxas e contribuições	(152)	(4.278)	(4.430)	(18)	—	(18)
Administradores	(2.701)	—	(2.701)	(4.205)	—	(4.205)
Depreciação e amortização	(3.604)	—	(3.604)	(377)	—	(377)
Venda de crédito de carbono	—	—	—	—	3.482	3.482
Outras despesas	(2.747)	(2.401)	(5.228)	(1.515)	(6)	(1.521)
	(34.934)	30.903	(4.031)	(25.847)	3.476	(22.371)

	Controladora 2021			Controladora 2020		
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais, líquidas	Total	Total
Energia comprada	(1.129.626)	—	—	—	(1.129.626)	(1.129.626)
Reparação de risco hidrológico	781.974	—	—	—	781.974	781.974
Depreciação e amortização	—	(552.596)	(10.132)	3.733	(558.995)	(558.995)
Reversão da provisão para litígios	—	—	—	425.693	425.693	425.693
Reversão (provisão) de impairment	—	—	—	(248.520)	(248.520)	(248.520)
Encargos da rede de uso elétrica	(199.109)	—	—	—	(199.109)	(199.109)
Serviços de terceiros	—	(22.881)	(65.998)	(8.591)	(97.470)	(97.470)
Benefícios a empregados	—	(23.835)	(61.003)	—	(84.838)	(84.838)
Baixa de depósitos judiciais	—	—	—	(60.256)	(60.256)	(60.256)
Serviços de operação e manutenção - O&M	—	(51.407)	—	—	(51.407)	(51.407)
Indenização de seguro	—	—	—	46.253	46.253	46.253
Amortização de ágio	—	—	—	(34.959)	(34.959)	(34.959)
Materiais, manutenção e conservação	—	(11.724)	(3.253)	—	(14.977)	(14.977)
Contratos futuros de energia	—	—	—	13.235	13.235	13.235
Administradores	—	—	—	(11,493)	(11,493)	(11,493)
Aluguéis e arrendamentos	—	—	—	(9,321)	(9,321)	(9,321)
Seguros	—	—	—	(4,972)	(4,972)	(4,972)
Impostos, taxas e contribuições	—	—	—	(1,199)	(1,199)	(1,199)
Reversão (provisão) para obrigações socioambientais	—	—	—	(7,927)	(7,927)	(7,927)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	—	(4,831)	(7,792)	9,123	(3,500)	(3,500)
	(546,761)	(682,676)	(168,597)	133,826	(1,264,208)	(1,264,208)

	Controladora 2021			Controladora 2020		
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais, líquidas	Total	Total
Energia comprada	(609.489)	—	—	—	(609.489)	(609.489)
Depreciação e amortização	—	(522.896)	(8.844)	(77)	(531.817)	(531.817)
Reversão da provisão para litígios	—	—	—	266.644	266.644	266.644
Reversão (provisão) de impairment	—	—	—	7.589	7.589	7.589
Encargos da rede de uso elétrica	(169.861)	—	—	—	(169.861)	(169.861)
Serviços de terceiros	—	(12,617)	(47,331)	—	(60,948)	(60,948)
Benefícios a empregados	—	(24,123)	(48,028)	—	(72,151)	(72,151)
Baixa de depósitos judiciais	—	—	—	(63,284)	(63,284)	(63,284)
Serviços de operação e manutenção - O&M	—	(44,021)	—	—	(44,021)	(44,021)
Amortização de ágio	—	—	—	(34,848)	(34,848)	(34,848)
Materiais, manutenção e conservação	—	(4,633)	(1,437)	—	(6,070)	(6,070)
PDV - Programa de demissão voluntária	—	(3,578)	(11,420)	—	(14,998)	(14,998)
Contratos futuros de energia	—	—	—	(21,444)	(21,444)	(21,444)
Administradores	—	—	—	(12,970)	(12,970)	(12,970)
Aluguéis e arrendamentos	—	—	—	(1,643)	(1,643)	(1,643)
Seguros	—	—	—	(1,075)	(1,075)	(1,075)
Impostos, taxas e contribuições	—	—	—	2,737	2,737	2,737
Reversão (provisão) para obrigações socioambientais	—	—	—	—	—	—
Venda de crédito de carbono	—	—	—	—	3,482	3,482
Outras (despesas) e receitas, líquidas	—	(10,353)	(7,029)	12,022	(5,360)	(5,360)
	(779,350)	(628,426)	(151,054)	165,878	(1,392,952)	(1,392,952)

27. Resultado financeiro líquido: Política contábil: Receitas (despesas) financeiras: Compreendem principalmente os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variáveis monetárias e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	Controladora 2021		Controladora 2020	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	8.326	3.817	60.438	32.272
Ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas	22.387	—	22.758	3.132
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	—	—	9.221	7.623
Atualização monetária sobre provisiones para litígios	—	—	2.639	1.228
Outras receitas financeiras	136	46	23	54
	30.849	3.863	95.079	44.304
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.464)	—	(254.894)	(227.464)
Atualização monetária sobre debêntures	—	—	(204.852)	(60.054)
Atualização monetária sobre provisiones para litígios	—	—	(167.516)	(315.757)
Atualização do saldo de benefícios pós-emprego	—	—	(158.122)	(59.622)
Capitalização de juros sobre empréstimos - CPC 20	—	—	28.413	—
Prêmio de cláusulas contratuais - debêntures	—	—	(22.500)	—
Apropriação de custos de captações	—	—	(13.739)	(26.333)
Baixa de depósitos judiciais	—	—	(14.929)	(23.632)
Ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas	(10.455)	—	(11.009)	(1.208)
Ajuste a valor presente sobre obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	—	—	(10.354)	(13.819)
Atualização monetária sobre acordos judiciais	—	—	(8.877)	(9.066)
Ajuste a valor presente sobre UBP	—	—	(5.631)	(6.791)
Atualização monetária sobre fornecedores	(3.457)	(617)	(3.457)	(617)
PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(5.347)	(1.606)	(6.953)	(2.216)
Outras despesas financeiras, líquidas	(556)	(51)	(17.053)	(15.811)
	(16.325)	(6.015)	(862.126)	(766.710)
	14.524	(2.152)	(767.047)	(772.406)

28. Instrumento financeiro e gestão de risco: 28.1 Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia e suas controladas são expostas a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco hidrológico e GSF, (d) risco regulatório, (e) risco socioambiental e (f) risco de desempenho das parcerias comerciais. Para alinhar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, exceto a CESP, seguem a Política Financeira da Votorantim, aprovada pelo Conselho de Administração da Votorantim S.A. ("VSA"), com o objetivo de estabelecer a estrutura de capital e o macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento. A controladora CESP segue norma pautada nas diretrizes da política VSA e adaptada para seu contexto. O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito. (a) **Risco de crédito:** As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração da VSA e da CESP. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 5.3. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas. (b) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a Política Financeira Votorantim e, para a CESP, conforme norma pautada nas diretrizes da política da VSA e adaptada para seu contexto, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência. A gestão de liquidez e enviduamento adota métricas compatíveis às companhias *Investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global. A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora					
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Acima de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021						
Empréstimos e financiamentos (i)	—	—	388.918	—	—	388.918
Fornecedores	8.146	43.245	—	—	—	51.391
Arrendamentos (i)	31	—	—	—	—	31
	8.177	43.245	419.889	—	—	471.311
Em 31 de dezembro de 2020						
Empréstimos e financiamentos (i)	37.544	41.538	—	—	—	79.082
Fornecedores	92	33	—	—	—	125
Arrendamentos (i)	37.636	41.571	—	—	—	79.207
	75.272	83.142	—	—	—	158.414
Em 31 de dezembro de 2021						
Empréstimos e financiamentos (i)	405.743	447.521	1.809.329	3.439.091	839.050	6.940.734
Fornecedores	225.578	43.245	—	—	—	299.794
Contratos futuros de energia (i)	318.420	304.326	118.357	—	—	741.103
Arrendamentos (i)	1.825	3.312	828	—	—	5.965
Encargos setoriais	20.170	—	—	—	—	20.170
UBP - Uso do Bem Público (i)	42.462	84.939	13.147	—	—	140.548
	1.014.198	883.343	1.972.632	3.439.091	839.050	8.148.314

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Acima de 10 anos	Consolidado Total
Em 31 de dezembro de 2020						
Empréstimos e financiamentos (i)	296.083	378.932	1.227.068	2.864.344	545.237	5.311.664
Fornecedores	147.934	41.538	—	—	—	189.472
Contratos futuros de energia (i)	132.764	32.403	—	—	—	165.167
Arrendamentos (i)	1.928	3.696	2.2			

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C099-9B58-9240-7CF3> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C099-9B58-9240-7CF3



Hash do Documento

E47879DF2FCE0542CFBA0E10D45D31DA7FAA3965E7D9F9386ECD7AA899CC3CFF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/03/2022 11:57 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

